

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PALOMA BARCELOS TEIXEIRA

**SETE PALMOS DE TERRA:
HISTORIOGRAFIA E DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO
TERRITORIAL DOS CEMITÉRIOS DE VITÓRIA/ES**

VITÓRIA

2022

PALOMA BARCELOS TEIXEIRA

**SETE PALMOS DE TERRA:
HISTORIOGRAFIA E DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DOS
CEMITÉRIOS DE VITÓRIA/ES**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Departamento de Geografia, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof^ª. Dra. Ana Lucy Oliveira Freire

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

T266s Teixeira, Paloma Barcelos, 1993-
Sete palmos de terra : historiografia e desigualdade na formação territorial dos cemitérios de Vitória/ES / Paloma Barcelos Teixeira. - 2022.
154 f. : il.

Orientadora: Ana Lucy Oliveira Freire.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. cemitérios. 2. cidade. 3. território. 4. história. I. Freire, Ana Lucy Oliveira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91


Paloma Barcelos Teixeira

**“SETE PALMOS DE TERRA: HISTORIOGRAFIA E
DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DOS CEMITÉRIOS
DE VITÓRIA/ES”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em 10 de março de 2022.

Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ANA LUCY OLIVEIRA FREIRE
Data: 10/03/2022 18:42:41-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª Drª Ana Lucy Oliveira Freire (UFES)
Orientadora e Presidente da Sessão

Prof. Dr. Igor Martins Medeiros Robaina (UFES)
Examinador Interno

Profª Drª Renata Hermanny de Almeida (PPGAU/UFES)
Examinadora Externa

Prof. Dr. Rafael de Castro Catão (UFES)
Examinador Interno Suplente

Prof. Dr. Giovanilton André Carretta Ferreira (UVV)
Examinador Externo Suplente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 11/03/2022 às 08:04

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/375536?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
IGOR MARTINS MEDEIROS ROBAINA - SIAPE 1730487
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 15/03/2022 às 06:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/377865?tipoArquivo=O>

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todos aqueles cujos nomes li nas lápides dos cemitérios por onde passei.

Dedico também aos que não li, mas que estavam lá.

Dedico àqueles sem lápide nem nome, em cujas sepulturas pisei sem querer.

Aos que jazem em ossuários coletivos.

Aos que se perderam sob casas, praças e calçadas das ruas da cidade dos vivos, que reconfigurou seu espaço.

Dedico aos famosos, aos infames, aos ricos, aos pobres, aos sábios, aos ignorantes: todos iguais, no que acontece na parte de baixo dos sete palmos de terra.

Não quis perturbá-los com meus passeios e minhas fotos.

Descansem em paz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter criado o mundo sem morte, no princípio. E a Nossa Senhora de Guadalupe, por ter acalentado minha ansiedade dizendo, no dia 12 de dezembro de 2019, após a entrevista para a seleção no mestrado do PPGG: “*não estou eu aqui, que sou sua mãe?*”.

Agradeço a meus pais que me apoiaram, por confiança, sem entender completamente o que eu fazia. E, especialmente, ao meu marido Ricardo, que com sua curiosidade devastadora pelo passado, alimentou de inspiração e energia todo esse trabalho.

Agradeço a orientadora Ana Lucy, que soube acompanhar o fluxo torrencial de informações, permitindo a necessária liberdade criativa. E a todos os professores que a antecederam em minha vida, a quem eu tanto persegui com minhas perguntas.

Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação, contribuindo e enriquecendo de modo especial os aspectos acadêmicos da conclusão deste texto, nomeadamente, os queridos professores Renata Hermanny de Almeida e Igor Robaina.

Agradeço ao Cacá e à Ruth, administradores dos cemitérios públicos de Santo Antônio e Maruípe, respectivamente, que tiveram tanta paciência comigo e mostraram carinhosamente o zelo pelo seu trabalho tão digno.

Agradeço ao Vigário-Geral de Vitória, Padre Jorge Campos Ramos que, acolhendo nossa pesquisa, facilitou o acesso às Irmandades e à Mitra Diocesana. À Vera Benezath e José Dirlenildo da Irmandade do Santíssimo Sacramento; ao historiador Wallace Bonicinha, Nelce Pizzani e sua filha Roseli, da Irmandade São Benedito do Rosário; a Rosa Maria Tabachi, provedora da Venerável Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção e a Margarida Moça, da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres. Cada um deles, ao seu modo e conforme suas limitações e características pessoais, guardiões de uma memória que vive na cidade dos mortos.

Agradeço ao impressionante arquivista Vadilson, do Arquivo Público Municipal, e ao interessado Thiago, do Arquivo Público do Estado, que são pessoas que compreendem amplamente o sentido do serviço público e partilharam das alegrias de minhas descobertas e do cansaço de minhas mãos empoeiradas.

Agradeço, finalmente, à FAPES, pelo fomento financeiro, e a todos aqueles que torceram pela conclusão dessa pesquisa.

RESUMO

Os cemitérios são territórios de rituais fúnebres que comportam arte mortuária, cultura, signos e memória. Eles estão inscritos no tecido urbano de quase todas as cidades e passaram por importantes processos de secularização. Tendo em vista que a cultura é inerente aos seres humanos e que ela está assentada numa base geográfica, que é o território, o presente estudo buscará compreender de que maneira os amplos processos de transformação da cidade engendraram correspondentes transformações territoriais nas áreas das necrópoles do município de Vitória/ES. Assim, o *objetivo* geral do estudo é compreender a formação histórica dos cemitérios de Vitória/ES, investigando, especificamente, os aspectos da desigualdade socioespacial nas necrópoles. Para isso, realizaram-se *procedimentos* como (1) a análise crítica da bibliografia existente sobre o tema, nos ramos de saber ligados ao assunto, (2) construiu-se o levantamento e a análise das fontes primárias, no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, assim como, (3) fez-se produzir uma coleta de dados em campo, por meio de entrevistas e visitas, como modo de registrar, inventariar, diagnosticar e questionar o que os cemitérios nos dizem, dentro do contexto da produção e da transformação dos processos territoriais urbanos. O estudo, situado em uma *geografia histórica*, apresenta a historiografia da formação do território cemiterial no tecido urbano da cidade de Vitória/ES e analisa a correspondente desigualdade social histórica em sua área, demonstrando o modo como foram inscritas na sua ocupação, as mesmas relações de poder e a separação de classes verificadas na sociedade. Buscando vestígios geográficos do passado, analisamos o território cemiterial de Vitória de maneira a explicar sua realidade recente. No que diz respeito à *metodologia*, o presente estudo é uma pesquisa prioritariamente qualitativa, baseada em leituras e análises históricas, etnográficas, sociológicas e geográficas. A pesquisa é, também, descritiva e exploratória, pois exigiu levantamento e exposição descritiva de vasto e rico material fruto da pesquisa documental histórica e empírica. Como *resultados*, por meio dos dados coletados em campo, de estatísticas e do processo histórico, identificamos o estabelecimento do microssistema cemiterial da região metropolitana de Vitória, que correlaciona, necessariamente, as necrópoles dessa cidade com as de outras áreas urbanas vizinhas e é fundamento da discussão sobre a desigualdade socioespacial nos cemitérios estudados.

RESÚMEN

Los cementerios son territorios de rituales funerarios que albergan arte mortuario, cultura, signos y memoria. Están inscritos en el tejido urbano de casi todas las ciudades y han sufrido importantes procesos de secularización. Teniendo en cuenta que la cultura es inherente al ser humano y que se asienta en una base geográfica, que es el territorio, este estudio tratará de comprender cómo los amplios procesos de transformación de la ciudad han engendrado las correspondientes transformaciones territoriales en las áreas de necrópolis del municipio de Vitória/ES. Así, el *objetivo* general del estudio es comprender la formación histórica de los cementerios de Vitória/ES, investigando, específicamente, los aspectos de la desigualdad socio-espacial en la necrópolis. Para ello, se llevaron a cabo *procedimientos* como (1) el análisis crítico de la bibliografía existente sobre el tema, en las ramas del conocimiento relacionadas con el mismo, (2) el relevamiento y análisis de fuentes primarias en el acervo de la Hemeroteca Digital Brasileira, así como (3) la recolección de datos en el campo, mediante entrevistas y visitas, como forma de registrar, inventariar, diagnosticar y cuestionar lo que los cementerios nos dicen, en el contexto de la producción y transformación de los procesos territoriales urbanos. El estudio, situado en una *geografía histórica*, presenta la historiografía de la formación del territorio del cementerio en el tejido urbano de la ciudad de Vitória/ES y analiza la correspondiente desigualdad social histórica en su área, demostrando la forma en que se inscribieron en su ocupación las mismas relaciones de poder y la separación de clases verificada en la sociedad. Buscando las huellas geográficas del pasado, analizamos el territorio del cementerio de Vitória para explicar su realidad reciente. En cuanto a la *metodología*, el presente estudio es principalmente una investigación cualitativa, basada en lecturas y análisis históricos, etnográficos, sociológicos y geográficos. La investigación es también descriptiva y exploratoria, ya que requirió el relevamiento y la exposición descriptiva de un vasto y rico material resultante de la investigación documental histórica y empírica. Como *resultados*, a través de los datos recogidos en el campo, las estadísticas y el proceso histórico, identificamos el establecimiento del microsistema de cementerios de la región metropolitana de Vitória, que necesariamente correlaciona las necrópolis de esta ciudad con las de otras áreas urbanas vecinas y es la base para la discusión sobre la desigualdad socio-espacial en los cementerios estudiados.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 - Sepultura familiar em Cemitério de Santo Antônio (destaque para caligrafia dos falecidos na campa)33
- FIGURA 2 - Sepultura de Wilson Freitas, mais conhecida como sepultura do “marujo”, localizada no cemitério de Santo Antônio.....37
- FIGURA 3 - Cemitério de tipologia monumental da Arquiconfraria da Boa Morte e Assunção, no bairro de Santo Antônio, em Vitória/ES.....50
- FIGURA 4 - Cemitério de tipologia jardim, Parque da Paz, no balneário Ponta da Fruta, em Vila Velha/ES.....50
- FIGURA 5 - Deslocamento do Cais do Imperador, no centro de Vitória, para o Sítio da Bomba, próximo à “passagem”. Intervenções feitas pela autora sobre imagem dos aterros de Vitória no plano Diretor Urbano de 1979. As áreas hachuradas correspondem a antigas áreas navegáveis, hoje, aterradas.....67
- FIGURA 6- Deslocamentos possíveis - terrestre (vermelho) e marítimo (azul) - do Cais do Imperador, no centro de Vitória, para o Sítio Santo Antônio. Intervenções feitas pela autora sobre imagem dos aterros de Vitória no plano Diretor Urbano de 1979. As áreas hachuradas correspondem a antigas áreas navegáveis, hoje, aterradas.....71
- FIGURA 7 - Planta da área do Sítio Santo Antônio para onde se projeta a remoção dos cemitérios desta Capital. Título atribuído pelo engenheiro João Maia.....73
- FIGURA 8 - Planta da área do Sítio Santo Antônio para onde se projeta a remoção dos cemitérios desta Capital. Título atribuído pelo engenheiro João Maia. Imagem invertida pela autora.....74
- FIGURA 9 - Planta da área do Sítio Santo Antônio para onde se projeta a remoção dos cemitérios desta Capital. Título atribuído pelo engenheiro João Maia. Imagem invertida e comentada pela autora. Ao lado, demarcações internas de João Maia sobrepostas à imagem de satélite da área atual, com anotações da autora.75

FIGURA 10 - Sobreposição das áreas cemiteriais de João Maia (amarelo) e as definitivas/atuais do cemitério Santo Antônio, com intervenção da autora.....	76
FIGURA 11 - Planta do Projeto do Novo Arrabalde, elaborada pelo engenheiro Saturnino de Brito, 1896. Imagem de satélite do que seria o novo Arrabalde atualmente. Em ambas, indicado pela autora o Morro do Barro Vermelho.....	80
FIGURA 12 - Posseiros ficarão no cemitério de Caratoíra.....	85
FIGURA 13 - Imagem atual, à esquerda, e imagem de 1955, à direita. Cemitério Batista indicado pela autora no centro da imagem.....	86
FIGURA 14 - Bênção da inauguração do cemitério de Santo Antônio.....	87
FIGURA 15 - Fotografia Zero: área definida para o novo cemitério de Santo Antônio, vista a partir do antigo cemitério do morro do pinto.....	91
FIGURA 16 - Imagem satélite do local provável de onde foi registrada a “fotografia zero”, com intervenção da autora.....	91
FIGURA 17 - Monumento dedicado a Manuel Joaquim de Novaes Campos localizado no cemitério de Santo Antônio.....	95
FIGURA 18 - Planta do Arrabalde de Santo Antônio, datada de 1912 indicando as áreas dos cemitérios existentes na época.....	97
FIGURA 19 - Monumento dos antigos cemitérios do Convento de São Francisco.....	101
FIGURA 20 - Parte do mapa do município de Vitória, elaborado pelo Diretório Municipal de Geografia, com destaque da autora.....	103
FIGURA 21 – Recorte da “Figura 20”, com intervenções da autora.....	103

FIGURA 22 - Obras no cemitério de Maruípe (1958)	106
FIGURA 23 – Recorte da “Planta Urbana da área doada pela prefeitura à Universidade Federal do Espírito Santo para a construção da cidade universitária no bairro de Maruípe” (1959).....	106
FIGURA 24 - Imagem satélite atual do bairro de Maruípe com marcação da área do cemitério da Boa Vista em intervenções da autora.....	107
FIGURA 25 - Cemitério Municipal de Santo Antônio.	114
FIGURA 26 - Portão do cemitério da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte e Portão do cemitério da Irmandade São Benedito do Rosário	120
FIGURA 27 - Portão do cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento e placa interna que divide o território cemiterial da Irmandade de Santo Antônio dos pobres.....	120
FIGURA 28 - Cemitério Municipal da Boa Vista.....	126
FIGURA 29 - Imagem satélite do Cemitério Parque da Paz localizado em Vila Velha, com intervenções da autora.	136
FIGURA 30 - Muro coberto de vegetação que impede a visibilidade do cemitério municipal de Ponta da Fruta	136
FIGURA 31 - Cemitério municipal de Ponta da Fruta visto por sobre o muro coberto de vegetação.....	137

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Caracterização do cemitério Municipal de Santo Antônio.....	111
TABELA 2 - Caracterização dos cemitérios das Irmandades religiosas de Vitória.....	116
TABELA 3 - Caracterização do cemitério Municipal da Boa Vista.....	123
TABELA 4 - Registros de sepultamento x registros de falecimento do IBGE.....	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: REVELANDO PERSPECTIVAS DA PESQUISA.....	11
CAPÍTULO 1: GEOGRAFIA CEMITERIAL: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE O TEMA.....	18
1.1 Entendendo o cemitério como território urbano desigual.....	22
1.2 Cemitério: Signos e símbolos Culturais, Memória e Identidade.....	30
CAPÍTULO 2: O LUGAR DO CEMITÉRIO (E DA MORTE) NOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA.....	39
2.1 A medicina social e o higienismo dos séculos XVIII e XIX.....	40
2.2 Em busca de lugar para o cemitério na urbanização da virada de século.....	45
2.3 Existe lugar para os cemitérios na cidade atual?	47
CAPÍTULO 3: AS NECRÓPOLES NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO URBANA DE VITÓRIA/ES A PARTIR DO SÉCULO XIX.....	51
3.1 Caracterização geral dos cemitérios estudados.....	54
3.2 A questão cemiterial na Vitória oitocentista.....	55
3.3 A questão cemiterial no governo de Afonso Cláudio.....	64
3.4 A questão cemiterial no governo de Moniz Freire.....	77
3.5 Loren Reno e os novos elementos do contexto da virada de século.....	81
3.6 A questão cemiterial no governo de Jerônimo Monteiro.....	86
3.7 A questão da perpetuidade e da desigualdade socioespacial.....	98
3.8 Os cemitérios na gestão municipal de Octávio Índio e os trinta anos de espera.....	100
CAPÍTULO 4: OS CEMITÉRIOS DE VITÓRIA/ES NA CONTEMPORANEIDADE	109
4.1 Cemitério de Santo Antônio.....	111
4.2 Cemitérios particulares das Irmandades religiosas.....	116
4.3 Cemitério da Boa Vista.....	123
4.4 Discussão da tabela anual de registros de sepultamento por cemitério.....	128
4.5 Desigualdade socioespacial nas necrópoles estudadas em Vitória/ES.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	144

INTRODUÇÃO: Revelando Perspectivas da Pesquisa

Cumpriu sua sentença. Encontrou-se com o único mal irremediável, aquilo que é a marca do nosso estranho destino sobre a terra, aquele fato sem explicação que iguala tudo o que é vivo num só rebanho de condenados, porque tudo o que é vivo, morre.

(Ariano Suassuna. O Auto da Compadecida).

Os cemitérios são espaços de rituais fúnebres que comportam arte mortuária, cultura, signos e significados, memória e identidade. Os cemitérios evidenciam sentimentos relacionados à morte. Estão inscritos no tecido urbano e passaram por processos de transformação que, de certo modo, acompanharam mudanças impostas pela urbanização, especialmente nos últimos três séculos. Mas a presença dos cemitérios nos processos civilizatórios humanos é muito mais remota:

Pouco depois de se ter descoberto a trilha do homem no mais antigo dos acampamentos ou dos instrumentos de pedra lascada, encontra-se a prova de interesses e inquietações que não tem correspondente animal; em particular, uma cerimoniosa preocupação pelos mortos, manifestada em seu sepultamento deliberado – com evidências cada vez maiores de piedosa apreensão e temor. (...) Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente retornavam os vivos, a intervalos, a fim de comungar com os espíritos ancestrais ou de aplacá-los (MUMFORD, 1998, p. 12-13).

A designação “cemitério”, entretanto, não é do paleolítico, como lê-se na citação anterior. O termo tem sua origem no grego, *koimetérion*, que designava, a princípio, o lugar onde se dorme. Sob a influência do cristianismo, a palavra passou a designar o lugar de descanso do corpo após a morte.

Espaço sagrado que faz parte da vida cotidiana, cujo reflexo dos vivos é transportado para os túmulos, demonstrando representações individuais ou familiares de distintas formas. Parecido com pequenas cidades, sendo regidos por uma lógica de organização, cuidadosamente planejados, os cemitérios movimentam negócios e mostram estratificações sociais identificados através de suas ruas que separam os túmulos. (...) A história dos cemitérios também pode ser lida como um processo de implantação de uma ordem cultural desenvolvida por grupos sociais e a sua inter-relação com a existência humana e sua finitude” (PETRUSKI, 2007, p. 94).

Considerando a necessidade de compreender os cemitérios no âmbito do contexto histórico da produção e transformação dos processos territoriais urbanos, a história e a territorialidade dos cemitérios do município de Vitória/ES podem ser vistas, até aqui, como objeto de pesquisa ainda pouco explorado no meio acadêmico.

A curiosa trajetória do interesse, isto é, a justificativa da motivação para realizar essa pesquisa de mestrado, tem início no curso de graduação em Gemologia na UFES, único curso superior no Brasil no estudo de gemas e pedras preciosas, que parece não guardar nenhuma relação com os cemitérios. Ocorre que foram realizados, também no processo de formação na graduação, estudos sobre minerais e rochas industriais, ocasião na qual participei de um projeto de pesquisa sobre conservação e restauro de rochas ornamentais. Nesse interesse, constatei a variedade de rochas presentes na estatuária cemiterial e a importância de sua conservação e patrimonialização. Ao perceber o cemitério, por suas rochas, foi possível notar, também, a desigualdade entre os túmulos, assim como a localização destes no interior dele. Esse fato mostrou que, mais do que rochas e minerais, o cemitério expressava algo ainda mais complexo, que estava fora do alcance da Gemologia, mas não da Geografia, em sua perspectiva humana, social, cultural e humanística.

Assim, o presente estudo, desenvolvido no programa de pós-graduação em Geografia, mais precisamente na Linha de Pesquisa Espaço, Cultura e Linguagens, buscará compreender de que maneira os processos de transformação da sociedade engendraram correspondentes transformações territoriais no espaço físico das necrópoles¹ da cidade de Vitória/ES, sublinhando que elas são espaços socialmente construídos.

A trajetória histórica da territorialidade dos cemitérios do município de Vitória/ES será descrita e, nela, as continuidades e rupturas da expressão de valores sociais e econômicos em seus territórios geográficos. Assim, buscaremos entender o modo como as relações de poder e separação de classes sociais verificadas na sociedade podem estar impressas na ocupação de seu território, visto como espaço territorial urbano e, também, como elemento de expressão de valores culturais. Ou seja, entendendo que os cemitérios, cidade dos mortos, correspondem, de certo modo, à organização social, econômica e cultural da sociedade dos vivos, e que a infraestrutura dos cemitérios guarda semelhança com a infraestrutura das cidades, buscaremos investigar o problema da pesquisa: é possível verificar uma continuidade da separação ancestral entre pobres e ricos, estendida ao espaço físico dos cemitérios? Como historicizar esse processo, em concomitância com a modernização urbana e socioespacial da cidade?

Isto posto, o objeto de estudo desta pesquisa são os cemitérios do município de Vitória/ES. Entre os cemitérios estudados nesse trabalho, observaremos cemitérios públicos,

¹ Ao longo do texto, utilizaremos os termos “necrópole”, “cemitério”, “território cemiterial” ou outro do mesmo gênero, não por entendermos que haja uma diferenciação conceitual entre eles, mas por questões meramente de construção textual.

como o Cemitério Municipal de Santo Antônio e o Cemitério Municipal de Boa Vista e cemitérios particulares, como aqueles pertencentes às irmandades religiosas, localizados no complexo cemiterial do bairro de Santo Antônio, quais sejam, o Cemitério da Arquiconfraria da Boa Morte, o Cemitério da Irmandade de São Benedito do Rosário, o Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento e o Cemitério de Santo Antônio dos Pobres. Entretanto, além das necrópoles citadas, para esgotar a formação histórica territorial dos cemitérios da cidade, deveremos conhecer a trajetória de cemitérios que existiram e que não existem mais, tais como, os vários exemplos situados no centro da cidade, sob responsabilidade de igrejas católicas locais, o antigo cemitério público do Convento de São Francisco, o cemitério do Morro do Pinto, que foi o primeiro passo para a cemiterização do Sítio Santo Antônio, e o “cemitério velho” de Caratoíra. Foi incluída na pesquisa histórica, ainda, a análise do caso de um cemitério que nunca existiu, apesar de ter sido projetado em um dos momentos máximos da urbanização de Vitória, o cemitério do Morro do Barro Vermelho.

Assim, o objetivo geral do estudo é compreender a formação histórica dos cemitérios de Vitória/ES. Como objetivo específico, busca-se entender, nesse processo de formação, os aspectos da desigualdade socioespacial nas necrópoles.

No que diz respeito à metodologia, o presente estudo é uma pesquisa prioritariamente qualitativa, baseada em leituras e análises históricas, etnográficas, sociológicas e geográficas. Mas, possui elementos quantitativos, uma vez que utiliza estatísticas do IBGE em sua análise a fim de fundamentar alguns raciocínios. A pesquisa é, também, descritiva e exploratória, pois exigiu levantamento e exposição descritiva de vasto e rico material fruto da pesquisa documental histórica e empírica.

As análises e os debates aqui expostos podem ser situados numa *geografia histórica*, em que Abreu (2000) entende que seja possível fazer uma “geografia do passado”, inserindo a dimensão temporal nos estudos de geografia. Deste modo, foi buscando questões geográficas sobre o passado que tentamos entender o território cemiterial de Vitória e explicar sua realidade recente, a partir dos seus vestígios geográficos. Para Baker (*apud* CARNEIRO, 2018, p.9), o objeto de estudo dos geógrafos históricos é “a geografia de um lugar em algum momento no passado ou as mudanças geográficas de um lugar durante certo período no passado”. Ocorre que esse objeto, que indica a relação entre o saber histórico e o geográfico, guarda em si uma dificuldade que verificamos na realização deste estudo:

Os geógrafos históricos não podem observar diretamente o fenômeno que desejam estudar, a exemplo do que fazem os cientistas naturais e sociais. (...) Logo, é preciso muita atenção no trabalho arquivístico, pois o pesquisador, influenciado pelas suas

motivações, decisões, pressupostos e valores, interage com as fontes (CARNEIRO, 2018, p.9).

Sendo impossível reconstruir o passado como um todo e não sendo os documentos antigos neutros, mas imbuídos de relações de poder vigentes da época, a Etnografia foi capaz de nos trazer novos instrumentos de análise.

A Etnografia surgiu no final do século XIX e início do século XX. Os pesquisadores, nessa época, dirigiam seus esforços para as comunidades e para os grupos sociais, tentando compreendê-los. Com o decorrer dos anos, a etnografia alcançou também o viés urbano, tentando dar conta das cidades e os seus problemas, passando a ser uma metodologia amplamente utilizada no campo das ciências sociais, podendo ser aplicada aos mais variados objetos de pesquisa.

A pesquisa etnográfica pode ser realizada em uma variedade de lugares: cidades de diferentes portes, regiões periféricas, fábricas, minas, fazendas, escritórios, empresas, hospitais, prisões, igrejas, escolas, universidades etc (HAMMERSLEY; ATKINSON, apud MAINARDES, 2009, p. 104).

Segundo Geertz (2008), praticar a etnografia é “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 2008, p. 4). Mas devemos estar atentos para não reduzir a pesquisa etnográfica à pesquisa de campo, visto que, para a sua realização é necessária a construção de uma base teórica sólida, a exploração de um aporte bibliográfico acerca do tema e, principalmente, a busca em fontes dados primários.

Embora o tempo de observação seja relevante; é importante destacar que o preparo do pesquisador, sua base teórica e sua experiência com o tema investigado são elementos fundamentais para que as observações sejam proveitosas e, principalmente, para a análise dos dados (MAINARDES, 2009, p. 105).

Diante do exposto, foi possível realizar uma imersão na gestão cemiterial de Vitória/ES a partir dos anos de 1850 (com as medidas de controle das epidemias), até 1989 (com a mais recente anexação de terrenos ao cemitério de Maruípe). Compreendendo a formação histórica das áreas das necrópoles, foi possível um novo recorte temporal que revelasse suas realidades recentes, quando analisamos dados de 2017 a 2019.

Neste escopo, diferentes procedimentos metodológicos, foram aplicados nas diferentes partes do trabalho, no que concerne às ferramentas e fases da pesquisa. Recorreu-se à (1) *pesquisa bibliográfica*, com a leitura e análise crítica da bibliografia existente na Geografia e em ciências afins, que buscam dar conta do debate sobre a territorialidade das necrópoles nas cidades, (2) *pesquisa exploratória* de fontes primárias relativas à formação do território

cemiterial do município de Vitória/ES nos arquivos públicos disponíveis e nas coleções digitais de periódicos de época e (3) *pesquisa empírica*, com a coleta de dados em campo, com a formação de um inventário fotográfico e com a realização de entrevistas e depoimentos com administradores de cemitérios locais, diagnosticando e questionando os elementos culturais e espaciais nas necrópoles.

Para adotar uma categoria analítica a partir da qual se formará um referencial teórico foi necessário pensar sobre uma questão base: existe diferença entre o cemitério entendido como território urbano e cemitério entendido como expressão de valores culturais? Julgamos que não, na medida em que entendemos *território* como resultado da transformação promovida por ações humanas sobre a natureza. Sendo o território algo vivo, em constante transformação, não deveríamos separar território urbano e expressão de valores. Quanto ao debate acerca da desigualdade socioespacial, emerge a necessidade de trabalhar com a categoria *espaço*, uma vez que acreditamos que as categorias não se excluem.

A questão cemiterial do município acompanhou o processo de mudanças que a cidade passou ao longo do tempo. Conforme ganhava diferentes soluções políticas, a questão cemiterial ganhava, também, formas urbanas diferentes. Por isso, julgamos que o presente trabalho desenvolva uma *geografia histórica e etnográfica do território*, já que existe um processo histórico, político, cultural e geográfico no qual os homens se distinguem uns dos outros e essas distinções ganham desdobramentos no lugar dos mortos.

A cidade de Vitória/ES, área de análise eleita para este trabalho, é o recorte espacial analítico² para entender as configurações de poder vinculadas às dimensões de classes que exprimem a desigualdade socioespacial nos cemitérios.

O conceito de território assumiu centralidade em várias pesquisas na área da geografia no decorrer dos últimos anos, pois, a materialidade do território se torna visível a partir das relações intersubjetivas, que são essenciais à vida humana. Sabemos que diversos autores importantes têm refletido sobre o conceito de território. Alguns deles relacionam território com espaço geográfico e até mesmo com paisagem. Nesse trabalho, optamos por usar autores que relacionam o conceito de território com as relações de poder. A referência de Claude Raffestin e Rogério Haesbaert como fundamento de território, leva em consideração o fato de que eles não trataram diretamente sobre a questão dos cemitérios. Por isso, o que nos interessa é a percepção de território, para esses autores, posta em diálogo com as questões cemiteriais.

² Trata-se da *área insular* da cidade, onde estão localizados todos os seus cemitérios e onde teve início a história urbana do município.

Este é o trajeto proposto por este trabalho para a análise do município de Vitória/ES e de seus cemitérios, como territórios urbanos.

No capítulo 1, **GEOGRAFIA CEMITERIAL: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE O TEMA**, busca-se, primeiramente, realizar uma ampla revisão bibliográfica que apresente o cemitério como tema possível à Geografia. Diversos estudos foram base de sustentação para adotar a categoria geográfica de “território”, de onde partirá nossa fundamentação teórica na análise do tema, tendo em vista as desigualdades socioespaciais verificadas nas necrópoles. Entendendo que o conceito de território é de extrema importância para a compreensão das diferentes formas de produção e apropriação do espaço, descrevemos o local dos mortos como uma extensão de nossas cidades, onde as diferenças sociais também são reveladas. Apresentamos o processo de secularização ocorrido com os cemitérios, ou seja, sua autonomização em relação ao domínio religioso, tendo como referência que sempre estiveram presentes neles os elementos simbólicos e culturais, a noção de memória e de identidade, os valores e as devoções, além de uma miríade de outros fatores que elevam os cemitérios à condição de objeto de estudo da geografia humana, urbana e cultural.

No capítulo 2, **O LUGAR DO CEMITÉRIO (E DA MORTE) NOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA**, partimos do conceito geral de “cidade”, para entendermos que a forma das aglomerações urbanas e a escolha dos seus territórios obedecem a padrões de cooperações ou conflitos, que se estabelecem historicamente. Sedimentado este ponto, analisaremos os modos como o lugar do cemitério no processo de transformação urbana foi amplamente discutido a partir do século XVIII. Nesse momento, o fortalecimento do poder médico, com o nascimento da medicina social, promoveu a desinstalação da relação estabelecida entre a sociedade, o espaço e o manejo dos mortos na Europa. Os cemitérios começaram a ser vistos como fonte de perigo e, por isso, foram retirados dos centros urbanos, a partir da articulação dos poderes médico e religioso, face ao poder político. O cientificismo no Brasil é oitocentista, tardio com relação ao que se passou na Europa, mas fortemente influenciado pela experiência europeia. Assim, tomando de forma geral os aspectos comuns às diferentes realidades das cidades brasileiras da época, enfoca-se a busca de novos lugares para os cemitérios na urbanização da virada de século, auge das inaugurações de cemitérios monumentais extramuros.

No capítulo 3, **AS NECRÓPOLES NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO URBANA DE VITÓRIA/ES A PARTIR DO SÉCULO XIX**, primeiramente, realizamos um breve comentário sobre a evolução legislativa e uma definição de termos que tornasse possível apresentar o município de Vitória e a política mortuária de sua

prefeitura, prevista no seu Código de Posturas atual. Prosseguimos com a justificativa do recorte espacial aplicado à metodologia, a apresentação do objeto do estudo (caracterização geral dos cemitérios estudados) e dos métodos de pesquisa utilizados. Em seguida, desenvolvemos o objetivo do estudo, compreendendo a formação territorial histórica e as mecânicas de desigualdade presentes nas necrópoles do passado e do presente. Para fazer isso, buscamos percorrer os principais momentos e os arranjos geo-políticos do recorte temporal estabelecido, desde a Vitória oitocentista, até o completo estabelecimento do território cemiterial do município, conforme conhecemos hoje. Resgatando personagens históricos (famosos ou esquecidos) e revisitando estudos clássicos da história da cidade, pretende-se criar uma nova e precisa perspectiva sobre a (trans)formação gradual e cheia de imprevistos do espaço cemiterial de Vitória.

Com o capítulo 4, **OS CEMITÉRIOS DE VITÓRIA/ES NA CONTEMPORANEIDADE**, inaugura-se um método de caráter mais empírico, aplicado ao tema desse trabalho. A coleta de dados em campo e a realização de entrevistas com os administradores dos cemitérios locais buscaram diagnosticar e questionar os aspectos territoriais e geo-políticos, mapeados no capítulo anterior, confrontando-os com a realidade contemporânea de suas dinâmicas internas. Para isso, tomou-se como base uma versão livremente modificada de antigas fichas do IBGE que, por meio do Serviço Nacional de Recenseamento, realizava, desde 1938, censos em cujo interesse estavam os cemitérios, destinatários de “questionários especiais”, aplicados pelo menos até a década de 50. Assim, por meio da análise de narrativas e de dados apresentados, caracterizamos o momento presente do Cemitério de Santo Antônio, dos cemitérios particulares das irmandades religiosas e do Cemitério da Boa Vista. Do mesmo modo, discutimos uma tabela que confronta o número de sepultamentos anuais, registrados por cada cemitério da cidade, com o número total de falecimentos do município de Vitória, segundo dados do IBGE. Com essa discussão, foi possível identificar o funcionamento de um “microsistema cemiterial”, que usamos como fundamento para o debate sobre a desigualdade socioespacial nas necrópoles estudadas.

Por fim, entendemos que a observação dos nossos fazeres através da história pode nos levar a conhecer o que somos, como somos e porque somos. Além disso, pode nos dar a capacidade de compreender a construção histórica de nosso modo de agir e, se for o caso, proceder a sua desconstrução. Diante disto, buscar-se-á, nestas páginas, o objetivo de realizar a historicização das práticas e da territorialidade cemiterial. Acreditamos (e demonstraremos) que aquilo que se vê em um cemitério não é o resultado de uma evolução ininterrupta do “precário” ao “perfeito”, mas sim um retrato instantâneo de processos históricos que representam múltiplas

forças em trânsito político: continuidades, rupturas, vencedores, vencidos, resistências, concessões. Tudo isso assentado sobre os *sete palmos de terra* que guardam aqueles que nos esperam.

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA CEMITERIAL: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE O TEMA

Reconhecendo nos cemitérios uma realidade complexa, e dialogando com temas como arte mortuária, cultura, signos e memória articulados em um ambiente reservado, pela urbanização, à prática de rituais fúnebres, entendemos que eles podem ser compreendidos à luz da Geografia, na perspectiva do seu debate humanista e cultural.

Contudo, apesar da existência de pesquisadores empenhados em investigar o tema cemiterial em diferentes universidades do Brasil, as necrópoles não são objetos de pesquisa em Geografia Humana tão frequentes como as religiões, os movimentos sociais, os grupos humanos/étnicos (indígenas, quilombolas, etc.), comunidades rurais, bairros, população carcerária, pessoas em situação de rua, saúde e realidade sanitária e outros temas.

Entendemos que o papel da Geografia, como ramo de saber, na compreensão dos cemitérios, pode ser percebido nas relações que culminam nas desigualdades socioespaciais verificadas não apenas entre eles enquanto localização na cidade, mas também neles como territórios recortados e definidos, segundo a classe social dos mortos. Em outras palavras, pode-se olhar o cemitério como um (1) *território desigual*, e nesse aspecto, a Geografia tem muito a contribuir, e essa pesquisa que ora desenvolvemos objetiva dar sua contribuição.

Além do olhar acerca do cemitério como território desigual, com todos os limites analíticos, reflexo de uma sociedade dividida em classes sociais, destacamos outro olhar importante: a memória, a cultura e a identidade, expressos materialmente e subjetivamente neles. Signos, símbolos, significados, rituais culturais e religiosos contribuem para uma territorialidade cemiterial.

O geógrafo Antônio Uyvão Pegaia, em 1967, já chamava a atenção para os estudos dos cemitérios de São Paulo, na sua publicação *Estudo geográfico dos cemitérios de São Paulo*. Nesse artigo, Pegaia analisou, com as ferramentas da Geografia Urbana, as consequências imobiliárias dos cemitérios para os lugares onde estão instalados. Quarenta anos depois, em 2006, n' *O céu aberto na terra, uma leitura dos cemitérios na geografia urbana de São Paulo*, o geógrafo Eduardo Coelho Morgado Rezende teve como foco principal a preocupação sobre a localização dos cemitérios de São Paulo, investigando quais foram os critérios para as instalações das necrópoles.

Em uma direção semelhante, Edna Teresinha da Rosa (2003), na dissertação de mestrado em geografia “*A relação das áreas de cemitérios com o crescimento urbano*”,

descreveu minuciosamente a localização das necrópoles de Florianópolis, apresentando imagens de satélites e, pela via documental, fez um levantamento histórico dos cemitérios investigados. Ao abordar o planejamento urbano, Rosa utilizou autores consagrados da geografia, como Milton Santos e David Harvey, adotando para sua pesquisa a categoria “*espaço*”. A autora destacou as dificuldades de estudar um tema pouco explorado na época de seus estudos. Em suas conclusões, Rosa sugeriu que as prefeituras investissem em pesquisas nos cemitérios públicos, pois, através de estudos técnicos, seria possível detalhar sua real situação e, dessa forma, planejar a gestão do espaço cemiterial, levando em consideração, inclusive, o viés geológico e hidrogeológico, a fim de compreender as condições sanitárias desses espaços.

Analisando o interesse no campo de estudos dos cemitérios, outro trabalho que nos chama atenção é uma dissertação de 2009, que foi apresentada no programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Amazonas. Objetivando o ensino da geografia, como disciplina, a pesquisadora Maria Terezinha da Rosa Cupper (2009) produziu seu “*Educação e cultura: leitura do cemitério de São João Batista – Manaus/AM*”. A autora adotou a categoria geográfica de “*paisagem*” em seu trabalho e, assim, definiu o cemitério como paisagem simbólica e paisagem cultural, classificando-o como paisagem de aprendizagem. Cupper (2009) considerou que os cemitérios podem ser estudados por diversos vieses, ou seja, são espaços multidisciplinares, mas que raramente são abordados no ensino. Dedicando-se à caracterização simbólica encontrada no cemitério de São João Batista de Manaus, a autora considera que ele cumpre, não apenas, sua função social de sepultar os mortos, mas que também deveria ser compreendido como uma paisagem que educa.

A educação amazonense com raras exceções, não aponta este local como um objeto significativo que possa ser lido e interpretado dentro de uma sociedade em ininterrupta dinâmica e que não percebe a morte como consequência natural do ciclo biológico da vida. Atribuiu-se ao seu caráter material (técnica e razão) e ao seu significado simbólico e representativo (emoção) à vontade de identificá-lo como possível paisagem de aprendizagem. Segundo esta visão apresentada, o cemitério adquire importância e visibilidade agregando em si mesmo caráter educativo e cultural, deixando de ser apenas classificado meramente como aparelho urbano (CUPPER, 2009, p.16).

Podemos destacar, também, “*Geografia e a fenomenologia dos espaços cemiteriais*”, dissertação de mestrado da Universidade Federal do Piauí, em que Ivanaíla de Jesus Sousa (2018) tratou diretamente da epistemologia da geografia em sua pesquisa. A autora investigou três cemitérios de Teresina, no Piauí. Seu principal objetivo foi o de “refletir a respeito da contribuição da fenomenologia, como meio de investigação relacionado à geografia

urbana” (2018, p. 9). Para isso, numa pesquisa descritivo-fenomenológica, a autora utilizou teóricos consagrados da geografia, como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa e Yi-Fu Tuan. Souza (2018), assim como Cupper (2009), adotou a categoria de “*paisagem*” para trabalhar com os cemitérios. Indicando o caráter interdisciplinar que pode ser percebido nestes locais, a autora aponta que eles “podem ser entendidos como paisagens que permitem o encontro físico entre vida e morte; e manifestações culturais que possibilitam a extensão da vida” (2018, p. 9).

Com esses estudos, observamos que existem diversas maneiras e perspectivas de entendimento dos cemitérios, assim como, diversas categorias de análise da Geografia que podem ser aplicadas a esse objeto de pesquisa. Entendemos, ainda, que os cemitérios devem ser observados e compreendidos para além do que podemos ver materialmente, sua paisagem e o que salta aos olhos. Nesse sentido, é importante, também, entender esses equipamentos cujas imagens e paisagens destoam entre si, revelando quando se trata de cemitérios onde estão enterradas pessoas oriundas de classes de alto e médio poder aquisitivo daqueles dirigidos aos mais pobres.

Os cemitérios foram estudados pela Geografia Cultural, que muito contribuiu com a compreensão dos rituais que neles acontecem. Através desse campo da Geografia, é possível compreender os cemitérios como *(2) expressão de valores culturais*, manifestados através dos símbolos, da memória e da identidade. Pois, para Claval o objetivo da geografia cultural é:

entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente, e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica (CLAVAL, 2009, p.20).

A noção de cultura foi objeto de diversos estudiosos, entre eles estão os antropólogos, sociólogos, filósofos, historiadores e, notadamente, os geógrafos. Na geografia cultural, busca-se compreender a interação humana com a natureza, tendo em vista que essa interação gera implicações na ordenação do espaço. Pois é justamente nesse sentido que, para Claval (2009), a cultura é inerente aos seres humanos e está assentada numa base geográfica, que é o espaço.

Conceituar “cultura” não é tarefa fácil, valendo mais compreender o seu contexto do que tentar formular uma definição imutável e concreta do assunto. “Pouco se ganha ao se tentar uma definição precisa de cultura. Fazê-lo implica em sua redução a uma categoria objetiva, negando sua subjetividade essencial” (SAHLINS, *apud* COSGROVE, 2012, p. 1).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Claval (2009) afirma que devemos ter uma

visão crítica da cultura diante das variadas concepções do termo. O autor nos diz que os geógrafos devem se manter atentos e conscientes à complexidade desse assunto sem relativizar a sua importância para a sociedade humana.

O uso do termo cultura deve ser crítico. Para alguns, a dinâmica das culturas aparece como uma dinâmica de diferenciação a ser protegida. Tudo o que favorece a uniformização do mundo deve ser censurado. Para outros, existe sempre uma dimensão de universalidade nas culturas (CLAVAL, 2009, p. 21).

A cultura se manifesta no espaço através de códigos, estes podem ser compreendidos como um sistema de símbolos no qual podemos visualizar materialmente a expressão cultural. São esses símbolos, também, que proporcionam a transmissão de certas características culturais de um determinado grupo a outros e, com passar do tempo, eles vão se perpetuando ou incorporando modificações, de geração em geração. “As formas espaciais, através das quais o simbolismo ganha materialidade, constituem, por outro lado, meio através dos quais a cultura é modelada” (CORRÊA, 2012, p. 10).

Podemos compreender que a capacidade de comunicação do sistema de símbolos é um modo de expressão da cultura, algo que a torna visível e concreta. Dessa forma, podemos alcançar o conceito de cultura material como sendo aquilo que nos permite visualizar e identificar, pela concretude, os aspectos físicos da cultura. Isto posto, não é difícil perceber os cemitérios como locais onde é possível verificar a cultura material comunicando seus conteúdos, no manejo de seu sistema de símbolos típicos.

No que diz respeito à Geografia Humana, devemos entender que “ela tem por domínio o estudo da obra dos homens sobre a Terra, do trabalho visível, tangível, realizado pela caravana humana que se desloca na superfície do globo” (DEFFONTAINES, 1959, p.3). Sendo assim, os cemitérios foram alvo de estudo pela geografia clássica, já que são espaços ricos de símbolos concretos. Um exemplo está em Deffontaines (1959), o qual chamou a atenção para a importância desses espaços:

Há domínios geográficos que se afastam, de muito, do físico. Há, por exemplo, uma inscrição na paisagem geográfica do problema da morte que, na Terra, somente os homens foram levados a se propor; quase sempre os que não mais existem ocupam ainda um lugar no solo, considerável por vezes, e isto desde tempos imemoriais. De algumas civilizações mesmo, só se tomou conhecimento através de suas atividades funerárias: a Geografia é mais uma geografia dos mortos do que dos vivos (DEFFONTAINES, 1959, p.16).

1.1 Entendendo o cemitério como território urbano desigual

É inescapável que pensemos que todos os homens morrem, desde que nossos primeiros pais foram expulsos do paraíso. Ou, se preferirmos a versão darwinista, morrem todos os homens, desde a evolução de nossa ancestralidade comum, quando os organismos mais adaptados ao meio tiveram mais chances de sobrevivência do que os menos adaptados, mas, mesmo estes, todos morreram. Porque tudo o que é vivo, morre.

Assim, desde que os homens foram capazes de se deliberar segundo sua consciência, tiveram que lidar com seus mortos, seja com rituais de consagração, seja com mero descarte. A atitude dos homens diante da *ideia de morte* e sua atitude diante da *concretude dos cadáveres* são temas diferentes, mas fortemente interligados.

Assim, entendemos que o conceito de cemitério, como local destinado ao sepultamento dos mortos, traz em si um duplo aspecto. Por um lado, o aspecto territorial que nos informará sobre a escolha do terreno e sua organização interna: é o *cemitério como espaço territorial desigual*. Por outro lado, o seu território é elevado à acepção máxima, sendo incorporado na sociedade e nos processos civilizatórios: é o *cemitério como um elemento de expressão de valores culturais*.

O conceito de território é de extrema importância para a compreensão das diferentes formas de produção e apropriação do espaço. Devemos levar em consideração que territorialidade e espaço são palavras cujos conceitos são complementares.

Segundo Marcos Aurélio Saquet (2007), geógrafo que tem elaborado ricas reflexões sobre o território, Claude Raffestin é um destacado integrante da escola francesa da abordagem territorial, juntamente com outros, inclusive não geógrafos, como é o caso de Michel Foucault. Frequente em estudos brasileiros, a escola francesa é pautada em uma visão geopolítica de território, pelo reconhecimento da territorialização de processos sociais, a partir de relações econômicas políticas e identitárias. Embora aqueles autores, não tenham tratado diretamente da questão cemiterial, é perfeitamente possível colocar em diálogo a formação territorial histórica das necrópoles de determinado lugar com a dimensão política e econômica do uso do espaço, para a efetivação da territorialidade.

O poder, para Foucault, autor presente no capítulo seguinte, “é produzido nas relações, em cada instante; não é uma instituição, mas o nome que se dá a uma situação complexa da vida em sociedade” (SAQUET, 2007, p. 32). Raffestin, influenciado pelas reflexões de Michel Foucault, como se percebe em “*Por uma geografia do poder*”, aponta a

necessidade de estudos que abordem o poder em uma perspectiva geográfica. Segundo Saquet (2007), Raffestin conceitua “a territorialidade, com um caráter relacional: produto de uma coletividade, na qual os indivíduos mantêm relações entre si” (SAQUET, 2007, p. 78). Dessa forma, o autor reconfigura o conceito de território, a partir da reflexão sobre o poder.

A materialidade do território é reconhecida, não apenas por suas formas, mas pela força das relações sociais que a produziu. Essa percepção faz com que seja possível refletir sobre a questão cemiterial como produto social historicamente construído a partir de muitas variantes. Além disso, por meio dessa noção fica instalada a possibilidade de uma concepção relacional de território e das possíveis desigualdades verificadas nele, sob uma perspectiva geohistórica.

Segundo Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, ou seja, o território se constrói a partir do espaço. Quando um ator se apropria de um espaço, sendo através da concretude de símbolos ou através das representações abstratas, o ator ‘territorializa’ o espaço. Dessa forma, o ator produz o território a partir da existência do espaço, mantendo sobre o espaço relações de poder.

Para compor um território é necessário que exista um povo, recursos, áreas, limites e fronteiras. Por meio destes aspectos, os atores exercem os seus poderes. A ação do povo sobre o território gera delimitação e essa atitude sobre o espaço é uma manifestação de poder.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Conforme Raffestin, podemos entender que o território representa a materialização das atitudes dos homens, na medida em que estes exercem seu poder sobre o espaço.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nesse trecho, é curiosa a utilização do termo *prisão*. Podemos entender que a “prisão que os homens constroem para si” está associada às barreiras que os próprios homens constroem, sejam muros, cercas, ou seja, um código no qual definimos quem participa ou não de determinado “território”.

Contudo, segundo Saquet, a compreensão de Raffestin quanto ao conceito de “espaço geográfico” como sendo palco preexistente ao território, é uma limitação do seu trabalho. O autor considera que ele não é apenas palco, mas “tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (2007, p. 77). Esse fato não diminui a importância de Raffestin para os estudos geográficos do território, o que se comprova com a cadeia de influências que decorreram do seu trabalho.

Assim, no mesmo sentido da noção de território para Raffestin, o geógrafo Rogério Haesbaert, em seu artigo intitulado *Território e Multiterritorialidade: um debate*, define que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "temtorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação" (HAESBAERT, 2007, p. 20).

O território está entranhado nas relações de dominações e apropriações da sociedade no espaço. Ele se apropria desde a política e economia, que são relações funcionais importantes para o funcionamento de uma sociedade, até uma apropriação subjetiva que envolve as culturas e simbologias.

Dentro de uma sociedade, todos os espaços vão se constituindo como territórios à medida que os homens atribuem valores e funções a eles. É possível compreender que qualquer representação que é colocada sobre o espaço revela o desejo de formar um território, um local onde se possa exercer relações sociais.

o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

A partir das relações sociais, é relevante observar as relações de poder que se instauram sobre as territorialidades, visto que o poder é uma característica inerente ao território.

Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

Partindo da premissa de que é impossível manter uma relação que não seja marcada pelo poder, vejamos nosso objeto de estudo.

Na formação histórica dos territórios cemiteriais, a partir da segunda metade do século XIX, quando os cemitérios começaram a ser vistos como fonte de perigo e foram retirados dos centros urbanos, relacionaram-se os poderes médico e religioso, face ao poder político. Como apresentaremos detidamente no capítulo seguinte, foi a partir dessa articulação de poderes que foi redefinida a parte que lhes cabia no tecido urbano. Igualmente, quando observamos um cemitério em sua lógica interna, notamos que as relações de poder estão explicitamente marcadas nas disposições dos túmulos e na localização dos terrenos privilegiados próximos de infraestruturas, como luzes, vista para a capela, e assim por diante.

Nos cemitérios monumentais, a demarcação dos terrenos nobres é facilmente reconhecida, principalmente pela exuberância de jazigos pomposos, exibindo monumentos de anjos e diversos outros símbolos. Nos cemitérios do tipo jardim, observamos que em suas divisões internas também existem as áreas mais valorizadas. Apesar da uniformização paisagística, existe neles um ordenamento interno que reflete as relações de poder, terrenos mais próximos das avenidas, locais arborizados e locais que apresentam uma bela vista sendo mais valorizados do que aqueles periféricos ou mais próximos aos limites territoriais representados pelos muros.

Em nossa pesquisa compreendemos que as cidades dos mortos possuem características semelhantes ou até mesmo idênticas às da cidade dos vivos, e que as relações sociais e de poder continuam a existir no espaço da morte. Isso não é novidade em termos acadêmicos, visto que “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma produção territorial” (REFFESTIN, 1993, p.150), que sempre manifesta uma relação de poder. Os cemitérios são equipamentos da cidade, definidos, em todos os sentidos, pelos ocupantes da cidade e seus poderes, por isso, sua produção territorial e sua lógica espacial não seria diferente do tipo que conhecemos na vida dessas cidades. Dessa forma, afirma Reffestin que:

os diferentes modelos urbanos, os diferentes modelos de núcleos centrais e os modelos de distribuição de densidades nada mais são do que uma única e mesma estrutura comandada por objetivos e por ações diferentes, que dão imagens variadas de cidades e de redes urbanas (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Em diversos momentos e lugares, somos atores produzindo territórios. Todos nós estamos nos apropriando de diversos espaços e os estruturando com signos para que possamos nos comunicar e comunicar quem somos.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados" (HAESBAERT, 2007 p. 23).

No que concerne aos cemitérios, compreendemos que são territórios que:

- Possuem uma função importante para as cidades, que é a de sepultar seus mortos;
- São locais onde são verificadas relações de poder;
- São territórios constituídos pela concretude dos túmulos e pelos significados inconcretos dos símbolos;
- São territórios que, algumas vezes, estão associados às igrejas e são considerados como sagrados. Como exemplo doméstico, temos o cemitério da irmandade Nossa Senhora da Boa Morte Assunção.

Devemos considerar os cemitérios como um território múltiplo, onde culturas, povos e gerações se entrelaçam na partilha do mesmo espaço. A territorialidade reflete a multidimensionalidade de seus agentes. Nesse sentido Haesbaert (2007) afirma que “o que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2007, p. 19).

Dessa forma, o território adquire características da sociedade como um todo. Entendemos que a territorialidade é sempre uma relação. Assim como nas cidades dos vivos, o espaço dedicado aos mortos, se manifesta um território rico, fonte inesgotável da relação dos homens com os seus mortos, das suas mudanças de atitude perante a morte e da sobreposição de culturas que são modificadas com as mudanças de gerações.

Por tudo isso, uma definição de cemitério que se prenda somente ao seu aspecto territorial é tão incompleta quanto a que valorize apenas sua capacidade de expressar valores culturais.

Gilberto Freyre, em diversas de suas obras, traçou o surgimento da família patriarcal no Brasil por meio de um propósito pioneiro que é o de entender a formação social e, principalmente, a formação familiar do brasileiro. A partir de Gilberto Freyre, existe um esforço de, cada vez mais, tentar entender o que é o Brasil, como surge o Brasil e a gênese dessas características que permanecem até hoje em nossa sociedade.

Existe uma trilogia amplamente divulgada do autor que é composta por: *Casa-grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*. Chamou-nos atenção que, na introdução à segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, Freyre planeja elementos para um

quarto volume que, supostamente, iria compor a sucessão de livros acima: o texto planejado teria como título *Jazigos e Covas-rasas*.

Nas palavras de Freyre:

Jazigos e covas rasas – o título com que deverá aparecer o trabalho de conclusão dos nossos estudos – cobrirá o mais possível, como estudo de ritos patriarcais de sepultamento e da influência de mortos sobre vivos, aquelas várias fases de desenvolvimento e de desintegração – desintegração na qual ainda se encontra a sociedade brasileira – do patriarcado, ou da família tutelar, entre nós. Patriarcado a princípio quase exclusivamente rural e até feudal, ou parafeudal; depois, menos rural que urbano (FREYRE, 2013, p. 27).

Entendemos que a obra, supostamente, seria uma conclusão das reflexões já iniciadas nos livros anteriores. Nela, Freyre continuaria a discutir e denunciar as diferenças sociais a partir da distinção clara e visível presente nos túmulos dos cemitérios.

O túmulo monumental ou o jazigo chamado perpétuo ou a simples cova marcada com uma cruz de madeira – prolongamentos das casas-grandes, depois dos sobrados, das casas térreas, dos mucambos, hoje das últimas mansões ou casas puramente burguesas e do numeroso casario pequeno-burguês, camponês, pastoril e proletário – é, como a própria casa, uma expressão ecológica de ocupação ou domínio do espaço pelo homem. O homem morto ainda é, de certo modo, homem social. E, no caso de jazigo ou de monumento, o morto se torna expressão ou ostentação de poder, de prestígio, de riqueza dos sobreviventes, dos descendentes, dos parentes, dos filhos, da família. O túmulo patriarcal, o jazigo chamado perpétuo, ou de família, o que mais exprime é o esforço, às vezes pungente, de vencer o indivíduo a própria dissolução integrando-se na família, que se presume eterna através de filhos, netos, descendentes, pessoas do mesmo nome (FREYRE, 2013, p. 27).

Observamos que, em Freyre, a dimensão material dos túmulos reproduz, nos cemitérios, os jazigos e as covas rasas como extensões da casa grande e da senzala. A situação social do homem após a sua morte continua a existir nos cemitérios, sendo representada pela localização geográfica do túmulo, pelos materiais construtivos e até mesmo pelos símbolos colocados na sepultura, que representa a última morada do homem que, segundo Freyre, mesmo depois da morte é um homem social.

Jazigos e Covas-rasas teria sido uma obra de extrema importância para nosso trabalho, mas, talvez, nem tenha sido escrita por completo. A pós-doutora em história da arte Solange Aragão (2011) em seu artigo intitulado “*Jazigos e covas rasas: o livro que Gilberto Freyre não escreveu?*” formula hipóteses sobre a construção desse livro. Segundo Aragão:

Existem pelo menos três hipóteses em torno da elaboração desse livro: a de que esse volume foi apenas planejado pelo sociólogo; a de que o volume foi iniciado, mas não foi concluído; e, finalmente, a de que o texto foi escrito, mas o manuscrito desapareceu misteriosamente da residência de Gilberto Freyre (ARAGÃO, 2011, p. 96).

Mesmo sem saber o que aconteceu com esse quarto livro, é importante reconhecer que Gilberto Freyre teve sua atenção dirigida para as diferenças sociais presentes nos cemitérios e percebeu que, mesmo na morte, o homem continua buscando a perpetuidade dos seus valores no mundo dos vivos. O local dos mortos nada mais é do que uma extensão de nossas cidades, onde as diferenças sociais também são reveladas.

E desse ponto de vista, o túmulo patriarcal é, de todas as formas de ocupação humana do espaço, a que representa maior esforço no sentido de permanência ou sobrevivência da família: aquela forma de ocupação de espaço cuja arquitetura, cuja escultura, cuja simbologia continuam e até aperfeiçoam a das casas-grandes e dos sobrados dos vivos (FREYRE, 2013, p. 27).

A desigualdade socioespacial não foi inaugurada nos cemitérios monumentais já que, quando vigoravam os sepultamentos no interior das igrejas, ela já se fazia presente. Contudo, as necrópoles clássicas são o lugar onde encontramos, hoje, uma fiel representação da cidade dos vivos: ruas, avenidas e jardins por onde os visitantes se orientam por placas indicativas. Assim como acontece nas cidades, o solo dos cemitérios obedece a especulação e não é permitido que haja desperdício do espaço.

Perceberemos, na configuração geográfica dos cemitérios, a existência também de bairros populares com as suas sepulturas planas, pobres e mal acabadas; a uma distância conveniente, os bairros aristocráticos: ali as sepulturas são complicados monumentos de mármore, verdadeiros imóveis de luxo, refinados, construídos de concreto, aço e vidraças coloridas, e onde se pode ler o nome do proprietário em letra de bronze (MARANHÃO, 1987, p. 36-38).

A morte chega para todos, desejando tornar-nos iguais, mas, mesmo nesse momento que nos nivela e unifica, permanece nosso desejo de nos distinguirmos uns dos outros, seja através do caixão, da sepultura ou dos rituais. Buscamos, pela propriedade, realizar a expressão do nosso desejo de individualidade.

Como, desde os fins do século XVIII, a transição do espaço dos mortos foi gradual, do interior das igrejas (ou seus arredores) para locais afastados dos centros urbanos, o processo de secularização também se verificou aos poucos. Inicialmente, a Igreja manteve prerrogativas determinantes no novo culto cemiterial dos mortos, de onde vem as expressões designativas de “campo santo” ou “campo consagrado”.

Na sociologia, especialmente com Max Weber (2004), *secularização* corresponde a um processo de longo prazo, no qual diferentes segmentos da sociedade vão ganhando autonomia em relação ao domínio religioso. No dicionário, o termo *secularização* se refere a *tornar secular*, ou seja, retirar do domínio da igreja, retirar da influência eclesiástica.

Para compreender o termo “secularização”, no presente estudo, é necessário observar a existência de duas dimensões diferentes e paralelas: um processo de secularização da sociedade de modo geral e a discussão histórica sobre os locais de sepultamento, propriamente ditos.

Quando se fala em “cemitérios secularizados”, o que se tem em mente é a retirada do domínio da igreja sobre o corpo do morto e sobre seu sepultamento. Assim, são considerados secularizados os cemitérios públicos que perderam definitivamente a administração católica após a implementação da República, primeiramente com a “lei” de secularização dos cemitérios (decretos 510, de 22/06/1890 e 789, de 27/09/1890) e, em seguida, com a constitucionalização da matéria, na Constituição de 1891. Mudanças que foram apoiadas por liberais, republicanos, maçons, protestantes e, principalmente, a elite política e intelectual da época.

Essas medidas legais pacificaram as demandas que vinham sendo manifestadas na sociedade imperial desde a segunda metade do século XIX, quando a administração e domínio católico sobre diversas práticas passaram a sofrer questionamentos por diferentes motivos: casamentos, liberdade de culto, sepultamentos são elementos que mostram que a secularização dos cemitérios ocorreu paralelamente ao início da secularização da sociedade como um todo.

É preciso atenção para não confundir a chamada “secularização dos cemitérios” com a mera transferência dos enterramentos ocorridos nas igrejas para necrópoles extramuros, que ainda eram consideradas *Campos Santos*, sob administração da Igreja, fato que ocorreu a partir de fins da década de 1840, em diferentes regiões do Império.

Em plena mudança do regime imperial para o republicano, a partir de 1890, foi justamente a exclusividade da gestão católica sobre os sepultamentos e sobre os ritos da morte que foi extinta. O historiador português Fernando Catroga (2010) afirmou que a secularização dos cemitérios promoveu a extinção do domínio da igreja sobre os sepultamentos e sobre a destinação dos corpos. Isso não significa que deixaram de existir cemitérios de propriedade de irmandades religiosas, muito menos que o poder espiritual não se fizesse mais presente nos rituais da morte. A secularização também não significa descristianização, mas, de outro modo, significa apenas que os cemitérios públicos teriam caráter secular e seriam administrados pela autoridade municipal. O caso de Vitória/ES é bastante significativo desse processo.

1.2 Cemitério: Signos e Símbolos Culturais, Memória e Identidade

O cemitério articula condições semióticas que tentam preservar as individualidades, assim como, reproduzir as condições econômicas e culturais presentes no tecido social. É por meio da presença dessas condições que as necrópoles realizam a gestão física de seu espaço e materializam elementos do sagrado, relativos ao aspecto imaterial da morte. Assim, transitando entre o corpóreo e incorpóreo, entre o social e o individual, o cemitério é um território de memória, integrado ou interligado à cidade, mas sempre referido a ela.

A dimensão cultural das necrópoles está ancorada no paradoxo entre a consciência da finitude e o desejo de eternidade, está, ainda, firmada na capacidade unicamente humana da construção de símbolos. E é a ligação indissolúvel entre a dimensão cultural e a dimensão espacial, que torna as necrópoles aptas ao estudo da Geografia.

Além de território de memória muitos estudiosos o analisam como espaço sagrado. Entendemos que as necrópoles materializam em seu campo semiótico elementos do sagrado, onde estão presentes elementos do inconsciente, que dizem respeito à morte. Reconhecemos, conforme Catroga, que suas

liturgias desenrolam-se num espaço-tempo específico, distinto do espaço e do tempo quotidianos, e o cemitério é frequentado como uma espécie de santuário (...) o próprio muro físico funciona como protecção contra as profanações e como uma espécie de margem, ou melhor, de símbolo-fronteira, campo semântico onde mesmo o mais secular dos significantes se aura de sacralidade (2010, p. 172).

Território de memória articulado a espaço sagrado é a associação que torna um cemitério diferente de um museu. “Ao contrário das peças de um museu, os objectos cemiteriais não são psicologicamente dissociáveis da estrutura em que se integram e do horizonte de crença e de sentimentos com que são lidos” (2010, p. 172). O cemitério não é neutro, ele é o único lugar onde é possível a semiótica concluir completamente a função de memória para a qual foi construída.

No cemitério oitocentista, nascedouro do cemitério monumental, está presente um aparato simbólico e estético associado a uma idealização utópica do acesso de todos à sobrevivência individualizada. No entanto, do mesmo modo como acontece na cidade dos vivos, a busca da individualidade revelará a flagrante desigualdade entre as pessoas.

Na necrópole de uma sociedade ancorada no indivíduo, faz sentido uma organização cênica que inclua túmulos individuais (ou familiares) que prometam uma

sobrevivência memorial. Assim, os novos cemitérios foram se urbanizando conforme as cidades e, do mesmo modo, conforme acontece nelas, foram se fazendo presentes hierarquias sociais já distribuídas entre os vivos. Quando, na cidade dos vivos, esteve presente um acesso desigual à riqueza, na dos mortos, se apresentará uma desigualdade análoga “no acesso efetivo às condições semióticas necessárias à construção e à duração da memória” (CATROGA, 2010, p. 177). Assim, o autor relaciona memória e patrimônio individual:

Nos nossos cemitérios do século XIX, o mausoléu, o jazigo-capela, a concessão perpétua constituíam um patrimônio, de certo modo privado e transmissível como qualquer outro, que funcionava como uma espécie de prova última segundo a qual a eternização da memória do proprietário (logo, de toda a linhagem familiar) ficava dependente da capacidade que os seus descendentes teriam para perpetuá-la. E esta “privatização” fez de um lugar público um familistério de mortos (CATROGA, 2010, p. 177).

Deste modo, a função da sepultura, do mausoléu, do jazigo e os seus respectivos signos era a de preservar a memória dos mortos das classes abastadas, sendo símbolo do seu desejo de sobreviver, ratificando suas as posições históricas e sociais.

A diferença entre o mausoléu e o jazigo, num extremo, e a vala comum, no outro, acabava por assinalar a distância que continuou a existir entre o direito virtual de todos à sobrevivência individualizada e a efectiva possibilidade de acesso aos suportes simbólicos necessários à imortalização na memória colectiva (CATROGA, 2010, p. 177).

Catroga (2010) entende que um símbolo funerário é uma metáfora para o corpo. O autor indica que a estrutura de signos de um cemitério convida à memória, mas também, por outro lado, dissimula o sentimento de não aceitação da morte. Para ele a memória é uma espécie de protesto compensatório, o único possível, à inaceitabilidade da morte. Assim sendo, essa a função do símbolo funerário, a monumentalização da sepultura dos ricos convida a eternização de sua existência e, por outro lado, as covas rasas dos pobres, remete a sua segregação e ao apagamento de sua existência na sociedade em que viveram.

Todo o signo funerário, explícita ou implicitamente, remete para o túmulo (...) se o túmulo tem por tarefa devorar e digerir o cadáver, por outro lado, ele é constituído por uma sobreposição de significantes (...). E os signos são assim dados em troca do nada segundo uma lei de compensação ilusória pela qual quanto mais signos temos, mais existe o ser e menos o nada (CATROGA, 2010, p. 168).

As necrópoles oitocentistas deram origem a uma nova cenografia e a um novo tipo de culto aos mortos quando trouxeram para sua arquitetura tanto uma reprodução do ambiente das igrejas, quanto das casas (nos jazigos e mausoléus). Ou seja, afastados do interior das igrejas e do convívio das casas, trouxeram para o território cemiterial os elementos

presentes nesses locais. Esse processo de necessidades simbólicas reforça a correspondência entre o espaço dos mortos e o espaço dos vivos.

Nada disso era possível na Idade Média, quando o homem ainda estava distante da ideia de “*indivíduo*”, que é dono de uma subjetividade única e pessoal, como só acontecerá mais tarde, com a noção de sujeito. Aos poucos, essa nova cultura foi incorporando ícones cada vez mais individualizantes, tais como o epitáfio gravado em pedra e a fotografia. A inscrição do nome do morto em sua sepultura é um modo de invocação, um signo que marca o local exato de sua transição entre dois mundos: para uns, da vida material à vida eterna, para outros, da memória ao esquecimento.

Exemplo da expressão da individualização do cemitério de tipologia oitocentista é a gravação do nome do defunto utilizando-se de sua caligrafia, eternizada em bronze:

Figura 1 – Sepultura familiar em Cemitério de Santo Antônio (destaque para caligrafia dos falecidos na campa).



Fonte: Acervo da autora (2021).

Nos cemitérios monumentais são visíveis diversos monumentos funerários que muito podem nos dizer sobre o seu autor, a pessoa que esculpiu e criou o monumento e, também, sobre o gosto do defunto que ali está sepultado.

As características do túmulo, como os materiais para sua produção (mármore, pedras de oliz, granitos e outros), são reflexos da cultura de uma determinada sociedade, em

uma época específica. A sociedade se modifica com o passar dos anos, as pessoas deixam de se importar com determinados aspectos culturais e passam a valorizar outros. Essa atitude reflete no ambiente em que vivemos, modificando os lugares. Isso é perceptível nos cemitérios.

A morte é a não existência. Um falecido só pode permanecer entre nós por meio dos símbolos, fotos, histórias contadas, objetos, artefatos funerários etc. As lembranças do falecido em nós, que ficamos, passam a ser a sua existência. Reflexo disso ocorre no exame dos cemitérios, quando percebemos, na diversidade concreta das edificações, diferentes manifestações culturais. As edificações tumulares manejam a memória e a identidade do falecido. Os símbolos que encontramos representam a retomada do sentido de uma lembrança que, nesse conjunto, não é apenas a memória do morto, mas uma memória coletiva.

Maurice Halbwachs (1990) explica que, através da memória, conseguimos nos lembrar do passado, mas, quando o fazemos, associamos a ele o nosso presente, o que deixa nossa visão do passado impregnada de quem somos agora. Dessa forma, para Halbwachs, lembrar de algo não é reviver o passado, mas sim reconstruí-lo.

O autor defende que não existe lembrança individual, pois o ser humano, como ser social, implica todas as suas vivências, mesmo as mais íntimas, em vivências coletivas.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que os outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 26).

O conceito de memória coletiva, segundo Halbwachs, está ligado a um fenômeno social. Neste sentido, a memória coletiva acontece na presença de estruturas coletivas. Assim, podemos compreender os cemitérios como um território de manutenção de memória individual e coletiva. Os túmulos e as homenagens póstumas dão visibilidade à memória e estão inscritos em uma produção de cultura funerária que marca o tempo e espaço de uma sociedade.

Corrêa (2012), discutindo as dimensões da cultura e do simbolismo na análise e entendimento do espaço geográfico, chama a atenção para a relevância do tema, dado que são conceitos-chave para a Geografia Cultural. As formas simbólicas têm uma espacialidade, posto que se constituem em fixos e fluxos (localizações e itinerários). Em suas palavras,

Palácios, templos, cemitérios, memoriais, nomes de ruas, shoppings, parques temáticos, montanhas, rios, cidades, bairros, ruas, praças e prédios podem ser vistos como fixos simbólicos. Por outro lado, procissões, rituais, paradas, desfiles e marchas são, em geral, fluxos impregnados de significados simbólicos. Lugares e itinerários simbólicos sintetizam os diversos fixos e fluxos simbólicos (CORRÊA, 2012, p.137).

Percebemos que, quando Corrêa cita as procissões e rituais ele destaca seu caráter simbólico, dessa forma, podemos observar a cultura imaterial, que também pode ser verificada nos cemitérios, visto que é um lugar que evoca emoções e lembranças despertando os mais variados sentimentos.

Foi pensando em cultura imaterial, que Valladares (1972), em sua obra “*Arte e sociedade nos Cemitérios Brasileiros*”, dedicou um capítulo as *devoções* em cemitérios brasileiros. Nesse cenário, ele conta detalhadamente histórias de pessoas que fazem visitas a túmulos específicos em busca de alcançar uma graça.

É conveniente diferenciar-se, com nitidez, a prática da macumba e da feitiçaria, desse outro acontecimento de religiosidade universal que é a consagração de túmulos como locais de devoção pelos que admitem qualidades de santificação, de atributos místicos, do sepultado.

Este acontecimento se registra em quase todos os cemitérios. Antigamente, no tempo dos sepultamentos em igrejas, era da conveniência clerical favorecer as devoções em torno de frades e padres com sinais de santidade (VALLADARES, 1972, p. 441).

Valladares chamou atenção para o domínio da igreja sobre as devoções, em certo tempo. Mas o mesmo autor relata que, com a secularização dos cemitérios, os leigos passaram a escolher os seus próprios milagreiros e, conseqüentemente, fazer peregrinações e novenas em busca de graças nos túmulos que bem entendiam.

O aspecto mais desafiante para a compreensão imediata das devoções é o fato de que o personagem não necessita estar qualificado por virtudes morais, nem religiosas, do código do bom comportamento. Facínoras, pistoleiros, bandidos de assaltos covardes, prostitutas e vítimas inocentes de assassinatos e de crimes passionais são exemplos dessas devoções espontâneas nos cemitérios urbanos e rurais brasileiros (VALLADARES, 1972, p. 441).

Muitos estudiosos de diferentes partes do Brasil, têm se dedicado a narrar as histórias de peregrinações a túmulos específicos. Temos como exemplos de destaque o trabalho de Lourival Andrade Júnior, intitulado “*Da barraca ao túmulo: Cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção*”, no qual narra a devoção ao túmulo de uma cigana, no cemitério Cruz das Almas, na cidade de Lages, em Santa Catarina; a historiadora Ilza Mara Lima, em seu estudo “*O cemitério como espaço devocional: um estudo sobre a devoção a Irmã Benigna*”, no cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte; e, por fim, para registrar um dos cemitérios presentes no nosso estudo, a dissertação de mestrado da cientista social Bárbara Thompson “*Entre cruzeiros e o túmulo da Cigana Kostichi. Símbolos demarcadores de memórias sociais e identidades religiosas no cemitério de Santo Antônio, Vitória*”.

Esses trabalhos são de extrema importância para a sociedade, pois abrangem sua memória coletiva. Através de histórias e narrativas, esses personagens se mantêm vivos e se

perpetuam ao longo de gerações. Devemos compreender que, no espaço cemiterial, a materialidade visível está composta por elementos invisíveis, ou seja, são lugares onde podemos observar diversas manifestações culturais que se refletem na edificação do espaço. Ulpiano Meneses afirma que:

ressaltar o caráter ‘parcial’ dos fenômenos materiais é estabelecer uma distinção, carecedora de fundamentos, entre os componentes materiais e não materiais da cultura, dando a estes últimos uma autonomia que eles não podem ter. Esta dicotomia desfigura o próprio conceito de cultura, em que estão embutidas e indissociáveis a prática e a representação: a intervenção do homem sobre o real e a representação desse real e da ação humana, como integrantes do real, diferentes apenas nas funções. Ora, cindir radicalmente cultura material e cultura não material é ignorar a ubiqüidade das coisas materiais, que penetram todos os poros da ação humana e todas as suas circunstâncias. Por outro lado, é preciso não confundir a natureza física do suporte de informação com a natureza física de um fenômeno (MENESES, 1983, p. 107).

Podemos compreender a cultura como a capacidade de nós, seres humanos, nos relacionarmos com o ausente, através dos símbolos, ou seja, com o imaterial que se torna material, concreto e visível. Diante disso, confirma-se o entendimento de Meneses, quando afirma a cultura como expressão indissociável de valores.

Os hábitos, rituais, costumes, práticas culturais e formas simbólicas são capazes de identificar as sociedades em que são verificados. Por isso, esses elementos colocam à disposição da Geografia Cultural boa parte do seu pilar teórico-metodológico e do seu desenvolvimento como saber, capacitando-a a contribuir no debate e no entendimento das realidades socioespaciais.

Exemplificando, Bárbara Thompson, em sua dissertação de mestrado, de 2017 (CCHN/UFES), desenvolveu um estudo sobre rituais religiosos e práticas de religiosidade que aconteciam no cemitério de Santo Antônio, em Vitória/ES. Foi quando analisou, entre outras sepulturas, a de número 261, do “Marujo” Wilson Freitas, falecido em 25 de março de 1945. Contudo, em 2019, teve a oportunidade de preencher o que considerou como “lacunas” no seu estudo, detalhando em um artigo científico, as devoções ao personagem. Bárbara Thompson destacou que seu

objeto de estudo é relevante, pois possibilita apreender como devoções populares aos mortos dialogam com ritos religiosos oficiais, como o dia de finados. Além disso, tais devoções são permeadas de liberdade e ultrapassam os preceitos e dogmas católicos, assim se tornam um campo fecundo para a manifestação de subjetividades e criatividade gerando novas formas de lembrar e cultuar os mortos (2019, p. 787-788).

Não se sabe ao certo a origem da devoção ao Marujo, mas, geralmente, encontram-se depositados sobre a estrutura do barco velas brancas, cigarros e latas de cerveja vazias. Um objeto deixado sobre uma lápide é um modo de memória que liga o defunto a quem

o cultua, por meio do compartilhamento de simbologias e traços de identidade. Thompson (2019) estudou a oralidade no seu culto devocional e identificou fortes marcas culturais:

Há várias formas de conceber quem é o Marujo Wilson, aspectos subjetivos dos devotos influenciam na forma como o marujo é visto. Averigui em entrevistas que, para alguns, Wilson é um espírito de luz, uma alma que alcançou uma evolução espiritual e agora está apta a ajudar as pessoas e realiza graças. Para outros, ele é apenas uma alma generosa e amiga, mas que está próxima dos vivos e que não alcançou uma grande evolução espiritual. Ele também pode ser uma alma aflita que teve uma vida difícil por trabalhar lidando com um mar imprevisível. Assim, o Marujo se aproxima das almas aflitas católicas que recebem velas em cruzeiros de cemitério. Há ainda aqueles que compreendem que o marujo Wilson é uma entidade de umbanda, associado aos princípios de caridade desta religião. Wilson representa um grupo de entidades da Umbanda chamadas como marujos, os quais são pessoas associadas ao mar e utilizam a bebida como elemento ritualístico na gira. Túmulos como o do Marujo podem representar coletividades de almas atuantes na Umbanda (2019, p. 794).

Fato é que o estudo da autora apurou, em fontes primárias, que Wilson de Freitas atuou como remador profissional, vinculado ao famoso clube de Regatas Saldanha da Gama, da cidade de Vitória, na capital do Espírito Santo. Após mais de setenta anos de sua morte, a carreira esportiva de Wilson não é conhecida pela maioria dos frequentadores do seu túmulo. Apesar disso, os devotos, em suas narrativas, remodelam a identidade desconhecida a partir dos elementos iconográficos presentes na sepultura e constroem a figura do “marujo”.

Figura 2 – Sepultura de Wilson Freitas, mais conhecida como sepultura do “marujo”, localizada no cemitério de Santo Antônio.



Fonte: Acervo da autora (2021).

Conforme os resultados de Thompson (2019), Wilson de Freitas, além de atleta remador, era prático no porto de Vitória (auxiliava manobras de navios), assim como seu pai. Foi na modalidade atlética do remo que, em 1936, deixou o Brasil para participar das Olimpíadas de Berlim, na Alemanha, fato que atribuiu grande notoriedade ao atleta no cenário capixaba. De vida intensa, Wilson foi, também, apaixonado por aviões, tendo sido integrante da primeira turma de pilotos do Aeroclube, formada em 1942, época em que chegaram os primeiros aviões ao clube. E foi justamente na prática dessa atividade que morreu, em acidente aéreo acontecido em Barra de Itapemirim, do qual conseguiu sair vivo do avião, mas faleceu no hospital, em Cachoeiro de Itapemirim.

O conjunto patrimonial do seu túmulo não é suficiente para contar toda essa história, justamente por esse motivo, é que o patrimônio material se comunica tão ricamente com a cultura imaterial que é verificada na devoção ao “marujo”.

Apesar das diferenças entre história oficial e narrativa popular sobre Wilson, elas coexistem, mantem diálogos e relações horizontalizadas, sem hierarquias. As narrativas se aproximam e se interconectam Wilson transita entre as identidades de marujo e remador, o mais relevante é que é um homem associado ao mar, ele pertence às águas este é o núcleo duro da identidade dele (...) A religiosidade popular facilmente pode unir o remador ao marujo, pois ambos têm simbologias próximas, isto é, são profissionais que trabalham no mar. Além disso, a ideia de resistência, bravura e força física estão presentes nas narrativas orais sobre o marujo e nas narrativas escritas sobre o remador. Ambos personagens possuem a imagem de homem forte (...) Em suma, Wilson é remador e marujo (...) Esta identidade de desbravador do marujo e remador se relaciona com a vida cotidiana de dificuldades e instabilidades dos devotos. De fato, as relações entre Marujo, remador e devoto são simétricas, e por isso suas identidades são aproximadas e semelhantes (2019, p. 805-806).

Desta forma, compreendemos que os epitáfios dizem pouco dos sepultados, porém, é a memória coletiva que evoca a identidade social dos falecidos, revelando um grande fluxo de informações. Para Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (1984, p.9).

Portanto, entendemos que a memória é um fenômeno que constantemente se renova; um elo vivido no eterno presente. Os símbolos na sepultura não são capazes de, por si mesmos, contarem toda a história de Wilson, mas a presença simultânea de elementos materiais e imateriais, juntamente com a história oral e a prática popular ritualística da crença e devoção ao milagreiro é que associam a sepultura à expressão de valores culturais.

A apresentação das leituras possíveis do cemitério, identificando aspectos sempre presentes no seu território, tais como a desigualdade, os símbolos culturais, a memória, a identidade, as devoções etc., corresponde ao amplo espectro de interesse possível à Geografia no tema. Nesse panorama, busca-se incluir uma breve contribuição, através da análise do problema da desigualdade socioespacial verificada em toda formação histórica dos territórios cemiteriais do município de Vitória.

CAPÍTULO 2: O LUGAR DO CEMITÉRIO (E DA MORTE) NOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA

Ana Fani Alessandri Carlos, em seu livro “*A Cidade*”, discute a origem das cidades através da história e nos explica que a aglomeração humana só é possível a partir de uma atividade de cooperação, que foi a produção de alimentos. A importância da agricultura foi ter permitido o crescimento populacional e a aglomeração humana. Com ela, vemos os primeiros sinais da organização territorial promovida pelos grupos humanos. O primeiro sinal de organização dos territórios tem a ver com a separação das áreas para o plantio e para o pastoreio, uma vez que são áreas incompatíveis e que precisavam estar separadas. Essa *divisão espacial* do trabalho corresponde simetricamente a uma *divisão social* do trabalho, que gerava uma especialização.

Lewis Mumford, em seu *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*, quando narrou sobre a ascensão da cidade, já a descrevia

como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada (1998, p.38-39).

Quando pensamos em cidades, logo imaginamos ruas asfaltadas, grandes prédios, carros e, logicamente, aglomeração de pessoas. Percebemos as cidades como o lugar onde se concentram a produção, os meios de produção, o capital, a mão de obra, mas também o lugar das concentrações humanas, onde verificamos os bens coletivos e a memória coletiva.

Por fim, devemos entender que a forma das aglomerações urbanas e a escolha dos seus territórios e funções típicas obedecem a *padrões de cooperações ou conflitos*, que se estabelecem historicamente entre indivíduos e seus grupos.

Assim, o lugar do cemitério no processo de transformação urbana, foi amplamente discutido a partir do século XVIII, sob a perspectiva de uma nova forma de poder, que se apresentou no paradigma judaico cristão ocidental, desinstalando a relação estabelecida entre a sociedade, o espaço e o manejo dos mortos: o poder médico.

Mas o lugar e a forma estética dos cemitérios continuaram sendo repensados posteriormente, conforme um conjunto de fatores geográficos redeseñava grande parte das

idades. Assim, se o poder médico produziu um efeito dispersivo, retirando os cemitérios dos centros urbanos, mais tarde o crescimento das cidades alcançaria novamente as necrópoles que, esgotadas pelos limites territoriais e pela perpetuidade dos túmulos, viveriam uma nova “diáspora”.

2.1 A medicina social e o higienismo dos séculos XVIII e XIX

Ao longo do século XVIII, na Europa, em meio ao desenvolvimento de estruturas urbanas mais complexas, produziu-se um cientificismo ligado à administração do Estado que ficou conhecido como medicina social. Era um conhecimento constituído em resposta para os problemas das doenças enfrentadas durante os primeiros movimentos em direção a uma industrialização. A medicina social reconhecia a necessidade de compreender o problema de saúde para além de uma dimensão meramente individual, do corpo, mas levando em consideração o contexto social.

Michel Foucault (1996) dedicou um capítulo do seu *Microfísica do Poder* ao nascimento da medicina social. O autor a caracteriza por estabelecer padrões e normas que deveriam ser seguidas pela sociedade e, com isso, a medicina passa a interferir concretamente na cidade e nos hábitos dos indivíduos. A ciência médica se aproximou do poder do Estado, buscando sanar problemas que este enfrentava. Assim, um novo tipo de poder medicalizou a cidade, uma *medicina urbana* que foi muito importante, também, para os rituais funerários. A partir de um cientificismo que se fortalecia aos poucos, foram alterados os locais de sepultamento e, conseqüentemente, revistos os ritos associados à morte. Foucault (1996), afirma que a medicina se tornou nessa época um instrumento de controle *biopolítico*, pois capacitou o Estado à produção de políticas públicas de fundamento biológico, preocupadas com o social, administrando um novo poder que vai desde a família (suas relações e no interior de suas casas), até a produção do espaço urbano. “O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 1996, p.80).

O autor entende que o *biopoder* pode ser visto no fenômeno em que um conjunto das características biológicas de uma população vai dar ensejo determinadas estratégias políticas, inseridas em uma estratégia geral de poder. Assim, o *biopoder* representa o “saber político que ia colocar no centro das suas preocupações a noção de população e os mecanismos capazes de assegurar sua regulação” (2008, p. 489). A relação entre *população* e *biopoder*, na

elaboração de biopolíticas, fica clara quando observamos que as mudanças de estratégias políticas na cidade, muitas vezes derivaram de saberes sobre a população e sobre os corpos.

Para administrar essa população, é necessária, entre outras coisas, uma política de saúde capaz de diminuir a mortalidade infantil, de prevenir as epidemias e de fazer baixar a taxa de endemia, de intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhes normas (quer se trate de alimentação, de hábitat ou de urbanização das cidades) e proporcionar equipamentos médicos suficientes. O desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XVIII, do que foi chamado *Medezinische Polizei, hygiene publique, social medicine*, deve ser inscrito no marco geral de uma "biopolítica": esta tende a tratar a "população" como um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentam características biológicas e patológicas específicas. E essa própria "biopolítica" deve ser compreendida a partir de um tema desenvolvido desde o século XVII: a gestão das forças estatais (2008, p. 494).

A medicina urbana preocupava-se com as aglomerações, com as revoltas urbanas e com a proliferação de epidemias.

Nasce o que chamarei de medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade, que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo perigo de desmoronar (FOUCAULT, 1996, p.87).

O século XVIII europeu foi marcado pelas incertezas das cidades. Desconhecia-se a origem de muitas doenças e era necessário lidar com suas consequências. Neste cenário, a saúde passou, pela primeira vez, a ser entendida como um problema coletivo, social. Deste modo, as autoridades passam a ser cobradas pelo saber médico a produzirem intervenções urbanas que visassem mitigar os problemas que vinham sendo identificados como causadores de doenças. Com a medicina social, nasce o higienismo. É quando aparecem as primeiras teorias miasmáticas, sobre males que se propagam pelo ar, originados de vapores de terrenos alagadiços, de objetos ou de corpos infectados.

Assim, os locais de sepultamentos passaram a ser questionados, visto que a decomposição dos cadáveres era considerada um dos principais veículos das doenças nas cidades. A medicalização das cidades e os projetos de higienização estenderam-se ao campo da morte e ao descontrole dominante em suas práticas. Foucault considera que um dos grandes objetivos da medicina urbana é “analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos. São essencialmente os cemitérios” (FOUCAULT, 1996, p.89).

Os primeiros debates que evidenciaram essa preocupação, na Europa, foram verificados após 1740, mas as primeiras remoções significativas de necrópoles para locais

distantes dos centros urbanos ocorreram na década de 1780. Foucault exemplifica um fato ocorrido em Paris:

Darei o exemplo do cemitério dos inocentes que existia no centro de Paris, onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um tumulo individual. O amontoamento no interior do cemitério era tal qual os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas caves provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade com os mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia, etc. Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma a medida em que se desenvolve o tecido urbano (FOUCAULT, 1996, p.87).

A medicina urbana, construindo projetos políticos (ou biopolíticos) junto ao Estado, volta a sua atenção para formular estratégias de limpeza do ar das cidades, contendo a propagação dos miasmas na atmosfera, afastando as populações de tudo que era considerado insalubre, desconhecido ou que poderia fazer mal ao ser humano.

O sepultamento dos corpos no interior das igrejas (*ad sanctus*), ou em terrenos contíguos a elas (*apud ecclesiam*), era característica da matriz cultural católica, que considerava sinal de prestígio espiritual a definição do local do descanso eterno próximo de suas referências e de seus signos de proteção.

Nesse sentido, Jean-Robert Pitte (2004) entende as origens da prática cristã:

Os cristãos, embora oficialmente mais apegados ao espírito do que à carne, são os primeiros habitantes do Mediterrâneo a terem entrado na cidade com seus mortos. Provavelmente, porque o nascimento de sua religião está intimamente ligado à morte de seus mártires e porque os seguidores esperam bênçãos por viverem em contato com os restos mortais deles, por exemplo, nas catacumbas de Roma, onde secretamente praticavam sua religião. Os túmulos dos mártires e santos tornaram-se, depois da conversão do Império Romano, por Constantino, lugares de peregrinação, fundações de abadias, basílicas ou catedrais. Os cristãos aspiravam, então, serem enterrados perto do venerável falecido, suscetível de interceder por sua salvação. Isso é o que explica que o interior e o entorno imediato das igrejas tenham se tornado lugares privilegiados para sepulcros. As consequências sensoriais e higiênicas foram graves. As igrejas e os cemitérios urbanos cheiravam a mortos na Europa e assim existiram até o século XVIII (2004, p.349-350, nossa tradução livre de *A short cultural geography of death and the dead*).

A prática também era corrente em terras brasileiras desde os primeiros tempos. Os sepultamentos, assim como diversas outras modalidades de políticas sociais hoje consideradas “públicas”, atribuídas ao Estado, estavam sob a responsabilidade da Igreja Católica. As irmandades religiosas foram a principal forma de assistência social e eram,

também, responsáveis pela logística cemiterial, sepultando os falecidos em terrenos de sua propriedade ou mesmo no interior das igrejas, a depender do nível de notoriedade do falecido.

A Igreja Católica, por meio das práticas sacramentais (batismos, casamentos, exéquias etc.) e do aspecto social da convivência em comunidade, tinha importante papel no esquadramento da cidade, suprimindo a menos preparada estrutura burocrática do Estado. Quanto aos enterramentos, acreditava-se que, “quanto mais próximo ao altar mor, maior a possibilidade salvação de sua alma, em função da intercessão dos santos” (CANAL FILHO, 2010, p. 48). Era o nomeado enterramento “*ad sanctus*” ou junto aos santos. Contudo, essa característica está ligada às pequenas populações e demonstra forte aproximação do poder político com o poder religioso.

Ocorre que, com o enfrentamento sequencial de epidemias, o crescimento das populações e o fortalecimento do poder médico junto ao Estado, os enterros nas igrejas deveriam ser proibidos e os cemitérios (fossem de propriedade da igreja ou do Estado) deveriam ser realocados geograficamente para fora das cidades, longe do convívio dos vivos. Para Foucault, a transferência dos mortos para fora das cidades e a recente estruturação dos rituais fúnebres foram patrocinadas, antes de tudo, pelo desejo da ciência em controlar as ameaças, “é o químico que pede a transferência do cemitério. É o químico enquanto estuda as relações entre o organismo vivo e o ar que se respira, que é encarregado desta primeira polícia médica urbana sancionada pelo exílio dos cemitérios” (FOUCAULT, 1996, p. 90).

É comum associar o culto aos mortos, conforme o conhecemos hoje em dia, às práticas do cristianismo no mundo ocidental que, por muito tempo, exerceu um poder espiritual na gestão da morte. Analisando o nascimento da medicina social, Foucault pensa diferente:

Nada na teologia cristã levava a crer ser preciso respeitar o cadáver enquanto tal. O Deus cristão é bastante Todo-Poderoso para poder ressuscitar os mortos mesmo quando misturados em um ossuário. Em compensação, a individualização do cadáver, do caixão e do túmulo aparece no final do século XVIII por razões não teológico-religiosas de respeito ao cadáver, mas político-sanitárias de respeito aos vivos. Para que os vivos estejam ao abrigo da influência nefasta dos mortos, é preciso que os mortos sejam tão bem classificados quanto os vivos ou melhor, se possível. É assim que aparece na periferia das cidades, no final do século XVIII, um verdadeiro exército de mortos tão bem enfileirados quanto uma tropa que se passa em revista. Pois é preciso esquadrihar, analisar e reduzir esse perigo perpétuo que os mortos constituem (FOUCAULT, 1996, p. 89-90).

O cientificismo no Brasil é oitocentista, tardio com relação ao que se passou na Europa, mas fortemente influenciado pela experiência europeia.

Segundo Reis (1991), a partir de 1830, os médicos no Brasil discutiam uma nova visão sobre os sepultamentos. Para eles:

a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde público. Os velórios, os cortejos fúnebres e outros usos funerários seriam focos de doença, só mantidos pela resistência de uma mentalidade atrasada e supersticiosa, que não combinava com as ideias civilizatórias da nação que se formava. Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extramuros (REIS, 1991, p. 247).

Os médicos brasileiros do século XIX, geralmente filhos de latifundiários, possuidores de alguma formação na Europa e pertencentes a uma elite centrada na ideia de progresso, foram fortemente influenciados pelo cientificismo estrangeiro, com grande ênfase no método e nas posturas racionalistas diante a sociedade. Tal como a França, com seu combate aos miasmas no século XVIII, o Brasil também deveria combater as doenças como parte de um projeto civilizatório. Era preciso o estabelecimento de políticas públicas de controle em vários âmbitos nas cidades brasileiras, notadamente no que diz respeito aos locais de deposição do lixo, ao escoamento das águas, às arquiteturas inadequadas dos prédios e, o que nos interessa neste trabalho, na proibição dos sepultamentos nas igrejas e na disposição geográfica dos cemitérios.

O autor de uma tese de medicina defendida na Bahia, em 1841 considerava o médico um “benfeitor da humanidade”, por ser “guarda da saúde pública”. Outro formando repetia a fórmula: os médicos eram os “verdadeiros amigos da humanidade e seus guardas vigilantes”. Já um terceiro estudante, em 1852, definia o médico higienista como “este homem que possui o conhecimento dos meios, cujo emprego é necessário para pôr a humanidade a coberto de tantos males, que lhe provêm da carência de polícia sanitária (REIS, 1991, p. 251).

Os médicos adquiriram prestígio nessa época, muitos se tornaram políticos, conselheiros do Estado e altos cargos da sociedade. Eram pessoas que, pelo saber acadêmico, detinham conhecimentos e através deles acreditavam serem capazes de auxiliar no progresso do Brasil.

Esse cenário fortalecia a classe médica, quanto mais eles eram necessários no enfrentamento das epidemias, principalmente, na segunda metade do século XIX. Fatos extremos, como a varíola em Fortaleza, bem no meio da famigerada seca de 1877 no Ceará, eram emblemas que preocupavam tremendamente todo tipo de gestor público da época. Naquela época, em razão da severidade da seca que destruiu plantações, rebanhos e todo tipo de vida no sertão, Fortaleza passou a receber um número enorme de retirantes por dia e, rapidamente, a capital cearense saltou de 20 mil para surpreendentes 130 mil habitantes. Vitória, no mesmo ano, tinha cerca de 15 mil habitantes.

A varíola já grassava o Rio Grande do Norte e iniciara a invasão do Ceará pelo Aracati onde outra infinidade de famintos se aglomerava. Em 12 de agosto de 1878, o Purus atracou no porto de Fortaleza com dois variolosos a bordo. Expulsos da embarcação, tiveram de ser recolhidos ao Lazareto da Lagoa Funda, morrendo pouco depois. Não se constatou imediata propagação do mal e os receios se dissiparam. Virado o mês, entretanto, no abarracamento de Pacatuba, surgiam os primeiros casos. Alastrando-se com rapidez, antes que setembro findasse já o Lazareto da Lagoa Funda tinha em tratamento os 300 enfermos de sua lotação. Dentro em pouco, milhares de doentes eram recolhidos aos prédios destinados a tentar conter a expansão da moléstia. Um número ainda maior de contagiados, porém, acabava no mais completo abandono, morrendo à míngua, cobertos da cabeça aos pés com as chagas que vertiam pus e cuja dor imensa provocava urros até do gentil contato de uma folha de bananeira imbuída em óleo, único paliativo à disposição dos mais desafortunados. Para debelar a peste das bexigas, todos os médicos de Fortaleza foram contratados pelo governo, trabalhando com uma abnegação exemplar. À noite, um ritual inútil, ordenado pela ignorância da Câmara Municipal, se repetia: acendiam-se vasos com alcatrão em todas as ruas “*para que o fumo do pixe desinfectasse a atmosfera viciada pelos micróbios da peste*” explica, pasmo, Rodolfo Teófilo. No dia 10 de dezembro, quando o cemitério da Lagoa Funda recebeu 1.004 cadáveres, deu-se o auge. Os 52 coveiros de plantão não deram conta de abrir valas suficientes para enterrar tantos corpos e 230 restaram insepultos ao cair da noite. Na manhã seguinte, depararam-se com um cenário que não era causado pela aguardente ingerida aos litros (gênero de primeira necessidade para anestesiá-la a mente e o olfato de tanta miséria e podridão): urubus e cães disputavam pedaços de carne humana espalhados por todo o chão do lugar santo. Depois deste tétrico festim, a peste foi sendo aplacada até desaparecer com a volta das chuvas no início de 1879 (KLEIN, 2006, p. 29-30, grifo nosso).

Temerosos que fatos como esses se repetissem em suas cidades, governantes iam fazendo nascer incipientes projetos de “saúde pública”, conforme o poder médico se instituía como aliado do poder público.

2.2 Em busca de lugar para o cemitério na urbanização da virada de século

Na segunda metade do século XIX, em meio ao fortalecimento paralelo dos ideais republicanos e do positivismo, buscava-se a modernização do Estado brasileiro, por meio das práticas urbanas.

A medicina social foi se fortalecendo a ponto de ser impossível negar a existência de um movimento higienista no Brasil entre 1889 e 1930. Seu exemplo máximo são as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos em 1903, que remodelaram a cidade profundamente a partir do projeto de promover circulação de ar, evitar aglomerações e disciplinar as moradias.

Dessa maneira, em pouco tempo, ocorreu uma modificação da paisagem urbana. Porém, essas medidas afetavam muito a população, principalmente, a população mais pobre. Estudiosos da medicina da época afirmavam que o ar poluído e contaminado pelos vapores da decomposição era um propagador de doenças advindas da deterioração da matéria orgânica.

São diversos os exemplos positivos e negativos da importância do higienismo no Brasil que escapam, quase todos, do escopo da presente pesquisa. Fato é que a medicina social deixou marcas profundas nos últimos anos do Império e nos primeiros da República.

O cenário da necrópole adquiriu sua expressão máxima, com o fortalecimento da medicina social e seu desejo de esquadriñar todos os segmentos da sociedade, inclusive os mortos. Foucault (1996) nos falava da necessidade político-sanitária, surgida no final do século XVIII, na Europa, sobre a individualização do cadáver, do caixão e do túmulo, da disposição destes em linhas perfiladas, numeradas, divididas em quadras, com cada registro de sepultamento gravado em livros de controle. Esse contexto foi o fundamento dos cemitérios conhecidos como os vemos hoje, foi o que permitiu uma cultura funerária de memória, baseada na possibilidade de cultuar os mortos intersubjetivamente.

Nos anos próximos da virada do século foram verificadas, em diferentes cidades brasileiras, notadamente nas capitais, a efetiva remoção dos cemitérios dos centros urbanos. Sob a ótica do racionalismo científico tardio foram inauguradas diversas necrópoles clássicas nacionais. No Brasil, as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX foram o auge do cemitério monumental. Essa tipologia de necrópole apenas perderia força com o esgotamento de suas áreas, ocasião na qual novas soluções de manejo seriam avaliadas e outras tipologias, esteticamente distintas, seriam incorporadas ao tecido urbano, nas últimas décadas do século XX.

Analisar todo esse cenário à luz dos estudos realizados por Phillippe Ariès (1988 e 1990) é fundamental, pois, é nítida a mudança de característica da *morte enquanto elemento social* ao longo dos tempos.

Imaginemos três recortes de tempo. Primeiro, o de uma sociedade fundamentalmente católica, na qual as pessoas morrem em casa, são veladas em casa e, após, o cortejo fúnebre as transladam a pé pelas ruas do bairro de sua residência, para a igreja onde congregavam, para lá serem sepultadas, no mesmo local onde seus descendentes e amigos continuarão a congregar nos tempos seguintes. Segundo, temos uma sociedade medicalizada, cemitérios extramuros, morte em casa, velórios em casa ou em capelas próprias nos cemitérios, traslado mais dificultado pela distância, feito com carros funerários, sepultamento em local exclusivo para esse fim, mas que se destaca pela riqueza da cultura material individualizante nos sepulcros. Terceiro, a morte no hospital, distante das crianças, o velório preparado por especialistas, o corpo tentando guardar as características “de vivo”, por meio das técnicas

tanáticas, o caixão coberto de flores deixando apenas o rosto e as mãos expostos, o sepultamento em túmulos sob a grama de um “parque”.

Se compararmos essas estruturas oitocentistas no tecido urbano, com a estrutura cemiterial que surgiu no século XX percebemos grande diferença. Destaque-se, contudo, que essa diferença corresponde à diferença de característica da morte como elemento social. A expressão da cultura material é diferente porque a morte tinha mais visibilidade na virada do século. Logo, a necrópole antiga, do mesmo modo, também tinha mais visibilidade no tecido urbano, expressa na presença da arte funerária e na individualização dos túmulos, por exemplo.

2.3 Existe lugar para os cemitérios na cidade atual?

A mudança na cultura material, presente nos cemitérios surgidos mais recentemente, corresponde às mudanças das características da morte como elemento social. Não menos importante foram as transformações geográficas urbanas que também se aplicam à localização das novas necrópoles.

Como vimos, por influência do cientificismo brasileiro tardio, a virada do século XIX para o século XX representou o afastamento dos cemitérios das áreas centrais das cidades e o nascedouro das necrópoles clássicas monumentais, localizadas em regiões afastadas. O primeiro tipo ilustrava a morte intimamente relacionada à administração da Igreja Católica, e o segundo, trazia o inédito modelo secularizado, mas não descristianizado, mas sob a tutela científica dos novos médicos e engenheiros.

Contudo, a presença dos novos cemitérios em muitas cidades funcionou como fator de indução do crescimento urbano. Esse fato se explica facilmente pela gradual instalação de meios de transporte, abertura de estradas, criação de comércios funerários e deslocamento frequente de pessoas, em razão do funcionamento das necrópoles. Assim, com o crescimento das populações, os territórios que eram remotos arrabaldes tornaram-se partes integrantes das novas configurações da cidade, incorporando-se em suas periferias ou em seus novos centros, conforme o caso. Rezende, citando o cemitério da Consolação, em São Paulo, diz que “esse exemplo é um dos muitos que ocorreram para valorizar o espaço, a partir de obras e serviços públicos do Estado; outra maneira conhecida era a de valorizar o loteamento com uma linha de bonde” (REZENDE, 2006, p. 74).

Esse conjunto de fatores geográficos determinaram, em pouco tempo, o esgotamento das áreas ocupadas pelos cemitérios, que voltaram a ficar desenhados entre casas,

prédios, comércios e indústrias, sem ter para onde se expandirem. Com a superação da teoria dos miasmas e do higienismo decorrente do advento da microbiologia, os cemitérios deixaram de ser os vilões da saúde pública, apesar das novas preocupações com as questões ambientais relacionadas.

Grandes números de sepultamentos e cemitérios monumentais com jazigos perpétuos são elementos que trazem uma articulação problemática. Assim, em pouco tempo, outra forma de manejo da morte seria necessária. Igualmente, as mudanças indicadas por Philippe Ariès (1988; 1990) a respeito da morte enquanto elemento social e o seu afastamento do cotidiano geraram outras tipologias distintas de necrópole, sob o ponto de vista estético. Nas últimas décadas do século XX, veríamos, no Brasil, os primeiros cemitérios do modelo jardim. Segundo Felipe Fuchs (2019), os cemitérios jardins são locais de sepultamento que, diversamente do modelo monumental, privilegiam a ideia de contemplação da natureza e mesmo de cultivo de um jardim. Se o cemitério clássico destacava a individualidade e a tristeza honrada e fúnebre, a visão do cemitério jardim proporciona a sensação de paz natural e sustentável, em uma impressão superficial de igualdade após a morte, já que todas as sepulturas são basicamente idênticas. Investigaremos a superficialidade desse sentimento no capítulo 4.

Nas imagens seguintes, verifica-se (figura 3) um cemitério localizado no município de Vitória, instalado nas primeiras décadas do século XX: percebe-se, ao fundo, que a cidade alcançou o arrabalde e, hoje em dia, a pequena necrópole está incrustada em área intensamente povoada. Já na figura 4, um cemitério de tipologia modernizada, jardim, que ocupa extensa área no limite sul do município de Vila Velha (região metropolitana), sem a presença de vizinhos próximos.

Figura 3 – Cemitério de tipologia monumental da Arquiconfraria da Boa Morte e Assunção, no bairro de Santo Antônio, em Vitória/ES.



Fonte: Acervo da autora (2021).

Figura 4 – Cemitério de tipologia jardim, Parque da Paz, no balneário Ponta da Fruta, em Vila Velha/ES.



Fonte: Acervo da autora (2021).

O fato é que grandes áreas distantes da cidade passaram a ser necessárias novamente. Assim, as mudanças de localização dos novos cemitérios acompanharam também sua diversificação em termos de tipologia, sobretudo nas últimas décadas. Há uma relação próxima entre o surgimento de outros tipos de cemitério com a sua segunda saída das cidades nos últimos tempos, dessa vez, motivada não pela medicina social, mas pelo esgotamento do espaço urbano.

O município de Vitória/ES não possui crematórios ou cemitérios do tipo jardim situados em seus limites. Também não são verificadas outras formas existentes, que são menos comuns no ramo funerário brasileiro, tais como o cemitério vertical, o cemitério parque, o cemitério campestre, o cemitério vitoriano e outros tratados por Fuchs (2019). Decidimos não apresentar cada uma das tipologias existentes no mundo, uma vez que isso dispenderia grande esforço para um conteúdo fora do objetivo desta pesquisa. Assim, buscamos enfatizar as tipologias cemiteriais existentes na grande Vitória, já que verificamos que existe forte relação entre as necrópoles da região.

A formação histórica e territorial das necrópoles de Vitória será o objeto do capítulo seguinte para que, ao fim, se consiga compreender a relação de dependência estabelecida entre a gestão da morte em Vitória e aquela realizada nos outros municípios da sua região metropolitana.

CAPÍTULO 3:

AS NECRÓPOLES NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO URBANA DE VITÓRIA/ES A PARTIR DO SÉCULO XIX

Até a primeira metade do século XIX, nas cidades do Brasil e, igualmente, no Espírito Santo, vigorava sem maiores preocupações a cultura do sepultamento dos corpos no interior das igrejas, ou em terrenos contíguos a elas. Vimos no capítulo anterior que essa era uma característica da matriz cultural católica, importada da Europa, que considerava sinal de prestígio espiritual o enterramento “*ad sanctus*” ou junto aos santos. Contudo, muitas vezes, quando os sepultamentos aconteciam distante do ambiente urbano, eram feitos em terrenos particulares, como fazendas, ou margens de caminhos, sem que houvesse uma preocupação específica com o registro da morte para fins estatísticos ou com o aspecto sanitário do sepultamento.

Fato que confirma esse cenário é a comparação do Código Criminal de 1830 com o Código Penal de 1890, que foi seu sucessor³. O Código de 1830 nada diz sobre os cadáveres, sobre o respeito a eles ou sobre a ausência do registro da morte. O Código de 1890, primeiro código penal da República do Brasil, então recém-proclamada, e marca o início da preocupação, trazida à lei. O novo código definia como contravenção a “*violação das leis de inumação e da profanação dos túmulos e cemitérios*”. No seu art. 364 definia como ilícito o ato de “*inumar cadáver em contravenção dos regulamentos sanitários, ou transportá-lo para fora do cemitério, salvo o caso de exumação competente autorizada* (pena de “prisão celular” por um a seis meses).

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, que foi a segunda constituição do Brasil e primeira do sistema republicano de governo. Marcando a transição da monarquia para a república, harmoniza-se plenamente com o Código Penal. Nela há uma disposição sobre cemitérios em sua “Declaração de Direitos”, prevista nos parágrafos do art. 72. O parágrafo 5º define que “*os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis*”. O texto

³ O Código Criminal de 1830 foi o primeiro Código Penal Brasileiro, vigorou desde 1831 até 1891, quando foi substituído pelo Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, conhecido como Código Penal de 1890.

reflete a codificação legal do processo de secularização dos cemitérios, mas, também, a continuidade da presença do poder espiritual sobre a morte.

Apenas no Código Penal de 1940, ainda vigente e que só entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1942, houve uma disposição direta sobre enterramentos de pessoas fora dos padrões definidos pelo poder público. Entre os “*crimes contra o respeito aos mortos*” encontra-se o delito de “*destruição, subtração ou ocultação de cadáver*”, que prevê, no art. 211, pena de reclusão de um a três anos e multa para quem “*destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele*”. Essa foi a proibição definitiva (na verdade, mais que proibição, foi a criminalização) dos cemitérios privados, mantidos por famílias, em propriedades isoladas.

Como vimos, desde a Constituição de 1891, a lei tem reservado a regulação dos serviços funerários aos municípios. Essa é origem de, tradicionalmente, tratar-se os serviços funerários como serviços públicos municipais. Atualmente, os cemitérios são considerados serviços públicos, já que, como espécies de aterros sanitários especiais, necessitam de fiscalização por parte do poder público, tanto em sua manutenção e endereçamento, quanto em sua construção. Sendo municipal, a competência de regulamentar a matéria, cabe às assembleias legislativas, por leis do município, ou ao executivo municipal, através de decretos, as definições sobre as necrópoles.

Exceção a essa regra da municipalidade, seja feita à questão do licenciamento ambiental de cemitérios, cuja regra é de abrangência nacional e está disposta na Resolução nº 335, do CONAMA, que considerou necessário regulamentar uniformemente os aspectos essenciais sobre os impactos ambientais, a partir de 2003.

Embora sejam considerados serviços públicos, existem cemitérios públicos propriamente ditos (administrados pelo poder público diretamente), cemitérios públicos administrados por terceiros (concessionários) e cemitérios particulares, permissionários do serviço público.

Resumindo, *cemitério particular* é aquele cuja propriedade e administração pertence à iniciativa privada. Contudo, face à natureza do serviço ali realizado, seu funcionamento está sujeito à autorização e fiscalização do ente público, no caso, a municipalidade. Essa fiscalização abrange regulamentação, disciplina e autorização de instalação, mas não altera a natureza e a titularidade do bem, que continua privado. Trata-se de atividade particular dependente de regulação por parte do poder público. Todas as relações ali presentes são de direito privado, tanto aquelas referentes à propriedade do cemitério, quanto

aquelas relativas à relação jurídica estabelecida entre o cemitério e o usuário do serviço, nos contratos que celebram.

Já os *cemitérios públicos*, são classificados como bens públicos de uso especial. Desta forma, sendo propriedade dos municípios, por força da Constituição Federal, podem ser administrados tanto pelo próprio município, quanto por terceiros, autorizados por este. Quando há um delegatário do serviço, mediante contratos por prazos determinados, o delegatário atua em nome do município e não pode realizar quaisquer contratos (por exemplo a concessão de jazigos perpétuos), sem obediência à vontade da municipalidade. Isto porque, se atua como prestador de serviço em nome do poder público, não pode dispor do bem público que lhe foi entregue como se fosse seu.

Consagrados estudiosos do Direito Administrativo entendem que o serviço funerário é da competência municipal, por dizer respeito a atividades de “precípua interesse local” e, na Constituição Federal de 1988, no art. 30, inciso V, define-se que, aos municípios compete “*organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços de interesse local*” (MEIRELES, 1998, p.339).

As linhas gerais dos regulamentos cemiteriais são basicamente as mesmas em todos os municípios da grande Vitória. O assunto é disciplinado nos Códigos de Posturas de cada município, que possuem capítulo dedicado ao tema. Ao poder de fiscalização dessas regras e ao zelo pela ordem interna dos cemitérios e das cerimônias nos sepultamentos ou homenagens póstumas, os municípios chamam de “*polícia mortuária*”, título bastante ligado à noção de biopoder, analisada no Capítulo 2.

Os códigos de Posturas Municipais costumam disciplinar de modo bastante semelhante o caráter secular dos cemitérios, a proibição da separação das sepulturas por crenças religiosas e a obrigatoriedade da divisão dos terrenos em quadras, o tamanho das sepulturas e dos jazigos, as regras de gratuidade, os materiais permitidos nas construções funerárias, a definição dos livros de registro, o horário de funcionamento e visitação, assim como, o prazo das concessões provisórias e das exumações.

O município de Vitória, no seu Código de Posturas (Lei 6080/2003), indica que os cemitérios instituídos por iniciativa privada e de ordens religiosas ficam submetidos à Polícia Mortuária da Prefeitura, no que se referir à escrituração e registros de seus livros, ordem pública, inumação e exumação.

Em Vitória, ao cemitério instituído por iniciativa privada exige-se que a empresa tenha o domínio ou a propriedade da área e, em caso de falência ou dissolução da sociedade, o acervo será transferido à Prefeitura, sem ônus.

3.1 Caracterização geral dos cemitérios estudados

O recorte espacial aplicado à metodologia presente no estudo seleciona o município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, a fim de que sejam analisadas as necrópoles presentes em seu território. A análise buscará focar tanto a sua formação territorial histórica quanto as mecânicas de desigualdade presentes neles.

Verificamos que se tornou desnecessária a análise, sob o aspecto histórico, da gênese primitiva dos cemitérios dos outros municípios da região metropolitana de Vitória. Isso se justifica em razão de que, na segunda metade do século XIX, os demais municípios praticamente não tinham urbanização expressiva e as soluções de biopolítica não possuíam grande complexidade em razão de suas pequenas populações. Quando esses outros municípios começaram a concentrar centros urbanos mais expressivos, a política cemiterial já havia se definido na capital e, praticamente, foi incorporada em seus territórios, sem grandes processos de resistência.

Entre os cemitérios estudados nesse trabalho, observaremos *cemitérios públicos* propriamente ditos (como o Cemitério Municipal de Santo Antônio e o Cemitério Municipal de Boa Vista, no bairro de Maruípe) e *cemitérios particulares*, permissionários do serviço público (como os quatro cemitérios pertencentes às irmandades religiosas, localizados no complexo cemiterial do bairro de Santo Antônio), quais sejam, o Cemitério da Arquiconfraria da Boa Morte, o Cemitério da Irmandade de São Benedito do Rosário, o Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento e o Cemitério de Santo Antônio dos Pobres.

Além das necrópoles citadas, para compreender a formação histórica do espaço cemiterial da cidade, deveremos conhecer a trajetória de *cemitérios que existiram e que não existem mais*, tais como, os vários exemplos situados no centro da cidade, sob responsabilidade de igrejas católicas locais, o antigo cemitério público do Convento de São Francisco, o cemitério do Morro do Pinto, que foi o primeiro passo para a cemeterização do Sítio Santo Antônio, e o “cemitério velho” de Caratoíra. Foi incluída na pesquisa, ainda, a análise do curioso caso de um *cemitério que nunca existiu*, apesar de ter sido projetado em um dos momentos máximos da urbanização de Vitória, o cemitério do Morro do Barro Vermelho.

Nesse último caso, o silêncio da sua inexistência é que ganha voz para que possamos entender as transformações do uso da terra no município de Vitória, fenômeno do qual a implementação de necrópoles é uma parte, que está sob a luz de nossa investigação.

A pesquisa exploratória para os conteúdos agora apresentados foi realizada por meio da plataforma da Biblioteca Nacional Digital Brasil, que disponibilizou a Hemeroteca Digital Brasileira, com o conjunto organizado de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional. Assim, o acesso às fontes primárias dos Relatórios da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, dos jornais *Correio da Victoria*, *O Estado do Espírito Santo*, *O Autonomista* e *Diário da Manhã*, publicados na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX, viabilizou a análise dos dados compilados aqui e das citações textuais, adaptadas à língua portuguesa contemporânea.

Com essas fontes, apresentaremos um panorama do fenômeno da secularização dos cemitérios que, transmitindo gradualmente a administração das necrópoles das igrejas para a prefeitura municipal de Vitória, caracterizou a necrópole como equipamento público laico, em contraponto aos espaços sagrados e ao poder espiritual.

3.2 A questão cemiterial na Vitória oitocentista

A febre amarela foi uma das primeiras graves epidemias a alcançar o Brasil. Manifestou-se por volta de 1849 e se espalhou, tornando-se endêmica a partir de 1850. Segundo Odair Franco (1969) “a Província do Espírito Santo foi assolada pela febre-amarela em novembro de 1850, provavelmente importada de Campos, onde grassava com intensidade”.

Em 23 de maio de 1851, Felipe José Pereira Leal, presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa, com uma fala que, reproduzida em Relatório, pela *Typographia Capitaniense*, tratou, inclusive, do tema “salubridade pública”. Na primeira onda da febre, ocorrida no fim de 1850 e no início de 1851, segundo o Relatório de Pereira Leal, “a febre amarela ceifou em todo o Espírito Santo cerca de 200 pessoas”. O número que hoje nos parece baixo, deve ser visto levando-se em consideração que, segundo Derenzi (1965), a população da capital pouco ultrapassava 3.000 pessoas. A autoridade pública lamentava que, apesar de terem sido tomadas várias medidas, faltava a criação de um cemitério, afastado do centro da cidade, que acabasse com “o inveterado e prejudicial costume de fazerem-se os enterramentos nas igrejas” (1851, p. 15). Para Leal, o “estabelecimento de um cemitério, com divisões separadas para cada confraria, satisfará as

necessidades dessa capital, onde, no termo médio, a mortalidade é anualmente de menos de 200 indivíduos” (1851, p. 17) em tempos de normalidade. A prática já vinha sendo adotada em outras províncias e, notamos, a criação de um cemitério distante dos centros nem sempre estava ligada à ideia de subtraí-los da autoridade da igreja, que continuaria administrando-os por meio de suas confrarias e irmandades.

Em seu Relatório de 1851, o presidente Leal pedia à Assembleia a discussão de uma lei para criar um cemitério fora do perímetro urbano:

legislai, senhores, nesse sentido, e deixai que o governo, por meios persuasivos, vença os preconceitos do povo, fazendo-lhes conhecer os perigos que resultam das inumações nos templos. Quando em cemitério próprio e sagrado, os mesmos officios se podem celebrar pelo eterno descanso dos mortos (1851, p. 17).

Percebe-se que não se tratava propriamente de uma alteração dos costumes fúnebres mediante as urgentes demandas causadas pelas epidemias, mas, antes de tudo, de repensar o lugar geográfico dos mortos na cidade, uma vez que a gestão do cemitério extramuros não excluiria a responsabilidade das irmandades, talvez apenas incluísse a parceria da administração pública. Esse cenário não foi idêntico em todas as partes do país, como nos relata Claudia Rodrigues (1997). Geralmente, a localização das necrópoles era apenas uma das contendas. Por exemplo, no Rio de Janeiro e na Bahia, muito se debateu sobre como e por quem esses espaços deveriam ser gerenciados. Esse ponto não despertou grandes embates em território capixaba.

O primeiro surto de febre amarela teve duração de poucos meses, porém, todos os historiadores estão de acordo ao analisar que, devido à falta de serviços preventivos e de higiene pública, a doença retornou em 1854 e 1858, como relata Sebastião Pimentel Franco (2015), entre outros. Em 1854 houve, ainda o agravante de que a febre amarela conviveu com a propagação do cólera-morbus. Derenzi (1965, p. 138) informa que “o presidente Pereira de Barros, em ofício ao ministro Couto Ferraz, enumera 1.541 vítimas, das quais 375 em Vitória”. No Relatório de governo de 1856, informou-se que o ápice do surto colérico foi nos primeiros meses de 1856. Franco (2014, p. 127), “confirmando o que outros estudos em diferentes regiões do Brasil apontaram, no Espírito Santo, também foram os mais pobres a maioria das vítimas da cólera”.

Terezinha Tristão Bichara (1984), enquanto assessora da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, auxiliada por outros servidores e por estagiários de história e de biblioteconomia da UFES, realizou um levantamento completo da produção legislativa e da história do poder legislativo do Estado, entre 1835 e 1889. A autora reconhece que a definição

da localização para o novo cemitério de Vitória foi muito complicada, “em várias sessões, o Legislativo discutiu o problema. Foi nomeada comissão para estudo de terrenos sugeridos pela Câmara da Capital e não se chegou a um acordo” (1984: p. 156). Conforme o levantamento da autora, a Lei nº 16, de 30 de julho de 1854, autorizava a presidência da província a solicitar ao governo geral a Ilha do Príncipe, por meio de transferência ou arrendamento, para nela edificar um cemitério público.

“Como se vê, para uma obra de necessidade urgente os nossos parlamentares fizeram uma opção difícil. Além de esperar uma tramitação demorada para a liberação da ilha pelo Ministério da Marinha Imperial, era necessário construir uma ponte sobre um braço de mar para ter acesso à mesma” (BICHARA, 1984: p. 157).

Só no ano seguinte, em 1855, no sábado, 02 de junho, o Correio da Victoria dava conta do Relatório da Secretaria de Governo da Província, apresentado no final de maio, informando que obtiveram informação do Governo Imperial que era impossível ceder a Ilha do Príncipe. O presidente da província pede que a Assembleia local volte a deliberar, já que:

o estabelecimento de um cemitério fora desta cidade é uma necessidade indeclinável. Pessoas competentes a quem tenho consultado sobre esse objeto, me dizem que fronteiro à referida Ilha do Príncipe, há um terreno tão apropriado como ela para o cemitério. E, a ser isso assim, parece-me mais vantajosa a ideia de ser ele ali estabelecido, porque, dispensando a ponte, haveria economia de tempo e dinheiro (1855, p.1).

A urgência, diante das pressões sanitaristas, fazia com que vários projetos distintos tramitassem simultaneamente. Enquanto em 30 de julho de 1854 (Lei Provincial nº 16), iniciava-se o processo de solicitar ao governo Imperial o uso da Ilha do Príncipe, dias antes, em 24 de julho de 1854, era publicada a Lei Provincial nº 9, que fixava despesas e orçava as receitas provinciais para o ano financeiro seguinte. Nessa lei, Bonicenha (2004, p. 108) e Derenzi (1965, p. 148) informam que foi aberto crédito de 4:000\$000 (quatro contos de réis) para construção de um cemitério no Morro do Pinto. A obra decorrente da mesma lei também foi comentada por Daemon (2010, p. 390): “foi com efeito começada, mas, como a maior parte das obras desta província, nunca foi concluída, apesar de terem-se despendido com este cemitério não poucos contos de réis”. O Morro do Pinto ficava muito distante do centro de Vitória e não foi o único projeto que enfrentou dificuldades de execução:

Devido à falta de recursos do erário provincial, as obras iniciadas pelo impulso do flagelo da cólera e da febre, ficaram inacabadas, sem cerca que protegesse os túmulos, servindo o ‘campo santo’ de pastagem para os animais” (BICHARA, 1984: p. 191).

De todo modo, foi a partir deste ponto entre 1854 e 1855, que surgiram as

primeiras ideias de definir um espaço para cemitérios na região do Sítio Santo Antônio, precisamente no Morro do Pinto. Derenzi informa que este antigo cemitério, em 1965, estava “abandonado e transformado em favela” (1965, p. 148).

O Morro do Pinto é a elevação natural exatamente em frente ao atual cemitério de Santo Antônio, dando sua face oposta à Baía de Vitória. Não há vestígios desse cemitério atualmente, embora o “Dr. Fernandes de Barros, em 1861, no seu relatório, diz que tal cometimento havia absorvido 20:000\$000! Para murá-lo foi preciso que S.M.D. Pedro II concorresse com um conto de réis de suas economias particulares” (DERENZI, 1965, p. 148). Contudo, o presidente da província nesse mesmo ano de 1861, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, relata à Assembleia Legislativa Provincial que foi Fernandes de Barros quem escolheu o local, mas que todo o dinheiro dispendido até aquela data tinha sido sem proveito, já que continuava “aberto, exposto ao pastar dos animais, como se não fosse um terreno santificado” (PEREIRA JÚNIOR, 1861, p. 37).

Com o fracasso do projeto da Ilha do Príncipe em 1855, o cemitério do Morro do Pinto passou a ser a maior expressão capixaba das medidas emergenciais contra a epidemia de febre amarela da década de 1850. No pior momento da epidemia no Brasil, ainda que precário e inacabado, ele foi o primeiro cemitério extramuros que teve funcionamento em Vitória.

Criada num momento de exceção, a preocupação desta necrópole não era a memória, mas o distanciamento dos corpos. Preocupar-se com a morte e com os mortos é uma atividade dos tempos de paz (PITTE, 2004). Definitivamente, embora não houvesse uma guerra, os tempos da criação desta necrópole não foram tempos de normalidade e de paz.

Sabemos que alguns historiadores, diante de poucas referências, silenciam sobre a existência deste cemitério. Voltaremos a este ponto, apresentando diversas evidências de sua existência, no item sobre Jerônimo Monteiro.

Fato é que, todos os anos, havia previsões de despesas provinciais para a execução do cemitério público e nenhum projeto ia adiante em plenitude.

Nessa mesma época da formação do cemitério do Morro do Pinto e da inviabilização do projeto da Ilha do Príncipe (entre 1854 e 1856), foi examinada a área do Convento de São Francisco pela administração pública, que tentava encontrar soluções para a questão cemiterial. Esse exame também produziu algum fruto. Mas havia um dilema: o desejo de construir um cemitério fora dos limites da cidade dependia da existência de um bom acesso a ele; o Morro do Pinto era remoto demais, o Convento era no Centro da cidade (mas, ao menos,

não era no interior de uma igreja!).

Convento e Morro do Pinto adquiriram usos distintos e obtiveram importância e expressão diferentes no cenário da cidade ao longo dos anos. Mas os dois seguiram em frente, enfrentando, cada um, suas dificuldades próprias.

O Convento de São Francisco foi construído em 1591 para abrigar os noviços interessados a dedicar-se a vida religiosa. No período Colonial, o prédio chegou a abrigar 25 noviços, no ano de 1765. A cozinha do edifício fora uma das primeiras a receber água encanada, proveniente do aqueduto que captava água das matas da Fonte Grande. A construção era composta pela Igreja principal, dedicada a São Francisco, e de uma capela da Ordem Terceira da Penitência (CANAL FILHO, 2010).

O jornal *Correio da Victoria* era uma publicação periódica da cidade que se editava às quartas e sábados de cada semana, pela *Typographia Capitaniense*. O periódico apresentava atos públicos e também anúncios, correspondências e comunicados pagos pelos interessados. No sábado, 17 de junho de 1854, o *Correio* noticiava que, no expediente do dia 05 de junho de 1854, ocorreu a nomeação de uma comissão de três membros “para examinar se o terreno dentro dos muros do convento de São Francisco desta cidade ou suas imediações tem as condições necessárias para um cemitério público, cumprindo que se proceda a esta diligência com a possível brevidade” (1854, p. 2).

Em 1856, depois que outras epidemias (varíola e cólera) somaram-se à febre amarela na cidade de Vitória, a cessão do Convento foi a única providência que o poder público conseguiu implementar no sentido da construção de um cemitério público (*provincial*).

O então presidente da província, *José Maurício Pereira de Barros*, o Barão de Itapemirim, solicitou a cessão de uma parte do terreno do Convento de São Francisco para que se instalasse provisoriamente um cemitério, já que não havia nenhum cemitério público na cidade e as igrejas já não possuíam mais espaços para sepultar o grande número de vítimas da epidemia (CANAL FILHO, 2010, p.49, grifo nosso⁴).

O pedido de cessão, que foi acolhido pelo guardião do Convento, é datado de 19 de janeiro de 1856.

Foi demarcada e murada uma área, cedida ao governo municipal, para que os

⁴ Na verdade, a famosa publicação sobre o centro histórico de Vitória, publicada pela EDUFES, contém algumas imprecisões na pesquisa realizada. Por exemplo, nesse ponto, vejamos: o Barão de Itapemirim é o título nobiliárquico de **Joaquim Marcelino da Silva Lima**, recebido por decreto de D. Pedro II em 1849. Joaquim Marcelino da Silva Lima mudou-se de São Paulo para o Espírito Santo em 1802. Foi deputado provincial em 4 mandatos, presidente da Assembleia provincial e também presidente da província do Espírito Santo. **José Maurício Pereira de Barros**, na verdade, foi o presidente da província que sucedeu ao Barão de Itapemirim no ano de 1856, gestão na qual, inclusive, o Barão era vice-presidente da província.

sepultamentos fossem realizados em frente à capela de Nossa Senhora das Neves. Alguns anos depois, uma segunda área, ao lado da mesma capela, também foi definida para o cemitério municipal. Outros terrenos vizinhos à Igreja Conventual já eram utilizados como cemitérios há mais de cem anos, tais como o da irmandade ligada ao Convento e o da Ordem Terceira, tradicionalmente ligada aos franciscanos. Por isso, o ineditismo da intervenção do Barão de Itapemirim foi no sentido de que não havia nenhum cemitério público dentro da cidade, já que o cuidado com os mortos até ali, na tradição judaico cristã ocidental, era responsabilidade da Igreja. Esse cenário vinha sendo colocado em questão pelas urgências das epidemias e pela medicina social, que desviava esse serviço do cuidado dos mortos para o Estado. Assim, gradualmente, em razão da exploração da exclusiva função de cemitério público, o restante da construção do Convento foi ficando abandonada e, com o tempo, em ruínas.

Após estes fatos, falava-se nos obituários dos jornais de "cemitério público desta cidade" ou apenas "do cemitério público", sempre no singular, referindo-se ao cemitério público do Convento de São Francisco, considerado o único na cidade e o que abrigava a nova função pública. Os sepultamentos do Morro do Pinto, não tinham registros nos jornais, eram difíceis, em menor número e os cadáveres socialmente anônimos. Já os demais sepultamentos acontecidos na cidade, que eram em grande número, continuavam sendo realizados em terrenos particulares, de propriedade das irmandades religiosas, em suave manobra à proibição do governo imperial que, desde 1832, já proibia inumações *no interior* das igrejas. Preservando uma de suas antigas funções sociais, “as irmandades procuraram perpetuar o respeito aos mortos de suas confrarias, construindo cemitérios da ordem onde só era permitido o enterramento dos irmãos que a ela pertenciam” (BICHARA, 1984: p. 191).

O Barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, na passagem de poder da presidência da província para José Maurício Fernandes Pereira de Barros, em 1856, orgulhava-se em asseverar que “a epidemia de *cholera morbus* acha-se extinta nessa capital, continuando nas freguesias de Viana e Cariacica com alguma intensidade” (1856 A, p. 4-5). O Barão relata que, em Vitória, foram sepultados 358 coléricos, sendo 18 o número máximo de falecidos por dia. Entre as medidas relatadas, o Barão diz que proibiu:

o enterramento nas igrejas, à vista da representação que me dirigiu o Dr. Chefe de Polícia. A princípio, sepultaram-se os corpos no cemitério da Santa Casa da Misericórdia, mas, sendo julgado insuficiente, criou-se provisoriamente um outro em terreno do Convento de São Francisco, que até hoje está servindo. A carência de um cemitério geral é urgentíssima nesta capital e tenho toda a convicção de que V. Excelência tomará em consideração esta necessidade (1856 A, p.6).

Contudo, José Maurício Fernandes Pereira de Barros, em seu próprio relatório

posterior (1856 B), diz que está convencido de que os sepultamentos não devem voltar a ser realizados nos templos, como convém à saúde pública, mas não alterou em nada a situação tal como foi repassada pelo Barão, no governo anterior. E assim, seus sucessores.

A partir de 1856, o Jornal Correio da Victoria apresentou várias vezes expedientes da Secretaria do Governo, determinando ao administrador de rendas provinciais pagamentos de salários dos trabalhadores do “cemitério público de São Francisco”, o único, já que o do Morro do Pinto sequer era citado, remota ferramenta emergencial. Em 30 de junho de 1856, o Correio dá publicidade à lei n. 10, de 16 de junho daquele ano, que revogava as anteriores sobre o assunto e determinava, em seu artigo único, que “o cemitério público dessa capital será construído no lugar designado pelo presidente da Província” (1856 C, p. 1). Qualquer lugar. Só que, mais uma vez o poder da caneta sucumbiu diante do poder dos fatos reais e o cemitério de São Francisco permaneceu o único⁵.

Em 1864, Eduardo Pindahiba de Mattos, quase dez anos depois, informou no seu relatório que:

Conquanto se tenha consumido perto de trinta contos de réis dos cofres provinciais com o cemitério público desta cidade, ainda este não está concluído e, ao contrário, muito resta a fazer-se. Situado na colina em que se acha o convento de São Francisco e contíguo a este, parece-me apropriado o lugar e suficiente o terreno para ele destinado, entretanto, o seu recinto não está de todo convenientemente defendido da invasão dos animais. Pode-se dizer mesmo que não temos ainda cemitério público na Capital e, sim, apenas um lugar que serve para enterramentos. Contrista ver-se ofendida a memória dos mortos e expostos seus restos a serem pisados pelos brutos. A capela que ali existe ainda está muito longe de prestar-se ao serviço a que é destinada. As irmandades de São Benedito, de N. S. dos Remédios e do S. Sacramento fundaram ali seus cemitérios. O desta última oferece um aspecto mais lisonjeiro, achando-se já todo cercado de grades de ferro e dividido o seu terreno em campas cobertas com lápides de mármore. Quisera pedir-vos que votásseis alguma quantia para adiantamento daquela obra, mas a deficiência da renda provincial me impossibilita. A Santa Casa da Misericórdia também tem o seu cemitério particular próximo ao respectivo hospital. Posto que pequeno e sem elegância, acha-se, todavia, murado e convenientemente fechado, e assim, guardados com mais reverência os restos dos que ali descansam. Nele se acham levantadas seis catacumbas (1864, p. 45-46).

Nota-se que mesmo nos cemitérios considerados públicos, a presença das irmandades da igreja é marcante. A qualificação de “público” em geral, indicava participação do poder público nos gastos com salários e com melhoramentos, quando estes últimos existem. Pindahiba de Mattos, no mesmo relatório, narrou em pouquíssimas linhas a situação de cemitérios, ditos públicos, em locais que hoje são outros municípios, como Serra, Viana,

⁵ Diga-se, o “único” público, já que existiam os cemitérios particulares das irmandades religiosas e, principalmente, o da Santa Casa de Misericórdia, todos operando na região urbana do centro da cidade.

Cariacica etc. Em todos eles as informações eram obtidas junto aos padres das regiões.

Em 02 de agosto de 1871, o Jornal Correio da Victoria publicou a Resolução 127, do Governo da Província, que definiu um “Regulamento para os Cemitérios”, datado de 25 de julho de 1871. Resumidamente, definiu-se que:

Ficam proibidas as inumações que não sejam em cemitérios públicos (quanto à cidade de Vitória, no único, o cemitério público de São Francisco) ou nos privados legalmente permitidos (quanto à cidade de Vitória, o da Santa Casa e os das irmandades religiosas).

São considerados públicos os cemitérios cuja administração e custeio estiverem a cargo das câmaras municipais.

São considerados privados os das ordens regulares, terceiras, confrarias, irmandades e casas de caridade.

Nos municípios onde não houver cemitérios públicos, as câmaras, de acordo com as autoridades eclesiásticas, escolherão lugar para estabelecê-los.

Todo cemitério será cercado por muros, grades ou madeiras em seus limites.

Ao lado dos cemitérios públicos haverá terreno separado, com entrada à parte, mas também fechados, reservado ao enterramento de cadáveres de pessoas que não professem a mesma religião do Estado.

Nos cemitérios públicos e privados não haverá separação alguma, além de ruas ou espaços intermédios, tendo, cada um deles uma cruz no centro, em cuja base se leia a denominação da corporação a que pertencem.

Só é permitido o enterramento em igrejas dos seus religiosos, dos irmãos e filhos destes.

Nos cemitérios serão sepultados cadáveres em: sepulturas, carneiros e catacumbas. Carneiros e catacumbas serão de primeira e segunda ordem, custam 20 mil reis e 10 mil reis respectivamente; Sepulturas rasas serão de primeira, segunda e terceira ordem, custando 6, 4 e 2 mil reis.

As sepulturas podem ser abertas apenas depois de três anos. Os carneiros e catacumbas, depois de 4 anos. Exceção se fará aos enterramentos de cadáveres de moléstias contagiosas ou epidêmicas, cujos túmulos não devem ser reabertos.

Monumentos e mausoléus são permitidos, mas sua área será definida pelo poder público e não custará menos de 20 mil reis. Sua conservação fica a cargo dos que as possuírem. Se ficarem em ruínas, serão demolidas e os ossos removidos para o ossário comum.

Terão sepulturas grátis os pobres (mediante atestado dos padres das paróquias a que pertenciam), os presos pobres, os cadáveres achados sem que haja quem lhes dê sepultura.

São definidas as medidas das sepulturas e a distância entre elas, sendo possível sepultar apenas um cadáver em cada uma, exceto em tempos de epidemia, quando valas comuns serão regulamentadas.

São apresentadas várias medidas de manutenção da ordem nos ambientes cemiteriais, definidos horários de visitas, proibidos pernites, escalar muros, subir em árvores, colher frutos, conduzir animais, violar sepulturas etc.

Em tudo o que for concernente à jurisdição do poder eclesiástico, será estritamente observado o que se achar por ele determinado.

Com essas orientações, o cemitério público de Vitória conviveu com o de diversas irmandades e com o da Santa Casa de Misericórdia pelas décadas que se seguiram. Os obituários do jornal O Estado do Espírito Santo trazem vários exemplos de breves narrativas da vida da pessoa falecida e da indicação do lugar de seu descanso final, alguns capixabas ilustres, outros tornados anônimos com o passar do tempo.

Nessa ocasião da Resolução 127, do Governo da Província, diversas partes do Estado, além da capital, lutavam com suas questões locais. Basílio Daemon descreve o problema da varíola em Cachoeiro e no sul do Estado:

1871. Declaram-se, em meados deste ano, nas freguesias do Cachoeiro, Alegre, Veado, Calçado e Itabapoana as terríveis epidemias de câmaras de sangue e febres perniciosas, fazendo inúmeras vítimas, a ponto de alguns cemitérios não poderem conter os cadáveres dos epidêmicos (DAEMON, 2010, p.449).

Derenzi (1965, p. 148) nos conta que se tornou célebre o relatório encomendado pela presidência da província ao sanitarista Manoel Goulart de Souza, que foi apresentado em 1876 sobre o estado sanitário da capital. Manoel Goulart de Souza era Inspetor de Saúde Pública e do Porto da província, além de chefe do “serviço vacínico”, médico da Companhia de Aprendizes de Marinheiros, professor de inglês e benfeitor conhecido, na segunda metade do século XIX, em grande parte do Espírito Santo. Entre outras coisas, a questão dos cemitérios foi abordada, como nos relata Piva e Siqueira (2005):

Retratando os cemitérios por ele visitados, assegurava que o da Misericórdia continuava muito lotado e seria ainda mais inadequado por estar localizado no Campinho, local de baixada e muito transitado por moradores da região. O de São Francisco também não estava em boas condições de higiene, embora apresentasse uma situação melhor que o cemitério da Santa Casa. A necrópole franciscana, contudo, estava situada em terreno extremamente argiloso e numa região que proporcionava, em dias de ventos mais fortes, uma grande difusão de areias malcheirosas pela cidade. Continuando sua exposição sobre os cemitérios de Vitória, o médico comentou que o da Ordem da Penitência não passava de um monte de buracos em paredes completamente expostas ao sol, onde frequentemente se encontravam vestígios de cadáveres espalhados pelo chão. O campo-santo da Ordem de Nossa Senhora do Carmo estava “abaixo de toda a crítica” diante de sua total precariedade, segundo Dr. Manoel Goulart. Tanto o cemitério da Irmandade do Carmo, quanto o cemitério da Misericórdia estavam situados na cidade baixa, em ruas movimentadas, o que causava um grande problema para a população, que era obrigada a conviver com os cemitérios centrais e todos os problemas que tal proximidade causava a saúde pública e o cotidiano urbano. O cemitério da Irmandade do Rosário, apresentava os mesmos problemas do cemitério São Francisco: muito pequeno para a quantidade de sepulturas e condenado por estar ao lado da Igreja e da movimentação de seus frequentadores. Por ser de terreno alagadiço, segundo o médico, de todos os campos santos, esse era o pior e apresentava uma situação de terror por que os mortos ficavam expostos. Por estar alagado, a água em contato com os restos mortais, proporcionava o desaparecimento da forma humana em cinco ou seis meses, ficando apenas os ossos, acarretando o infiltramento dessa matéria orgânica no solo. Tal situação contaminava a terra e a água da região, gerando doenças na população vizinha (PIVA e SIQUEIRA, 2005, p.18-19).

Além dessas condições, os cemitérios de maior giro em Vitória continuavam localizados dentro dos limites da cidade, fato que não se modificou e permaneceu sendo mais uma fonte de preocupações. Canal Filho (2010, p. 28), fazendo referência à Wallace Bonicenna, afirma que este considera que, em 1883, existiam sete cemitérios na cidade de Vitória

(intramuros), sendo seis deles pertencentes à irmandades religiosas e o sétimo, aquela parte do Convento de São Francisco cedida à municipalidade. Aproximadamente em 1890, com novos surtos de febre amarela, voltou a se falar intensamente na necessidade da desativação dessas necrópoles e da inauguração de uma nova, distante da cidade.

3.3 A questão cemiterial no governo de Afonso Cláudio

Afonso Cláudio de Freitas Rosa nasceu no interior do município de Santa Leopoldina (distrito de Mangaraí), em 2 de agosto de 1859. Mangaraí ganhou o mesmo nome da propriedade rural da qual e pela qual viveram seu bisavô, seu avô e seu pai. Afonso Cláudio não seguiu esse caminho.

Seus primeiros estudos foram feitos entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. O curso superior foi dividido entre a Faculdade de Direito de São Paulo e do Recife, tendo se formado na capital pernambucana em 1883. Interessado pela política, uma de suas bandeiras foi o movimento republicano, do qual participou como ativista por meio de campanhas na imprensa. De volta às terras capixabas, República proclamada, Afonso Cláudio foi o primeiro Governador do Estado, cuja posse se deu no dia 20/11/1889. Seu governo foi curto e turbulento, o que correspondia ao momento vivido pelo país, na implantação da nova forma de Estado. Foram realizadas muitas viagens ao Rio de Janeiro para tratar de temas políticos e, ainda, a governança foi interrompida algumas vezes por motivos de saúde. Mas o fato é que Afonso Cláudio foi uma das mais ilustres personalidades de sua época: membro fundador da Academia Espírito-santense de Letras, jurisconsulto, professor de Direito, historiador, conferencista e poeta.

Menos de dois meses de empossado, o Jornal o Estado do Espírito Santo publicava, em 14/01/1890, na seção de "queixas do povo", o tema da remoção de cemitérios:

A remoção dos cemitérios para um ponto distante da capital pode ser efetuada, sem o peso de um compromisso superior, com o qual nas atuais circunstâncias financeiras a província por si só não poderia sobrecarregar, se todas as diversas corporações religiosas, irmandades e confrarias desta capital, que são imediatamente interessadas aliás, unissem os seus contingentes de acordo com a câmara municipal e com auxílio muito menos oneroso, que não lhes seria regateado, dos cofres provinciais.

Ocorre-nos, porém, ainda outro meio de levar avante medida tão importante: auxilie o governo a Santa Casa da Misericórdia, que tem privilégio para organizar e dirigir uma empresa funerária, dotando-a de recursos pecuniários para abalançar-se a esse cometimento.

Sabemos que o digno governador interino [José Horácio Costa, que era chefe de polícia do governo de Afonso Cláudio] já mandou escolher o local do outro lado da cidade, para edificação de um cemitério; pensamos, porém, que melhor ficará ele,

sendo edificado no lado oriental da cidade, por tornar-se mais cômodo e econômico o transporte dos cadáveres.

É preciso não perder a ocasião. É conveniente que o dr. Governador [Afonso Cláudio, que estava em viagem ao Rio de Janeiro] aproveite as boas disposições, executando a remoção, que noutros tempos não pudemos obter, por ter levantado contra a salutar ideia os preconceitos dos ignorantes.

O cemitério pensado por José Horácio, e criticado pelo articulista, seria o de um projeto recém pensado, que envolvia o Sítio Santo Antônio (no lado ocidental da capital). Já o cemitério possivelmente edificado na "parte oriental da cidade" seria uma outra ideia pouco explorada de uma necrópole no Sítio da Bomba, local que ganhou esse nome por causa de uma bomba de água movida por um catavento, instalada numa área que ia até o atual bairro de Santa Luíza, onde havia uma grande criação de cabritos.

O jornal O Estado do Espírito Santo, em 16 de janeiro de 1890, publicou, na seção de cartas à redação, um texto sobre "saneamento da capital" que narra, entre outros tópicos que, quanto aos cemitérios, deveriam ser removidos.

Remover os cemitérios, tal como se pode conceber da locução, não será extinguir o mal que eles fazem, será remover o mal. Para onde? É a questão que atualmente preocupa o espírito de quantos sinceramente se condoem do nosso estado sanitário e cuidam de melhorá-lo. Desde que é um mal, quanto mais para longe, melhor: dos males, o menor. (...) Converia estabelecer o cemitério em Jucutuquara? Em Maruhype? Em Santo Antônio? (1890, p.2).

Diversas teorias se formavam e as soluções mais estranhas surgiam nessa época.

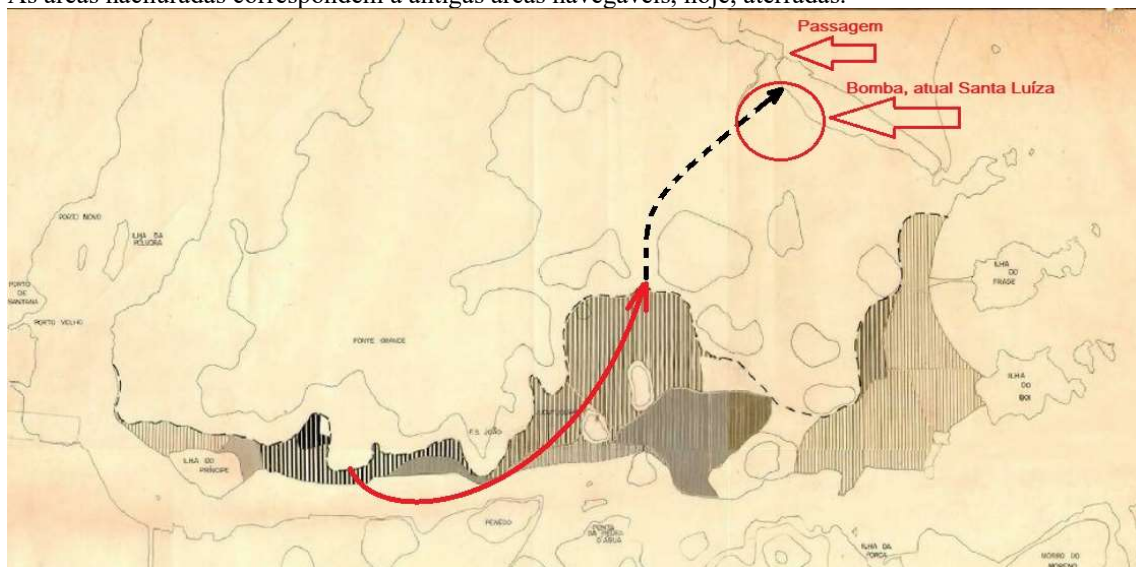
O Dr. Cerqueira Lima, que era um médico da cidade e estava às voltas com as políticas de saúde pública de Vitória desde 1885, acentuou, em 17/01/1890, no jornal O Estado do Espírito Santo, que a situação se agravava, "tanto mais com os enterros havidos ultimamente, dos falecidos de febre amarela, tornavam-se [as necrópoles] focos deletérios mais prejudiciais". O Dr. Cerqueira Lima analisou sob o ponto de vista higiênico as propostas de localização do novo cemitério. Para ele, o ponto preferível seria o lado ocidental da ilha (Sítio Santo Antônio) "pela razão de que os ventos que sopram dessa direção, além de não serem constantes, encontram obstáculos naturais nas montanhas que separam a cidade". Por último, entre os projetos, o sanitarista indica o lado da "passagem", no extremo oriental da ilha. Nesse lugar, o Sítio da Bomba, "embora distante do centro da população, possuindo área suficiente e terreno apropriado, ele reputa ter o inconveniente de ser atravessado pelos ventos do quadrante nordeste, os mais constantes entre nós".

Afonso Cláudio passava seus dias de governo sob certa tensão: a contenção da febre amarela e as instabilidades políticas da nova República não ofereciam trégua ao seu mandato. Medidas de saneamento necessárias à capital eram tema constante dos jornais, assim

como, uma polêmica que chegou aos jornais da capital federal. Tratava-se do caso de ter Afonso Cláudio contratado o periódico O Estado do Espírito Santo para a publicação dos atos oficiais. Ocorre que o jornal, antes, era monarquista, quando se chamava "A Província do Espírito Santo", órgão do partido liberal, durante toda sua existência. Esse foi um motivo extra para as instabilidades do seu mandato, já que reuniu um grupo de espírito-santenses em ferrenha oposição a Afonso Cláudio, a Cleto Nunes e Moniz Freire, que eram os editores desse jornal. Estes, além de jornalistas eram políticos. O primeiro foi senador, pelo Espírito Santo, em dois mandatos (1898-1903) e (1903-1908) e o segundo foi governador do estado do Espírito Santo por dois mandatos, logo após Afonso Cláudio, entre 1892 e 1896 e de 1900 a 1904, além ter ocupado vários outros cargos políticos.

Em 06 de maio de 1890, foi abandonado o projeto da instalação do novo cemitério no sítio da Bomba, na Passagem, perto de onde havia (e ainda há) uma ponte que era a única ligação da capital com o norte do Estado. Afonso Cláudio, juntamente com o inspetor de higiene pública e com o inspetor de saúde do porto, embarcou na lancha Luiza, um barco à vapor, e "viajou" à praia do Suá para analisar a possibilidade da condução de cadáveres por via marítima. A atracação e o desembarque no Suá foram muito difíceis. Fato é que na madrugada anterior houve severa mudança de clima e diminuição considerável da temperatura. Possivelmente, os ventos e a chuva agitaram as marés e reforçaram a convicção do inspetor de higiene pública, que apostava no projeto de implantação do novo cemitério do sítio Santo Antônio (O Estado do Espírito Santo, 07/05/1890, p.2).

Figura 5 – Deslocamento do Cais do Imperador, no centro de Vitória, para o Sítio da Bomba, próximo à “passagem”. Intervenções feitas pela autora sobre imagem dos aterros de Vitória no plano Diretor Urbano de 1979. As áreas hachuradas correspondem a antigas áreas navegáveis, hoje, aterradas.



Fonte: Biblioteca online Instituto Jones Dos Santos Neves.

Em 07 de junho de 1890, pela manhã, Afonso Cláudio, acompanhado dos inspetores de higiene, de obras públicas, e outros funcionários, juntamente com o comendador José Ribeiro Coelho, foi examinar o sítio Santo Antônio, escolhido para ser sede dos novos cemitérios da capital (O Estado do Espírito Santo, 07/06/1890, p.2).

Havia notícia sobre o comendador Ribeiro Coelho desde 1883. Vejamos: Ele era proprietário do sítio Santo Antônio, onde ficava situado o Morro do Pinto, que era ocupado precariamente por um cemitério inacabado, *mas em uso*, desde a segunda metade da década de 1850. No interesse de vencer a urgência de um cemitério realmente funcional e distante do Centro, sete anos antes do exame realizado por Afonso Cláudio (em 17 de janeiro de 1883), havia sido convocada uma reunião de governo para definir um local para instalação de um cemitério. No relatório escrito por Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior em março de 1883, o então presidente da província narrava sobre a reunião, dizendo que “a ela compareceram o presidente da Câmara Municipal, o Inspetor das Obras Provinciais, o dr. provedor de saúde pública, os representantes de algumas irmandades e mais alguns cidadãos de reconhecido conceito”, entre esses cidadãos estava “o Comendador José Ribeiro Coelho, que oferecia generosamente o terreno preciso para o novo cemitério”. Após visitar a área oferecida pelo comendador, a comissão havia chegado à conclusão de que o referido local era “imprestável para o fim que se tinha em vista”. A análise do governo, segundo Bichara (1984, p. 324), certamente se deveu ao local inadequado, uma vez que, em 1883, não havia estrada e o acesso era feito em embarcação. Por fim, houve preferência por um pequeno terreno no Campinho (numa parte elevada, próxima ao atual Parque Moscoso) que, apesar de ser perto do Centro, era fora da cidade alta. Esse foi mais um projeto natimorto da administração pública. Mas a pergunta que insiste é: *por que o comendador tinha interesse em doar parte do Sítio Santo Antônio?* Concluimos que seja em razão de já existir no local (no Morro do Pinto) um cemitério inacabado, mal conservado e sem administração que, pactuado com sua família quase trinta anos antes, em 1883 já era um problema para ele.

Em 12 de junho de 1890, a convite do governador Afonso Cláudio, reuniram-se no palácio do governo, representantes das irmandades que gerenciavam cemitérios na capital. Estiveram presentes seis irmandades: a irmandade de São Benedito de São Francisco, de São Benedito do Rosário, da Confraria da Boa Morte, de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem Terceira do Carmo e da Santa Casa da Misericórdia. Duas irmandades convidadas não compareceram: a do Santíssimo Sacramento (que justificou a ausência) e a da Ordem Terceira da Penitência.

Afonso Cláudio apresentou aos religiosos uma decisão já tomada pelo governo: havia comprado o sítio de Santo Antônio para, entre outras coisas, fundar os novos cemitérios extramuros. Assim, "desejava ouvir a opinião dos representantes das corporações religiosas que possuem cemitérios nesta cidade sobre a conveniência da medida projetada e se estavam dispostos a indenizar o Estado, razoavelmente, da área do terreno que lhes coubesse ali para a fundação dos cemitérios respectivos" (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 13/06/1890, p.2). Dos seis representantes presentes, quatro aceitaram de imediato a instalação dos seus cemitérios mediante indenização para o Estado pelo terreno: São Benedito de São Francisco, São Benedito do Rosário, Nossa Senhora dos Remédios e Santa Casa da Misericórdia. Quanto a Ordem Terceira do Carmo e Confraria da Boa Morte, concordaram com o projeto, mas não foram conclusivos quanto ao pagamento pelo terreno.

A proposição era simples, cada agremiação religiosa manteria seu quinhão de terra para a realização dos rituais sem agredir os intentos higienistas modernizadores que avançavam sobre a capital em finais do Oitocentos. Era, mais uma vez, uma saída conciliatória para a questão que se arrastava há décadas. A partir dessa perspectiva, as irmandades poderiam continuar gerenciando quem seria inumado em seus respectivos territórios, bem como, possivelmente, manejariam os custos dessa operação (PERINI e CUNHA, 2019, p. 391).

Afonso Cláudio, sabendo que a questão se arrastava havia décadas, no mesmo momento incumbiu um conselho de discutir o melhor modo de estabelecer-se o serviço da condução dos cadáveres desta cidade para aquele sítio, problema que já existia desde o primeiro movimento da instalação do cemitério no Morro do Pinto.

Finalmente, o governador informou que, como o sítio tinha bastante área, pretendia instalar ali também um lazareto, onde seriam tratados os doentes de moléstias contagiosas.

Sem perda de tempo, no dia seguinte, à tarde, 13/06/1890, Afonso Cláudio, com uma equipe de inspetores de obras públicas e homens de governo, esteve novamente no Sítio, como noticiou, dois dias depois o jornal o Estado do Espírito Santo (15/06/1890, p.2).

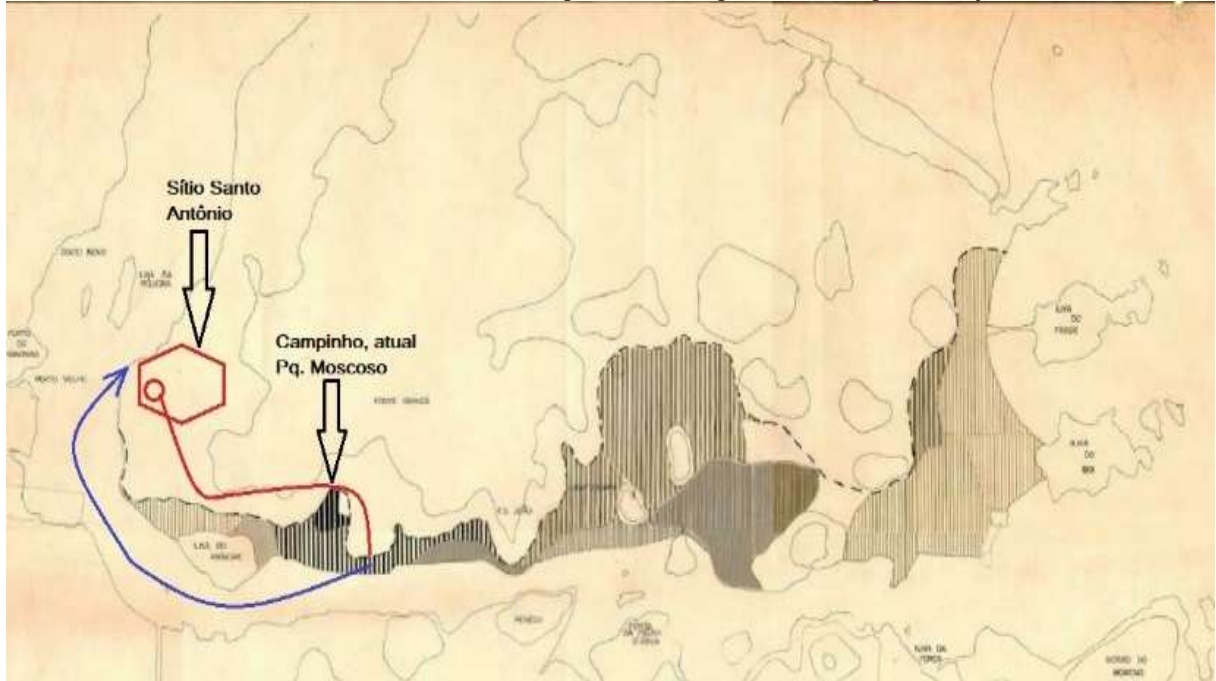
Apesar de ter tudo combinado, foi apenas em 22/06/1890, que os jornais publicaram o negócio jurídico da aquisição do terreno. Afonso Cláudio ordenou à repartição do Tesouro do Estado que efetuasse a compra do sítio Santo Antônio, até então de propriedade do comendador José Ribeiro Coelho, pela quantia de 12:000\$000 (doze contos de réis). A destinação da área seria para a instalação do novo cemitério, de um lazareto e, também, uma grande área para descanso do gado destinado ao consumo da população da capital (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 22/06/1890, p.2). Registre-se que esse episódio também retrata a

insistência do Comendador Ribeiro Coelho em se desfazer da área, o que tentava fazer, pelo menos, desde 1883. Provavelmente, Afonso Cláudio adquiriu um terreno maior do que aquele que foi oferecido em doação em 1883 que, à época, se restringia ao cemitério. Esse acréscimo de terras justifica tanto o pagamento, como o projeto de instalação de outros equipamentos públicos no local⁶.

No domingo, dia 22/06/1890, João Teixeira Maia, Joaquim Lirio e Antônio Aleixo estiveram no sítio Santo Antônio e fizeram as demarcações das áreas destinadas a cada uma das corporações religiosas que mostraram interesse no negócio proposto por Afonso Cláudio (O Estado do Espírito Santo, 24/06/1890, p.2). Dias depois, em 26/06/1890, João Maia foi quem preparou a planta e apresentou-a, por meio de ofício à intendência. O ofício apresentava, ainda, sugestões preparatórias convenientes ao início do serviço de enterramentos, como uma estrada que conduzisse ao local. A área demarcada para as irmandades somava quase 38 mil metros quadrados, mais do que o dobro da área de todos os cemitérios existentes na cidade somadas, que media aproximadamente 18 mil metros quadrados. O engenheiro dizia que a área ainda poderia ser aumentada sobre a planície para o lado do mar, dizendo que "o local oferece dimensões para ser a necrópole de cidade muito populosa". Cemitérios de duas irmandades se estenderiam em morro de declive suave e seriam separados de outras duas necrópoles por uma larga avenida.

⁶ O Comendador José Ribeiro Coelho faleceu em novembro de 1898, oito anos depois de ter feito o negócio. Foi sepultado no centro da cidade de Vitória e, anos depois, seus restos mortais foram transportados para suas antigas terras, no novo cemitério de Santo Antônio, juntamente com sua esposa e outros parentes, para um único jazigo perpétuo, em um memorial localizado até os dias de hoje no primeiro plano da necrópole.

Figura 6 – Deslocamentos possíveis - terrestre (vermelho) e marítimo (azul) - do Cais do Imperador, no centro de Vitória, para o Sítio Santo Antônio. Intervenções feitas pela autora sobre imagem dos aterros de Vitória no plano Diretor Urbano de 1979. As áreas hachuradas correspondem a antigas áreas navegáveis, hoje, aterradas.



Fonte: Biblioteca online Instituto Jones Dos Santos Neves.

Como dito, as autoridades que embarcaram na manhã de domingo, dia 22/06/1890, com o João Maia eram dois. Um deles era Joaquim Correa de Lirio, presidente da intendência municipal, que foi delegado de polícia nos tempos do império, foi vereador e deputado pelo Partido Liberal, chegou a presidente da Câmara da Província do Espírito Santo, onde gostava de se indentificar como Capitão, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Pertencia à irmandade de São Benedito. O outro era Antônio Pinto Alexo, que foi administrador da mesa de rendas da coletoria da capital da província na época do império e, até aqueles dias, era visto como pessoa ligada à tesouraria, mesmo nas varias irmandades reliogisas de Vitória a que esteve ligado. Já o próprio Joao Teixeira Maia, também era pessoa ligada às irmandades, era engenheiro militar, sendo capitão à época dos fatos. Segundo Nelson Pôrto Ribeiro (2019, p. 163-166), no seu Dicionário de engenheiros e construtores atuantes na Capitania e na Província do Espírito Santo, João Maia era bacharel em matemática e ciências físicas, em 1872 ingressou na escola militar da corte, desde dezembro de 1881 foi Ajudante de Ordens e encarregado da Secretaria Militar da Província do Espírito Santo por nomeação do “Ministério dos Negócios da Guerra”. Foi também professor de História e, mais tarde, de Álgebra e Aritmética no Ateneu Provincial em Vitória. Em 1886 foi nomeado para substituir interinamente Rodrigues de Campos como encarregado das obras militares provinciais, no ano seguinte foi efetivado no

cargo e, em junho de 1890, foi nomeado engenheiro das obras municipais. Esteve envolvido em obras do Estado até 1896, quando mudou-se para a capital federal a fim de servir na Escola de Sargentos, no Realengo. No Rio de Janeiro faleceu, em 1911, já no cargo de general, deixando várias propriedades no Espírito Santo.

Portanto, recém nomeado engenheiro das obras municipais em junho de 1890, talvez a passagem por Santo Antônio naquele domingo, 22 de junho, tenha sido das primeiras tarefas de João Maia. Além de estar acompanhado por autoridades da intendência municipal, as mesmas pessoas eram representantes de algumas irmandades. Um engenheiro trabalhando fora de seu escritório, em um local em que nunca antes havia estado, equipado com alguns papéis finos, tinteiros e estojos de instrumentos típicos do fim do século XIX. Em campo aberto realizou medições e desenhou um rascunho a ser transferido posteriormente para o material apropriado em seu escritório.

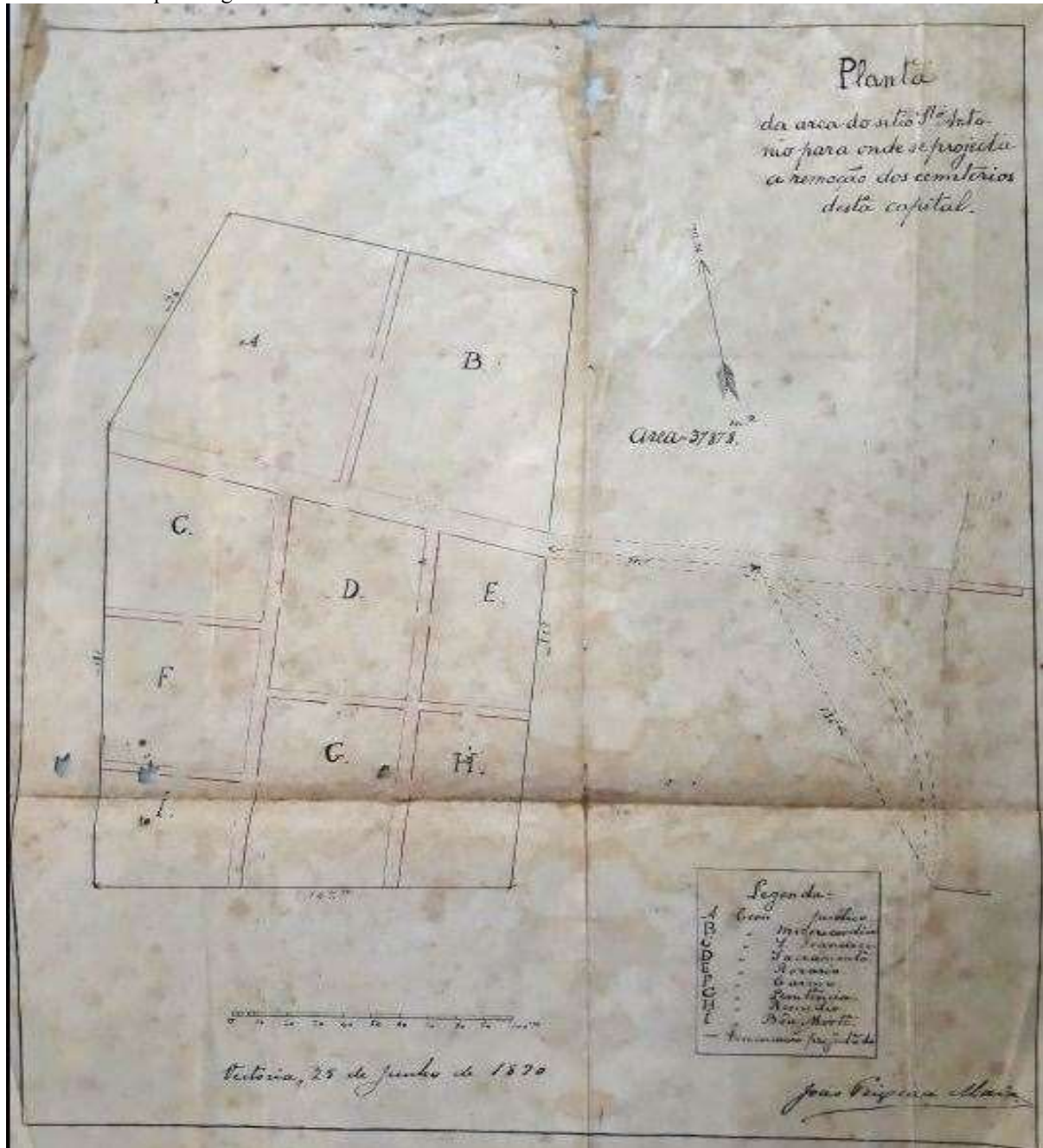
Mera hipótese histórica que formulamos é que, ao analisar o rascunho atravessado pela tinta, na passagem para o documento definitivo o documento foi invertido como em um espelho. O documento arquivado no Arquivo Público Municipal de Vitória, resgatado pela primeira vez, além das áreas originais do Sítio, à época desprovido de qualquer aterro, indica um litoral oposto ao que se verifica na realidade, correspondendo a um norte magnético espelhado, ao inverso do rascunho transpassado de tinta.

Invertido o mapa, temos a mais perfeita descrição do próprio João Maia, no texto do ofício⁷ publicado, em que apresenta a planta baixa do terreno projetado:

Figurei a posição relativa dos diferentes cemitérios, a qual poderá ser alterada, segundo conveniências que no momento não me ocorreram. Os cemitérios A e B ficarão em morro de declive suave e E e H têm uma pequena parte na fralda de outro. Aqueles acham-se separados dos demais por uma larga avenida, e todos, entre si, por meio de ruas regulares que permitirão a conveniente comunicação (1890, p.2).

⁷ O texto do ofício foi publicado em 01/07/1890, na página 2, do Jornal O Estado do Espírito Santo, sem a planta. Posteriormente, localizamos no Arquivo Público do Município, tanto o texto, como a planta original, escritos e desenhados de próprio punho por João Maia.

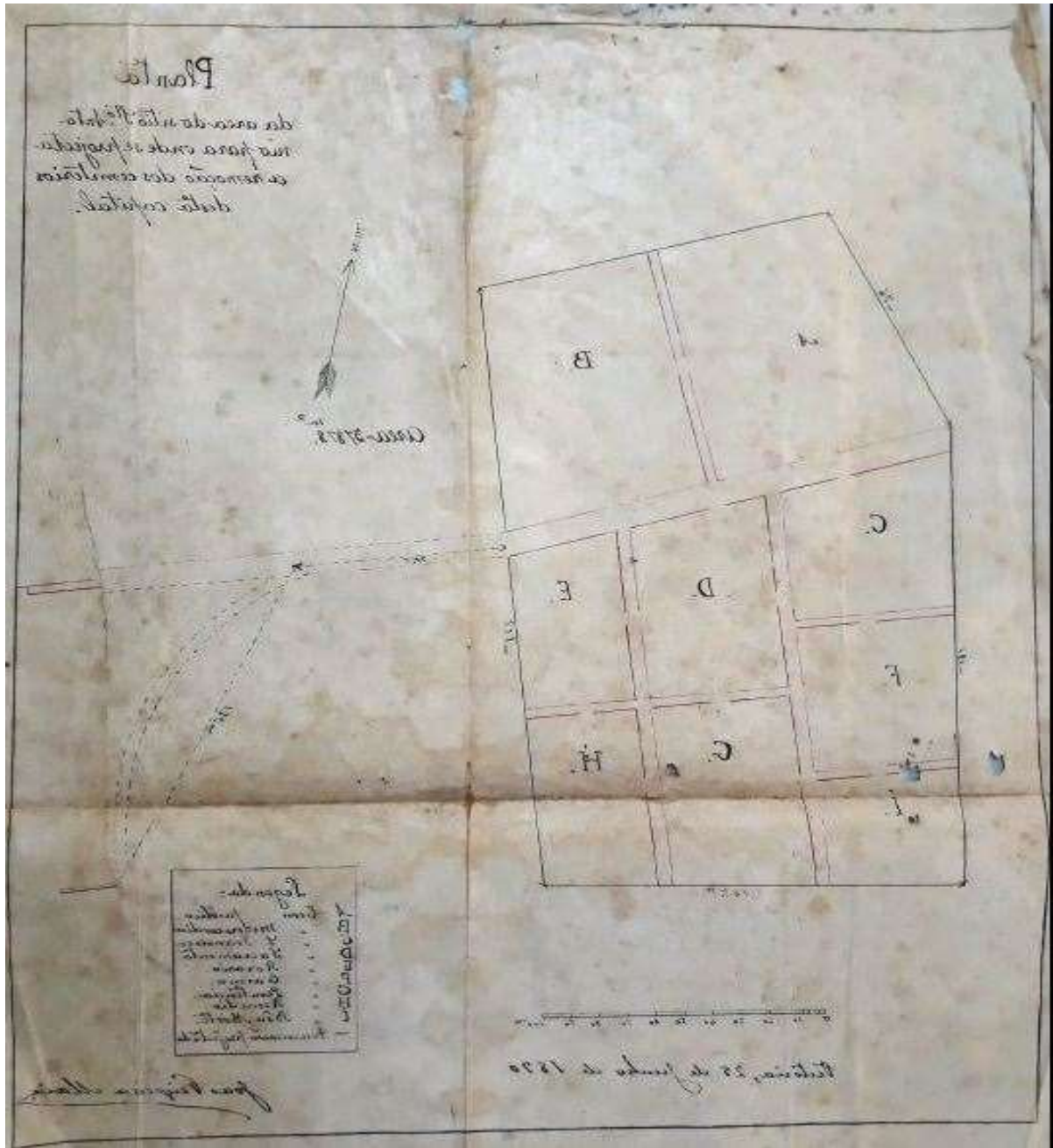
Figura 7 – Planta da área do Sítio Santo Antônio para onde se projeta a remoção dos cemitérios desta Capital. Título atribuído pelo engenheiro João Maia.



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

Identificada nesta pesquisa a planta original, verifica-se que nos cemitérios projetados A e B, localizados no “morro de declive suave”, que era conhecido como Morro do Pinto, já havia sepulturas desde a década de 1850! Por esse motivo, João Maia destina essa área ao espaço público do cemitério (Cemitério Público, A) e à Irmandade da Misericórdia (B), que geria a Santa Casa e, possivelmente, havia enviado muitas vítimas das epidemias para aquele local.

Figura 8 – Planta da área do Sítio Santo Antônio para onde se projeta a remoção dos cemitérios desta Capital. Título atribuído pelo engenheiro João Maia. Imagem invertida pela autora.



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

Na seqüência que nunca se tornou realidade, as demais áreas seriam destinadas à Irmandade do Convento de São Francisco (C), Irmandade do Santíssimo Sacramento (D), Irmandade do Rosário (E), Irmandade do Convento do Carmo (F), Irmandade da Penitência (G), Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios (H) e Irmandade de Nossa Senhora Boa Morte (I).

Figura 9 – Planta da área do Sítio Santo Antônio para onde se projeta a remoção dos cemitérios desta Capital. Título atribuído pelo engenheiro João Maia. Imagem invertida e comentada pela autora. Abaixo, demarcações internas de João Maia sobrepostas à imagem de satélite da área atual, com anotações da autora.



Fonte: : Arquivo Público do Município de Vitória e Google Earth, (2021).

O que se verificou nas décadas seguintes foi que apenas Santíssimo Sacramento, Boa Morte e São Benedito do Rosário e, posteriormente, Santo Antônio dos Pobres instalaram cemitérios na região. Mesmo assim, apesar de a área total ocupada hoje em dia ser praticamente a mesma daquela prevista por João Maia, a disposição espacial é completamente diferente, tendo sido o Morro do Pinto ocupado por residências pobres desde as primeiras décadas do século XX.

Figura 10 – Sobreposição das áreas cemiteriais de João Maia (amarelo) e as definitivas/atuais do cemitério Santo Antônio, com intervenção da autora.



Fonte: Google Earth (2021).

João Maia, reconhecendo a dificuldade de acesso e precariedade do local, fatos que dificultaram inclusive a elaboração do projeto, como se viu, recomendou a criação de caminhos e de um serviço funerário adequado para o local, antes de começarem os sepultamentos:

É assunto resolvido a questão da mudança dos cemitérios e por isso não tem cabimento qualquer apreciação a respeito; entretanto, seria de bom aviso e prudência não se iniciar ali os enterramentos sem a organização prévia de uma empresa ou sistema funerário que facilite tais atos e a construção ligeira de algum barracão que provisoriamente sirva de abrigo aos cidadãos que formarem os préstitos fúnebres. O trajeto mais fácil atualmente é por mar, gastando-se em escaler cerca de 60 minutos, pouco mais ou menos, até a ponte existente, que fica a 212 metros da entrada projetada, não havendo no porto abrigos (...) (1890, p.2).

Em 10/10/1890, o problema do acesso ainda não estava resolvido, mas inspetores de higiene da intendência já oficiavam Afonso Cláudio para que proibisse as inumações nos cemitérios existentes dentro da capital.

Na direção oeste, deixando o centro, passando pelas áreas do Campinho, as ocupações sucediam-se rareadas, mas sempre margeando de um lado e do outro o caminho que levava à Fazenda Santo Antônio. Este caminho não parecia mais que uma trilha de cavalo que tocava o maciço central, acompanhando uma de suas curvas de nível (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 126).

Afonso Cláudio, sob fortes pressões políticas, afastou-se do cargo alegando motivos de saúde. Anos depois, os cemitérios ainda não estavam em funcionamento normal em função do acesso a eles.

Logo em seguida, Afonso Cláudio deixaria o governo definitivamente e retornaria às suas atividades de magistrado. Em 1891 foi nomeado desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, exercendo a presidência nos anos de 1892 e 1918.

Em 01 de dezembro de 1893, faleceu Bazílio Daemon, de cuja obra muito aprendemos para esse trabalho. As pessoas de sua amizade, como era de costume foram convidadas, no dia 02 de dezembro, a acompanharem seu sepultamento, que partiu do velório, feito em sua casa, na rua Sete de Setembro 55. Mas o sepultamento, como ainda era praxe na cidade, ocorreu no Cemitério da Irmandade de São Benedito, uma das áreas do cemitério público do convento de São Francisco, na cidade alta (obituário do jornal Estado do Espírito Santo, 1893, p.2).

Em 08/01/1894, foram concluídos estudos de campo para o projeto de estrada que iria do mangue do Campinho (atual Parque Moscoso) ao sítio Santo Antônio "onde devem ficar, este ano, fundados os novos cemitérios da capital. Sabemos que é propósito firme do governo municipal não adiar por mais tempo a satisfação dessa há muito reclamada necessidade pública".

Entre 28/03 e 28/04/1894, o governo municipal recebeu propostas para construção de uma estrada de rodagem com o percurso de 2.620 metros e largura máxima de 7 metros, que deve partir do fim da avenida da Vila Moscoso (próximo ao mangue do Campinho), até o sítio Santo Antônio, no local destinado ao novo cemitério municipal. Os concorrentes deveriam se adequar ao projeto e ao orçamento previsto de 65:079\$296 (sessenta e cinco contos, setenta e nove mil duzentos e noventa e seis réis).

O projeto de Afonso Cláudio (que, nessa época, era presidente do Tribunal de Justiça) apenas havia se realizado em parte. O "pasto para o descanso do gado destinado ao consumo da capital" deu origem ao contrato que o governo municipal firmou com o matadouro, gerido pela empresa Camuyrano e Cia., para o abastecimento de carne. O "lazareto para

moléstias contagiosas" ocupou precariamente, por alguns anos, o que antes fora a sede do sítio Santo Antônio. O cemitério foi o último a ser instalado oficialmente.

3.4 A questão cemiterial no governo de Moniz Freire

Em 1896, o presidente do Estado era Moniz Freire. A ele foi repassado um notável relatório de engenharia propondo uma solução de expansão da cidade, orientada para o leste, como um dos resultados dos trabalhos da Comissão de Melhoramentos da Capital, entre abril de 1895 e maio de 1896. Há tempos o crescimento da população da ilha carecia de planejamento e limitava-se a ocupação dos morros do maciço central, já que sua expansão horizontal estava limitada por manguezais e alagadiços. O nome completo do estudo era "Projeto de um novo arrabalde dotado dos serviços de abastecimento de água e drenagem". Foi nele que Saturnino de Brito planejou dois grandes eixos de ocupação que até hoje são importantes canais de movimentação urbana: Avenida Nossa Senhora Penha e a Avenida Leitão da Silva, como são conhecidas atualmente.

Não era somente a cidade dos mortos que precisava ser repensada. A cidade dos vivos também estava com problemas e buscava projetos para o enxugamento de águas superficiais estagnadas, drenagem do subsolo das regiões pantanosas próximas; retificação dos cursos de água, aterros, suprimento de água potável, esgotos pluviais e sanitários, construção de habitações salubres; calçamentos, iluminação artificial, jardins, remoção e incineração de resíduos etc. Assim, o processo de formação socioespacial do espaço cemiterial de Vitória é apenas um dos aspectos do processo da formação urbana da cidade de Vitória como um todo.

Moniz Freire, entusiasmado com o sucesso da economia cafeeira no Espírito Santo, foi o primeiro governante a investir maciçamente no projeto urbano de Vitória, tendo buscado o que havia de melhor no cenário nacional: Francisco Saturnino Rodrigues de Brito era um engenheiro sanitarista brasileiro que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o "pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil". Em geral, as obras solicitadas no contexto de implantação da República serviram de orientação à formação de um novo projeto urbano para o estado. A desordem das cidades era vista como expressão do superado sistema colonial e o progresso científico na área das ciências contribuiu para a adoção dos princípios do higienismo e do sanitarismo nas práticas urbanas.

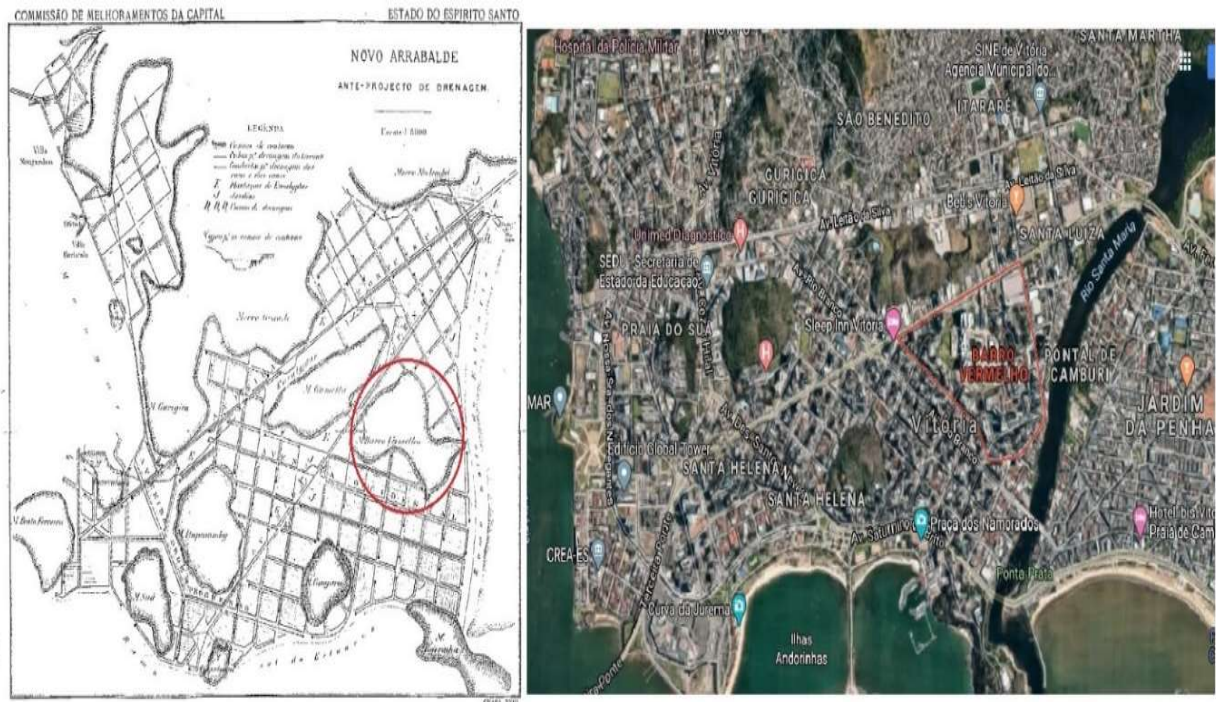
No seu “Projeto de um novo arrabalde”, Saturnino previu a criação de um cemitério, no único lugar que julgava adequado para recebê-lo, nessa parte leste da ilha:

Difícil, se não impossível, é encontrar neste terreno ampla região exclusivamente apropriada para o estabelecimento do Cemitério — por toda a parte apresentam-se ora pontas de rocha granítica, ora blocos erráticos que atingem consideráveis dimensões, e, em geral, no subsolo, camadas xistoides de resistência variada. O morro “Barro Vermelho” é o único, no perímetro do Novo Arrabalde, que tem condições favoráveis, quanto a área e quanto a argila. Acresce que, achando-se situado na região central do núcleo, proporciona facilidade material para desenvolver-se o culto dos mortos. Atualmente só os crassamente ignorantes ainda desconhecem a inocuidade dos cemitérios e clamam pelo seu afastamento dos centros populosos; e só os que têm o egoísmo por norma invariável de conduta se mostram desgostosos pela aproximação dos campos de incorporação, o que, aliás, vem indiretamente afirmar que até para estes refratários é verdadeira a sentença positivista: os vivos são cada vez mais governados pelos mortos.

Para dar acesso ao Bosque Sagrado projetamos duas alamedas. Nos cimos do morro o terreno é acentuadamente pedregoso e, assim, pode-se deixar ali os bosques existentes e melhorá-los; na base, abaixo da curva 14, deixar-se-á também uma orla de mata. Um canal de contorno, análogo aos dos outros morros, retirará as águas das encostas; por meio de conduto subterrâneo serão lançadas ao mar, Uma Capela será edificada na esplanada de pedra voltada para o Norte (1996, p. 25, grifo nosso).

Percebemos uma tensão entre correntes higienistas no que diz respeito à localização das necrópoles. Enquanto em 1896, Saturnino de Brito julgava que os cemitérios eram inofensivos e que só os ignorantes desejam seu afastamento dos centros urbanos, desde 1894, já havia começado a sair do papel o projeto de um cemitério público fora da cidade, no arrabalde de Santo Antônio, lado oposto da ilha ao que Saturnino pretendia erguer a cidade nova. O cemitério do Barro Vermelho nunca sairia do relatório de Saturnino e, por outro lado, vencia a corrente de Manoel Goulart de Souza que, vinte anos antes, em 1876, apresentou seu próprio relatório sobre o estado sanitário da capital, em sentido contrário. Dessa vez, estando medicina e engenharia em lados diferentes, foi a medicina quem capacitou o Estado do Espírito Santo à produção de políticas públicas cemiteriais com fundamento biológico ou, como já conceituamos, *biopolíticas*.

Figura 11 – Planta do Projeto do Novo Arrabalde, elaborada pelo engenheiro Saturnino de Brito, 1896. Imagem de satélite do que seria o novo Arrabalde atualmente. Em ambas, indicado pela autora o Morro do Barro Vermelho.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Biblioteca Digital, 1896, p. 71 e imagem satélite do Google Earth, (2021), com intervenções da autora.

Quanto ao cemitério do Barro Vermelho, sua não realização representou uma das mais significativas partes desconsideradas do projeto, o que ocorreu, principalmente, porque já vinha sendo implantada a necrópole do bairro de Santo Antônio e, portanto, seria desnecessário “perder” e desvalorizar uma área urbana nova, que poderia ser mais bem aproveitada.

Saturnino de Brito, além de sua rica herança na engenharia sanitária, deixou-nos também alguns notáveis exemplos da ocasionalmente conflituosa relação entre o saber médico e a engenharia. Os dois grupos se aproximaram do poder público, dos dois grupos surgiram políticos profissionais, mas, de ambos, notaram iniciativas de disputas teóricas, cujo cemitério do morro de Barro Vermelho é um caso sem fama. Em 1908, Saturnino lembrava nos jornais que "Foi com a regeneração sanitária das cidades, embora, em algumas delas sejam as obras mal concebidas e mal executadas, que São Paulo debelou a febre amarela e afastou o maior obstáculo ao seu desenvolvimento. Não foi matando mosquitos" (BRITO *apud* LOPES, 2013, p.67) buscando diminuir o esforço do ambiente médico nas políticas públicas.

Em que pese, na cidade de Vitória, a realização de um cemitério extramuros ter nascido dos estudos de médicos como Manoel Goulart de Souza, o futuro mostrou que a cidade cresceu, chegou ao cemitério antes isolado, tomou seus arredores e, hoje, não são mais

expressos os temores que fizeram com que se retirasse o cemitério do interior das cidades. Teria estado certo Saturnino ao dizer que os cemitérios eram inócuos e que não havia necessidade de tê-los longe dos centros populosos?

A expansão de uma cidade que, supostamente, deveria crescer em razão do comércio, planejava uma área dotada de melhores condições de higiene e salubridade, desembaraçada dos problemas de saneamento que Vitória arrastava quando lidou com as epidemias e com a questão cemiterial, na segunda metade do século XIX. Ocorre que o projeto baseado na pujança econômica da atividade cafeeira não teve vida longa, visto que uma nova crise se aproximava do Estado do Espírito Santo decretado moratória no ano de 1900. O Novo Arrabalde deixou de ser visto como um projeto viável pouco depois do fim do governo de Moniz Freire. Governantes que o sucederam, como Jerônimo Monteiro, investiram novamente na organização do Centro, por exemplo, como aterro do Campinho, atual Parque Moscoso, existindo, nesse tempo, em direção ao Novo Arrabalde, de apenas uma estrada mal-acabada entre Jucutuquara e a Praia do Suá.

Podemos considerar que o projeto do Novo Arrabalde foi adaptado, no que diz respeito à exclusão do cemitério do morro do Barro Vermelho por três motivos: 1, *já havia uma biopolítica cemiterial*, consolidada no cemitério de Santo Antônio, que tem raízes na segunda metade do século XIX, com os estudos de sanitaristas locais, e que foi definida em 1890-1894, a partir de negociações iniciadas por Afonso Cláudio; 2, o projeto original do Novo Arrabalde visava atender uma *realidade social urbana idealizada por Muniz Freire que, de fato, não se concretizou* em razão da crise da economia cafeeira que se aproximava, após o momento de pujança econômica e 3, esvaziado da sua proposta de acolher populações trazidas à Vitória pela força do comércio, o Novo Arrabalde, que se verificou na prática demorou décadas para se implantar de fato e, quando isso aconteceu, *passou a caracterizar a ação do capital imobiliário sobre a terra*, entendida como meio de acumulação inédito na cidade até aquele momento. Talvez, caso o Novo Arrabalde da “Vitória real” fosse aquilo para o que ele foi planejado originalmente, ou seja, “um suporte de apoio para o assentamento da população que convergiria para a Vitória” (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 197), se ele se tornasse o centro comercial e populacional idealizado por Moniz Freire, talvez, nesse caso, houvesse lugar para a existência de um cemitério. Mas isso não aconteceu.

Enquanto isso, na primeira página do jornal Estado do Espírito Santo, da quarta-feira, 02 de setembro de 1896, era publicada na quarta coluna uma curiosa sequência de duas notícias sobre a administração municipal de Vitória, uma imediatamente seguida da outra:

OBRAS MUNICIPAIS. Os membros da comissão de obras, os Srs. Paula Moraes e Domingos Netto, o inspetor de higiene, Dr. Gélío Paiva e o engenheiro, Dr. Athayde, estiveram ontem em Santo Antônio, no local designado para a construção do grande Cemitério Municipal. Amanhã, em sessão do Conselho Municipal, a comissão dará parecer sobre a proposta feita pelo engenheiro Oates para essa construção. CEMITÉRIO DE SANTO ANTÔNIO. Foi apenas de 12 o número de cadáveres sepultados no mês último no cemitério municipal, inclusive 2 fetos”.

Enquanto Saturnino de Brito encerrava seu trabalho e partia da cidade, a administração municipal sepultou 12 cadáveres no Morro do Pinto (Cemitério de Santo Antônio), enquanto, simultaneamente, tinha projetos de construção, no mesmo local, do “grande Cemitério Municipal”. E, ainda, no mesmo ano de 1896, Moniz Freire enviou ofício datado de 23 de abril para o Inspetor de Higiene Pública autorizando a encomendar a compra de um escaler (tipo de embarcação) unicamente para transportar cadáveres ao cemitério. Embora no documento arquivado no Arquivo Público do Estado, na coleção da Inspeção de Higiene Pública, não esteja designado qual é o cemitério em questão, o único em que o acesso era feito por barcos era o do Morro do Pinto.

3.5 Loren Reno e os novos elementos do contexto da virada de século

A chegada dos primeiros missionários protestantes no Brasil é assunto que escapa completamente do objetivo deste trabalho. Sabe-se, contudo, que se trata de uma trajetória bastante documentada e que está situada justamente no fim do século XIX e no início do século XX. Assis (2019: p. 126) registra que, quanto aos batistas, o ano de 1860 é o registro mais remoto de uma primeira e curta aventura batista no Brasil, mas que, oficialmente, a Convenção Batista Brasileira (CBB) considera que o marco inicial do trabalho realizado pelos batistas do Brasil ocorre no ano de 1882, oportunidade na qual foi organizada a Primeira Igreja Batista da Bahia. Para esse primeiro empreendimento, foram enviados missionários preparados nos EUA, encaminhados por uma junta constituída para a difusão da Igreja Batista pelo mundo: a Junta das Missões Religiosas do Sul dos Estados Unidos da América, conhecida como *Junta de Richmond*.

Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, os primeiros batistas, entre os que já viviam na Bahia, viajaram e tiveram experiências iniciais de evangelização no Estado do Espírito Santo. Após a existência dos primeiros convertidos capixabas, "chegaram ao estado missionários da Junta para legitimar as primeiras Igrejas batistas em solo espírito-santense" (2019: p. 133). Foi nesse contexto que chegou o casal de missionários norte-americanos, Loren Marion Reno e Alice Marion Reno, à capital do Espírito

Santo em de outubro de 1904. Foi o novo elemento da virada de século que deu início à construção de uma legitimidade não apenas religiosa, mas também educativa, que resultou no fortalecimento da Igreja Batista e na implementação de um sistema educativo distinto dos praticados na cidade.

A estratégia adotada, com a chegada dos missionários e do financiamento americano, era a fundação de escolas nas regiões onde erguiam Igrejas. Loren e Alice, preparados politicamente para atuarem como representantes de uma instituição religiosa estrangeira, articulavam-se socialmente enquanto ministravam aulas em sua própria residência, prática comum na educação desse período. Em poucos anos, inauguraram o primeiro prédio para o funcionamento do Colégio Americano Batista, localizado à rua General Osório, na região central da cidade de Vitória, em 1907, conforme nos conta Assis (2019).

Entretanto, a presença da Igreja Católica foi um forte empecilho à missão batista nos primeiros tempos. Elezeare Assis (2019: p.141-142), em seu estudo, indica que "um dos enfrentamentos de Reno, que tomamos como indicativo do fortalecimento da comunidade batista e, ao mesmo tempo, enquanto indicativo do lugar de poder construído pelo casal Reno junto a essa comunidade, foi a questão relativa ao enterro dos convertidos".

Os protestantes estavam impedidos de utilizarem os cemitérios religiosos católicos, restando apenas o cemitério público que, nas palavras de Reno (apud ASSIS 2019: p.142), "é aqui usado para nada além dos paupérrimos da classe mais baixa, para os casos de varíola e febre amarela, e para os protestantes". Loren Reno, tendo escrito essas palavras em 1906, referia-se ao cemitério público instalado no Morro do Pinto.

Assis (2019: p. 142) nos conta que Reno entendia que a questão da distinção era "essencial para o projeto batista ainda no ano de 1905 [e], como representante dos batistas do estado, Reno solicitou ao Conselho Municipal de Vitória a concessão de um terreno para a construção de um cemitério para os evangélicos". Logicamente, foi necessário ultrapassar entraves administrativos e políticos que foram relatados à Junta de Richmond, nos EUA, em 1906, pelo próprio Loren Reno, quando informou que, após grande insistência, o terreno havia sido cedido e que estava garantida a construção da necrópole batista:

[...] a lei nos impede de usar terrenos comprados de indivíduos, então a única alternativa para nós era conseguir que o governo nos desse o controle de um pequeno terreno do governo. Os termos são que o terreno fosse inteiramente entregue nas mãos da Igreja Batista para cercá-lo, planejá-lo e mantê-lo. Durante seis meses nós trabalhamos para assegurar isso, e os sacerdotes trabalharam para evitar isso. Duas vezes nossa petição foi negada pelo Conselho Municipal por questões técnicas (RENO, apud ASSIS, 2019: p. 142).

Loren relatou sobre o prestígio que julgava estar adquirindo frente à comunidade batista e à própria sociedade capixaba. Na cidade de Vitória,

a presença dos batistas vai ganhando concretude e visibilidade após a demarcação do terreno para o cemitério, da compra do terreno para a construção da nova sede e após terem alugado uma sala no centro baixo da cidade para os cultos que, até então, eram praticados em suas casas (ASSIS, 2019: p. 144).

É bastante curiosa a trajetória da Missão Batista no Brasil, em especial no Espírito Santo, contudo, conforme dissemos, o assunto ultrapassa o alcance do presente trabalho. O fato que se quer destacar é que o terreno para instalação do Cemitério da Missão Batista foi designado no Sítio Santo Antônio, próximo ao cemitério do Morro do Pinto.

A área foi pleiteada em 1905 e os primeiros obituários encontrados nos jornais da época datam de 1908. Julgamos, pelo relatório de Loren Reno à Junta de Richmond, que a necrópole tenha sido inaugurada em 1906. Ou seja, a cemeterização do Sítio Santo Antônio ganhava força com sua segunda necrópole, antes da chegada de Jerônimo Monteiro ao comando do Estado.

Faleceu no dia 6, sendo sepultado a 7 do corrente, no cemitério da Igreja Batista desta Capital, a inocente Clara Uchôa, de 2 anos de idade, querida filha do nosso companheiro político Sr. Ozorimbo Uchôa, a quem sentimentamos por tão rude golpe (DIÁRIO DA MANHÃ, 09 de fevereiro de 1908, p. 1).

Apesar da habilidade social do pastor americano, pelos embates políticos de Loren Reno e por, muitas vezes, suas atitudes e críticas colidirem com costumes arraigados aos brasileiros, o pastor foi figura controversa na sociedade capixaba nos primeiros tempos. Apenas com o crescimento da Igreja Batista e do Colégio Americano Batista nas décadas que se seguiram, a figura de Loren se estabilizou como uma autoridade local. Isso ocorreu, principalmente, segundo Assis (2019), em razão do modelo educacional proposto pelos batistas, que se articulou com as propostas republicanas de Jerônimo Monteiro e dos governos seguintes para a educação, sendo bem recebido pelas elites locais.

Nos anos seguintes, Loren ganhou espaço na sociedade capixaba, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo e teve, nos bancos de sua escola, vários alunos ilustres. Tendo vivido mais de trinta anos em Vitória, quando faleceu, em 7 de março de 1935, longos textos foram publicados nos jornais em sua homenagem, "celebrado por sua postura política exercida fora da esfera partidária" (ASSIS, 2019: p. 169). No entanto, fato curioso deve ser notado: tanto e a tal ponto foi tido como cultuado personagem social, que passou a ocupar a sepultura perpétua nº 280, no primeiro plano do cemitério público

monumental de Santo Antônio, o "novo", e não as terras anexas e desprestigiadas da necrópole batista, que ainda funcionava plenamente.

A necrópole batista, mais tarde ficaria conhecida como cemitério velho de Caratoíra. Foi criada para proteger os protestantes de uma segregação espacial que os misturava com os “paupérrimos da classe mais baixa” e com “os casos de varíola e febre amarela”, como disse Loren Reno. E assim, num movimento defensivo, o cemitério batista produziu uma outra forma de segregação, dessa vez para afirmar e distinguir os membros de uma nova comunidade. Como veremos no item seguinte, com a posterior criação de um outro cemitério público, de condição mais universalista e secularizada, as pessoas que realizaram o sepultamento do próprio Reno, em 1935, não viram necessidade de fazê-lo na necrópole que ele criara em 1906.

Assim, com o passar dos anos, o cemitério batista foi caindo em desuso, ficando praticamente abandonado, no fim da década de 1950. Enquanto isso, a periferia da cidade de Vitória crescia e a população do bairro de Caratoíra, em sua parte alta, que faz divisa com Santo Antônio, abria ruas e ocupava terrenos. Parte do cemitério batista foi usada como campo de futebol e outra parte, “coberta pelo mato, servindo como local de depósito de material roubado e esconderijo para marginais” (Jornal A Tribuna, em 01 de fevereiro de 1981). Depois de mais de vinte anos de abandono, finalmente, em 1981, o cemitério batista foi ocupado por moradores da região que exigiram que a prefeitura regulamentasse sua repartição para 48 famílias, conforme noticiou a mesma matéria jornalística. Hoje em dia, notam-se poucos vestígios de sua existência, como as pedras de seus muros que formam as paredes de algumas casas.

Figura 12 – Posseiros ficarão no cemitério de Caratoíra.



Fonte: Jornal “A Tribuna” em 01 de fevereiro de 1981.

No banco de imagens do aplicativo GeoWeb, que inclui um acervo de mapas da prefeitura de Vitória, desde 1955, podemos notar, sobrepostos mapas atuais e de 1955 da mesma região, na qual identificamos o cemitério antigo:

Figura 13 – Imagem atual, à esquerda, e imagem de 1955, à direita. Cemitério Batista indicado pela autora no centro da imagem.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória – SEDEC (Secretária Municipal de Desenvolvimento da Cidade).

3.6 A questão cemiterial no governo de Jerônimo Monteiro

O Presidente do Estado Jerônimo Monteiro, eleito em 1908, apresentou relatório ao legislativo estadual em maio de 1913, no que diz respeito aos negócios do Estado no quadriênio 1909 a 1912. Jerônimo Monteiro assume para si a “paternidade” do cemitério, mesmo que as gestões para sua implantação tenham sido bem anteriores ao início do seu governo.

Dispondo de uma área extensa e apropriada ao destino, ele satisfaz plenamente as exigências da higiene moderna. Já o entreguei concluído aos cuidados e à administração da Prefeitura Municipal e, a 01 deste mês, começou a ser feito ali o serviço de enterramentos, ficando proibida qualquer inumação nos antigos e pequenos cemitérios, existentes no centro da capital, os quais foram fechados (1913, p. 132-133).

Respeitosamente, parece-nos um pouco anacrônico ou impreciso o discurso de prestação de contas. Isto porque, conforme defendemos, já se sepultava em Santo Antônio e, ao mesmo tempo, em outros cemitérios do centro da cidade, desde a segunda metade do século anterior. O presidente do Estado entregou uma área nova, calculada sobre antigos projetos e

vizinha ao cemitério do Morro do Pinto, como veremos adiante.

Maria Stella de Novaes, personalidade importante para a cultura do Estado do Espírito Santo, pioneira na luta pela emancipação feminina e na renovação de práticas pedagógicas, se dedicou de forma constante a produzir trabalhos historiográficos sobre o Estado do Espírito Santo, dos quais se destacam pelo menos dois: História do Espírito Santo e uma biografia oficial sobre Jerônimo Monteiro (“sua vida e obra”), editada pela primeira vez em 1960. Escrevia à moda dos historiadores da história oficial, fato que em nada diminui a importância de seus textos, apesar de ter seu valor diminuído por historiadores mais críticos. Novaes (2017), considera que a solenidade de bênção da inauguração do cemitério de Santo Antônio, ocorreu em 1º de maio de 1912, com a presença do bispo Dom Fernando de Sousa Monteiro e de seu irmão, o presidente do Estado, Jerônimo Monteiro, os dois no centro da foto:

Figura 14 – Bênção da inauguração do cemitério de Santo Antônio.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo — Coleção Jerônimo Monteiro.

A edição de 2017 do livro de Novaes deixa incerto se a foto foi produzida em 9 de fevereiro de 1912 ou em 1º de maio daquele ano, sendo certo que diz respeito à benção do campo santo⁸.

O que é certo é que a tração elétrica dos bondes foi oficialmente inaugurada em 21 de junho de 1911, na gestão de Jerônimo⁹, e que os bondes até o cemitério de Santo Antônio foram implementados pouco depois:

Para a viação elétrica até Santo Antônio, providenciou o Dr. Jerônimo a abertura de uma estrada que substituísse o velho caminho, permitido apenas a pedestres e cavaleiros. Mesmo porque lá devia ser construído um Cemitério Público, no antigo sítio do Sr. José Ribeiro Coelho, onde havia o curral de bois. E a estrada se fez a picaretas e pás. Trabalho hercúleo, num tempo distante da maquinaria atual. Estrada bem amparada pelos muros de sustentação.

Inaugurada a linha de bondes elétricos para Santo Antônio e aberto o Cemitério Público, organizou-se o serviço especial de enterros: um bonde puxava o reboque fúnebre, seguido de outros, com o cortejo. O povo, sempre imaginoso, dizia "Enterro de bonde". (...) O Cemitério Público, em Santo Antônio, foi inaugurado a 1º de maio de 1912. A 8, realizou-se a primeira inumação, a de Dona Isabel Borges de Aguiar (2017, p. 130 – 131, grifo nosso).

Então, a história oficial registra que o cemitério recepcionou Dona Isabel, para ser sua morada eterna, em 8 de maio de 1912. Talvez ela tenha sido transportada pelo serviço funerário, que acabara de ganhar carros elétricos, no primeiro enterro feito com bonde na cidade: um carro levando o caixão e outro os acompanhantes, desde a Matriz de Vitória até o cemitério público de Santo Antônio. Quanto a este sepultamento, não resta dúvidas, foi um

⁸ Segundo Wallace Bonicenna (2004, p. 87), Dom Fernando de Sousa Monteiro, falecido em 1916, está enterrado não no novo cemitério de Santo Antônio, que ajudou a inaugurar em 1912, mas no altar mor da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, ligada ao Convento de Nossa Senhora do Carmo. O que mostra o quanto se custou a superar definitivamente o hábito do enterramento no interior das igrejas. As determinações dos concílios que proibiam o enterro dos mortos nas igrejas previam exceções, como a que dizia respeito aos Bispos.

⁹ Jerônimo Monteiro informa ter ampliado a antiga linha de bondes, inaugurando o trecho de linha entre o Forte São João e a praia do Suá. Foi celebrado um contrato de arrendamento com o mesmo Sr. Coronel Antônio José Duarte, “que se obrigou a reformar a linha, prolongando-a até Santo Antônio”. Contudo, como o tráfego por tração animal era considerado dispendioso e o material fixo precisava ser substituído, “resolveu o Governo reconstruir radicalmente toda a linha, eletrificando-a”. Coronel Antônio Duarte ficou encarregado das obras e o Governo contratou a Companhia Brasileira de Electricidade Siemens Schukertwerk para realizar as instalações elétricas. A administração de Jerônimo Monteiro deixou inaugurada e em funcionamento o serviço de bondes elétricos entre a cidade, os arrabaldes do Suá e Santo Antônio. Coronel Antônio José Duarte fez parte de um importante fragmento de um projeto de modernização de Vitória, tendo se articulado comercialmente com o governo para prover a linha de bondes elétricos que ligava a igreja Matriz ao cemitério de Santo Antônio em 1912. A igreja Matriz de Vitória à época (Igreja de Nossa Senhora da Vitória) era localizada quase no mesmo local da Catedral Metropolitana atual: foi demolida em 1918. Era uma igreja em estilo colonial, edificada em 1551, que recebeu o título de Catedral em 1895, com a criação da Diocese do Espírito Santo. As obras da Catedral que conhecemos hoje tiveram início em 1920 e foram concluídas apenas em 1970.

evento da administração de Jerônimo Monteiro que, em seguida, passou a gerência do novo cemitério público à Prefeitura de Vitória¹⁰.

No “Relatório apresentado pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro ao Congresso Legislativo em 23 de maio de 1912”, publicado no Jornal O Diário da Manhã, na quinta-feira, 20 de junho de 1912, prestando contas, Jerônimo fala do cemitério público de Santo Antônio e dos bondes, entre diversos outros assuntos.

Sobre o cemitério, diz que mandou

construir, então, no arrabalde de Santo Antônio, acerca de dois quilômetros da cidade, um vasto cemitério, aproveitando para isso os alicerces que o Governo Municipal de 1896 começou a lançar naquele mesmo sítio. Esse serviço foi contratado e executado pelo Sr. Coronel Antônio José Duarte, custou 38:000\$000, inclusive a pequena capela ali construída, foi entregue a Prefeitura em março último, tendo sido aberto ao serviço público no dia 1 deste mês.

Parece-nos que Jerônimo havia encontrado bem mais do que alicerces lançados pelo governo municipal, e, mesmo estes, nos levam a datas um pouco anteriores a 1896, como vimos. Dizendo o que disse, o que Jerônimo Monteiro conseguiu de fato inaugurar foi o completo apagamento de Afonso Cláudio da história da necrópole de Santo Antônio.

Após vinte e tantos anos de espera, vai a capital desse Estado, graças ao zelo e patriotismo do doutor Jerônimo Monteiro, ter uma necrópole que corresponda a seu elevado grau de civilização e cultura. (...)

Os velhos cemitérios, situados no centro da cidade e sem a capacidade suficiente para o número de sepulturas que possuem, se acham além disso quase em abandono, causando péssima impressão a quem os visita.

Há muito se empenhavam os governos em remediar esses inconvenientes, tendo há vinte e dois anos o Dr. Afonso Cláudio feito aquisição do terreno em Santo Antônio para a instalação de um novo cemitério, cessando os enterramentos no centro da cidade.

Várias circunstâncias impediam que essa excelente iniciativa lograsse realizar-se, continuando durante tão longo prazo os enterramentos a se fazerem nos velhos cemitérios, sem uma esperança de melhoramento há muito reclamado.

Levada a linha do bonde ao Santo Antônio, o governo apressou-se em mandar concluir as obras do cemitério de Santo Antônio, construindo a grande muralha que fecha toda a área da nova necrópole, que possui próxima a entrada uma elegante capelinha para os atos religiosos e exigências do culto.

A 9 do corrente, fez Dr. Jerônimo Monteiro entrega do novo cemitério à prefeitura, que, ao que sabemos, vai mandar com urgência preparar diversas quadras niveladas na parte acidentada do terreno, de modo a tornar fácil o acesso e dar uma disposição conveniente às sepulturas.

É pensamento da prefeitura conservar o antigo cemitério de Santo Antônio para o enterramento de indigentes, arborizando o terreno em frente ao novo cemitério.

De outra parte, o governo já mandou adaptar aos fins de transportar os cadáveres, carros de nossa linha de bondes, de modo que brevemente se possa começar o serviço no novo cemitério, fechando-se os antigos, situados no centro da cidade.

¹⁰ O túmulo de Dona Isabel Borges de Aguiar, sepultada possivelmente em um jazigo temporário, não foi encontrado nas pesquisas de campo, realizadas para esse trabalho. Também não há registros sobre ela nos sistemas ou livros públicos de sepultamentos da necrópole.

Louvando o importante melhoramento a que vimos de nos referir, esperamos ver em breve tempo desaparecido esse atentado à higiene pública desta capital com a permanência de cemitérios em seus centros mais populosos (DIÁRIO DA MANHÃ, 1912, n°46, grifo nosso).

As partes grifadas do Diário indicam, a primeira, o definitivo passo dado por Afonso Cláudio em 1890 com a aquisição do Sítio e realização dos primeiros projetos e, a segunda, a existência e o funcionamento de um “antigo cemitério de Santo Antônio”, que seria preservado e passaria a ser utilizado para o propósito segregatório do enterramento de indigentes.

Os citados “alicerces que o Governo Municipal de 1896 começou a lançar naquele mesmo sítio” e o funcionamento do antigo cemitério podem ser constatados, também, no documento do primeiro Bispado da Diocese de Vitória, documento de Dom João Baptista Corrêa Nery, primeiro bispo diocesano redigido em 1899:

IRMANDADES, DEVOÇÕES E CEMITÉRIOS. Há diversas irmandades e devoções. E, além dos cemitérios particulares, há o cemitério público de Santo Antônio.

O sítio deste nome, arrabalde da capital, é o ponto de construção da necrópole, onde serão reunidos todos os cemitérios.

Esta construção projetada pelo engenheiro Antônio Athayde, foi contratada pelo engenheiro civil Augusto Octaviano Pinto, em 28 de outubro do ano de 1896, pela quantia de 152:000\$000, e, não podendo concluí-la, o governo foi forçado a rescindir o contrato.

Entretanto, as obras que estão feitas, podem, em qualquer tempo, ser aproveitadas e continuadas, observando-se o projeto (ALMANAK DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1899, p. 16).

Enquanto isso, o propósito de segregação do “antigo cemitério” seguia aquilo para o que havia sido criado. Em 1895, em 05 de novembro, o jornal Estado do Espírito Santo, publicava na página 2, um breve inventário: “CEMITÉRIO DE S. ANTÔNIO. No mês de outubro último, fizeram-se nesse cemitério 38 inumações, sendo 27 de variolosos. De agosto a outubro o número dos variolosos ali sepultados atinge a 80”. A questão dos variolosos, que é anterior ao novo cemitério, seguiria sendo um problema até após a inauguração dele. Em 06 de junho de 1914, o prefeito municipal determina, por meio de ofício preservado no Arquivo Público de Vitória, ao administrador de cemitérios públicos da capital, Henrique de Carvalho, que não consinta que sejam sepultados variolosos “no novo cemitério e nos das irmandades, devendo esses enterramentos serem efetuados no antigo cemitério de Santo Antônio”.

Na foto seguinte, que neste trabalho convencionamos chamar de “fotografia zero”, verificamos uma imagem obtida a partir do Morro do Pinto, onde foram registradas sepulturas aos pés do fotógrafo, para uma tomada do cemitério de Santo Antônio vazio e recém

murado, em 1912.

Figura 15 – Fotografia Zero: área definida para o novo cemitério de Santo Antônio, vista a partir do antigo cemitério do morro do pinto.



Fonte: IPHAN- Reprodução da Coleção Jerônimo Monteiro do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 16 – Imagem satélite do local provável de onde foi registrada a “fotografia zero”, com intervenção da autora.



Fonte: Imagem satélite do Google Earth (2021).

Logo depois dos atos de Jerônimo Monteiro que efetivaram a transferência da administração do cemitério ao município, foi editado o Decreto municipal nº 9, que regulamentava a matéria da Lei 67, de 30 de março de 1912. O decreto assinado pelo prefeito Wlademiro Fradesco da Silveira, em 6 de maio de 1912, afirmava que:

Art. 28 Os indigentes, os pobres que falecerem nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia, nas enfermarias do governo ou nas prisões e os corpos que forem remetidos pelas autoridades policiais serão enterrados gratuitamente nas sepulturas do antigo cemitério de Santo Antônio (grifo nosso).

Isso nos faz entender que, durante os primeiros anos de existência do novo cemitério público de Santo Antônio, o "antigo cemitério de Santo Antônio", qual seja, o do Morro do Pinto, continuava a ser instrumento de segregação. Não se sabe exatamente em que data deixou de ser utilizado. Em 17 de setembro de 1912, o jornal O Diário publicava, na página 1, um obituário coletivo na seção "atos da prefeitura", no qual apresentava dois grupos de pessoas: o primeiro de "sepultados no cemitério novo, de Santo Antônio, durante o mês de agosto", o segundo de "pessoas sepultadas no cemitério dos indigentes, em Santo Antônio, durante o mesmo mês" (grifo nosso).

A Lei municipal 276, que institui o Código de Posturas municipais em 1926, já não fala do "antigo cemitério", regulando, o legislador, apenas a gratuidade do sepultamento dos indigentes (no parágrafo único do artigo 829) e a definição do conceito de indigente (no artigo 833). Não é possível ter certeza, com a leitura da lei, sobre a inatividade do "antigo cemitério" nessa época, embora ele tenha deixado de ser nominalmente citado.

Se não existem informações precisas sobre o desuso e a invasão do cemitério público do Morro do Pinto pelas habitações do bairro, julgamos que tenha operado desde a segunda metade do século XIX, juntamente com o do Convento de São Francisco, também público. Ocorre que, pelo que os dados coletados nos mostram, seu uso era inicialmente destinado às mortes das epidemias, em razão do seu dificultado acesso. Com a criação da estrada, nos últimos anos do século XIX, a precária necrópole ganhou usabilidade e começaram a ser publicados obituários e registros oficiais sobre ela, sob a designação de "cemitério de Santo Antônio", o antigo, do Morro do Pinto, aquela primeira necrópole extramuros de Vitória.

Na sexta-feira, 8 de junho de 1894, encontramos o primeiro obituário no jornal Estado do Espírito Santo informando sobre um sepultamento no cemitério de Santo Antônio. Certamente essa não foi a inumação inaugural, mas trata-se de uma referência bastante remota do funcionamento desta necrópole.

Faleceu ontem, de febre amarela, o jovem Antônio Ferreira, português, 23 anos de idade, empregado dos Srs. Serrat & Smith. É o terceiro caso que se dá na casa desses negociantes, sendo este o único fatal. Os outros doentes foram tratados pelos Srs. Serrat em um alojamento distanciado do seu estabelecimento, mantendo-se sempre o isolamento e procedendo-se a contínuas desinfecções. Acham-se já restabelecidos. O cadáver de Ferreira foi logo conduzido para o Cemitério de Santo Antônio (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1894, p. 1).

Em seguida, no mesmo ano de 1894, já começam a ser publicados atos de pagamento de salários de pelo menos três funcionários do cemitério público de Santo Antônio, assim como informações sobre fatos pitorescos acontecidos nos primeiros tempos de funcionamento daquele local.

Em 20 de abril de 1894, no Jornal Comércio do Espírito Santo (p. 2), o articulista comenta em coluna a situação dos dois cemitérios públicos da capital:

Somos informados de que o cemitério público de São Francisco não comporta mais inumação de cadáveres na respectiva área, havendo sido abertas sepulturas no meio da mata. Em Santo Antônio o terreno está de forma que, na profundidade de 3 palmos, ou aparece a lama ou a água impede a profundidade determinada. Quando não se dá uma ou outra coisa, dá-se em pedra ou acúmulo de pissarras, embaraçando a ação dos coveiros. Há urgência de providências em respeito ao eterno descanso dos que saem deste mundo.

No mesmo ano de 1894, em 15 de junho, no mesmo Jornal Comércio do Espírito Santo (p. 1):

Havia adoecido um marinheiro ou passageiro do cahique Elen Kennly, por demora justificada ou não, ali permaneceu o enfermo, até que ontem faleceu a bordo. Eram 10 horas da manhã quando atropelava-se o serviço da visita da polícia e da fiscalização da alfândega, que se promovia a condução do cadáver para o cemitério de Santo Antônio.

Em janeiro de 1895, o Comércio do Espírito Santo publicou nota em sua primeira página:

Conceituado cidadão nos comunicou ontem que a inspetoria de higiene não tem embarcação especial para a condução dos cadáveres de febre amarela destinados ao cemitério de Santo Antônio e que os botes empregados no serviço de receber e transportar passageiros de bordo dos vapores são, igualmente, os condutores de tais cadáveres. Esse fato nulifica certamente os efeitos das medidas preventivas adotadas contra a propagação da epidemia e exige sério reparo no interesse da saúde pública.

Em agosto de 1895, um jornal de oposição ao governo, denominado O Autonomista, acusou o governo da municipalidade ter recusado enterro a vítimas de varíola no Cemitério de Santo Antônio. Embora não tenhamos acesso à matéria original, em 20 de agosto, o Estado do Espírito Santo (p. 2), governista, deu divulgação à defesa da municipalidade, pelo administrador do cemitério:

O cadáver do varioloso Manoel Pedro da Silva, a que se refere o jornal O Autonomista, foi sepultado neste cemitério em uma das covas que se costuma ter sempre abertas para dar-se enterramento a pessoas falecidas no lazareto e enfermarias da cidade. É verdade que, tendo sido depositado o cadáver em uma das sepulturas referidas pelas pessoas que o conduziam e, havendo os respectivos coveiros advertido àquelas pessoas que não podiam fazer sua audiência, pois a eles competia determinar o local para se verificar o sepultamento, julgaram-se ofendidas as mesmas pessoas pela advertência feita, declararam que o cemitério era público e que depositariam o cadáver em qualquer cova aberta que achassem. A observação dos aludidos coveiros foi justa em virtude da ordem do administrador efetivo desse cemitério, segundo tenho conhecimento e ciência própria.

Em setembro de 1895:

O cadáver de um indivíduo que se supõe ser tripulante do vapor austríaco Barros, vitimado pela febre amarela, foi ali sepultado sem a presença de encarregados do cemitério e sem a exibição da guia do escrivão do registro civil. Constituindo esse fato grave abuso, o Presidente do governo municipal oficiou o Dr. Chefe de Polícia para abrir um inquérito para ser punido o infrator ou infratores das posturas municipais que regem o caso. Uma outra circunstância digna de reparo: os tais coveiros misteriosos deixaram o cadáver meio enterrado, pelo que foi preciso, na manhã seguinte, o administrador do cemitério providenciar convenientemente (1985, p. 2).

Além destes sepultamentos registrados nos jornais da época em 1894 e 1895, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES, possui em seu acervo Registros Cíveis de Óbitos de pessoas enterradas no Cemitério Santo Antônio a partir de março de 1896. Ainda maior destaque deve ser dado ao acervo do Arquivo Público do Município de Vitória, onde existe livro de assentamento dos cadáveres inumados com a seguinte anotação na folha de abertura: “Livro para os assentamentos dos cadáveres inumados no cemitério público de Santo Antônio, aberto à escrituração em 31 de agosto de 1895, pelo administrador Manoel da Victória Rocha” (grifo nosso). O livro inicia com o registro do sepultamento da menor, filha de Francisca Gouveia, em 31 de julho de 1895. Assim, notamos que, embora o livro tenha sido aberto em 31 de agosto, começou registrando sepultamentos ocorridos a partir de exatamente um mês antes. O curioso fato é explicado pela nota da primeira página: Manoel da Victória Rocha foi nomeado pelo presidente do Estado, Cleto Nunes Pereira (que acumulava a função de presidente do Governo Municipal com a de presidente do Congresso Legislativo). A nomeação de Manoel como administrador do cemitério público de Santo Antônio aconteceu em 30 de agosto, nessa ocasião, ele registrou que abriu a escrituração do livro por não ter encontrado ali livro de registro de inumados pelo seu antecessor. A partir de então, os sepultamentos, incluindo os do próprio mês de agosto em diante, seriam registrados em livros do cemitério público (antigo) de Santo Antônio, no Morro do Pinto.

Após à inauguração do novo cemitério em 1912 e após à decisão de manter em funcionamento o velho cemitério, na gestão de Jerônimo Monteiro, diversas pessoas do povo começaram a demandar autorizações da prefeitura municipal para construírem mausoléus sobre antigas sepulturas do Morro do Pinto ou para transladarem restos mortais e memoriais para o novo cemitério. É comum encontrar, no cemitério de Santo Antônio atual, memoriais de pessoas sepultadas em outro lugar, antes de sua inauguração. Em alguns casos foram transportados restos mortais, em outros apenas o cimento e o desejo de memória.

Em visita ao local observamos, por exemplo, um bellissimo memorial de uma criança falecida em 3 de junho de 1894, o menino Manoel Joaquim de Novaes Campos, morto aos 10 anos de idade, muito provavelmente filho do Coronel Joaquim de Novaes Campos, proprietário do Sítio Itacybá, em Cariacica, em cuja lápide, nas mãos de um anjo, está escrito: *“Manoel Joaquim de Novaes Campos, fallecido a 3 de junho de 1894, com a idade de 10 annos, a sua saudosa memoria lhe dedicam seus extremosos paes”*.

Figura 17 – Monumento dedicado a Manuel Joaquim de Novaes Campos localizado no cemitério de Santo Antônio.



Fonte: Acervo da autora (2021).

No mês de outubro, nos dias 26 e 31, o jornal O Diário traz despachos do prefeito quanto a pedidos de pessoas que desejavam valorizar sepulturas antigas do velho cemitério: “Ramiro de Barros, pedindo licença para colocar uma grade de madeira sobre a sepultura rasa

311, onde jazem os restos mortais de sua filha Elvira de Barros, no antigo cemitério de Santo Antônio” (O DIÁRIO, 1912, p.2). “Custódio José Luiz, pedindo licença para construir um mausoléu sobre a sepultura do seu filho, na necrópole de Santo Antônio (cemitério antigo)” (O DIÁRIO, 1912, p.2).

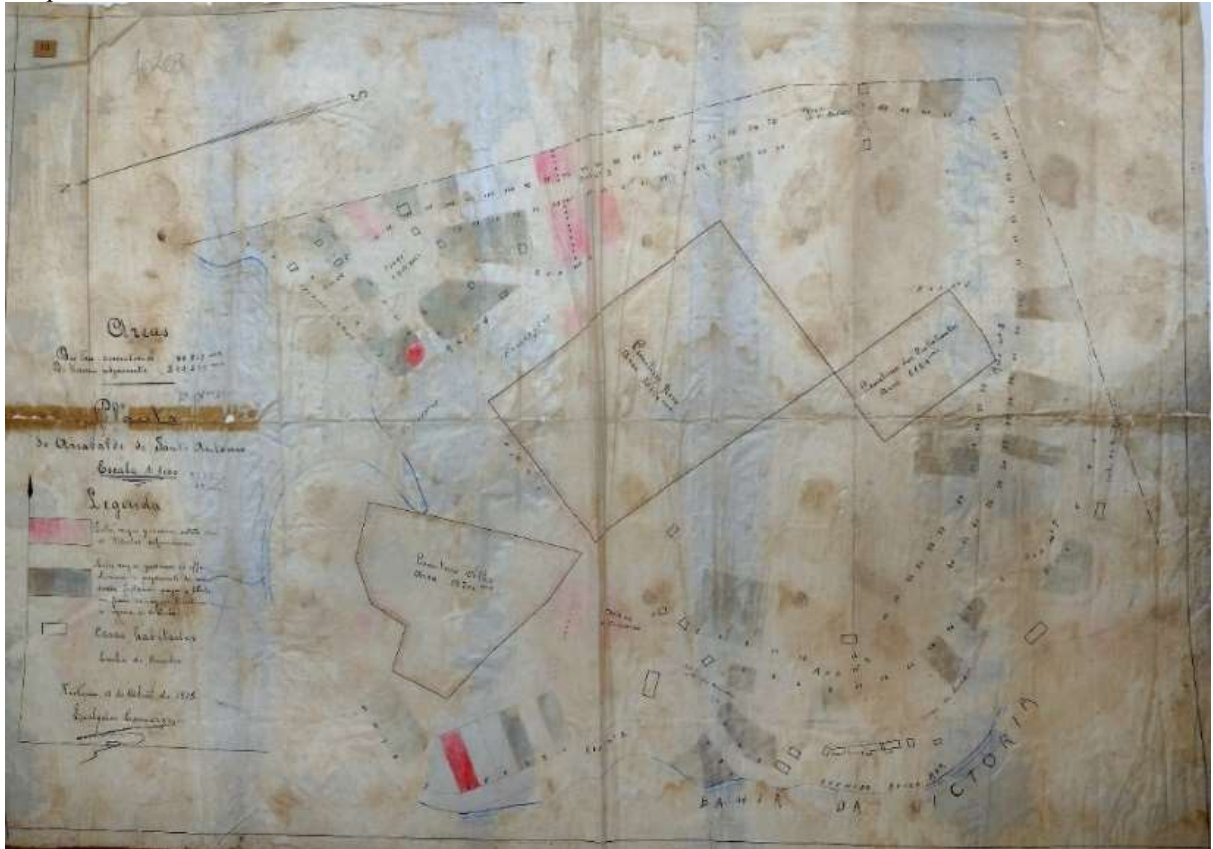
Em conclusão, entendemos que desde a segunda metade do século XIX, iniciou-se a ocupação do Sítio Santo Antônio com um cemitério, que ganhou importância gradualmente, sendo bastante utilizado nos últimos anos daquele século. Como o novo terreno havia sido adquirido pelo governo do Estado na gestão de Afonso Cláudio, Jerônimo Monteiro teve condições de transferi-lo à municipalidade em 1912, juntamente com a responsabilidade pela administração do funcionamento da necrópole. Isso foi um passo definitivo para completar o processo de secularização dos cemitérios em Vitória. Às irmandades religiosas coube a continuação do serviço prestado aos mortos, em seus respectivos locais particulares de sepultamento, vizinhos ao novo cemitério público, que começavam a ser pleiteados à prefeitura, como nesse exemplo de pedidos despachados pelo prefeito e publicados no jornal O Diário (p.1), de 22 de novembro de 1912:

A irmandade de São Benedito do Rosário, por seu secretário Adolpho Oliveira, pedindo, por aforamento perpétuo ou por venda, uma área de 28 metros de frente por 60 metros de fundo, em Santo Antônio, anexa ao novo cemitério, assim como a concessão das pedras fronteiras ao antigo cemitério e licença para quebrar as mesmas.

Assim, julgamos imprecisos os estudos que indicam que Vitória apenas veria o seu cemitério extramuros ser inaugurado no tardio ano de 1912. Essa noção vem sendo sedimentada em alguns estudos em razão do material acadêmico escasso e, igualmente, pela grande propaganda política de Jerônimo Monteiro, que reverberou inclusive entre historiadores capixabas.

Ao contrário disso, verificando os documentos do Arquivo Público do Estado, encontramos a “Planta do Arrabalde de Santo Antônio” (ref. A0403), datada de 18 de abril de 1912, que mostra exatamente o cenário do local, incluindo todas as necrópoles citadas neste trabalho: a *primeira* e mais antiga, do Morro do Pinto, designada como “cemitério velho” com 14.300 m², a *segunda*, da missão batista, designada como “cemitério dos protestantes”, com 6.621 m² e a *nova*, a tardia, a única festejada e da qual são fartos os registros históricos, designada como “cemitério novo”, com 30.414 m². Vejamos:

Figura 18 – Planta do Arrabalde de Santo Antônio, datada de 1912 indicando as áreas dos cemitérios existentes na época.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Destaque-se, por último, na imagem que retrata área em 1912, que não figuram os cemitérios das irmandades católicas. O único cemitério particular presente no local é o da missão batista. Abaixo deste, e à direita do “cemitério novo”, seriam instaladas posteriormente as necrópoles de Santo Antônio dos Pobres e do Santíssimo Sacramento e, do outro lado da rua, as da irmandade de N. S. da Boa Morte e de São Benedito do Rosário. Apenas em 1921, a Lei Municipal 217 concedeu a propriedade definitiva dos terrenos às irmandades¹¹.

¹¹ É interessante notar que o *serviço funerário*, continuou monopolizado diretamente pela Santa Casa de Misericórdia até 1924. A Lei 68 (de 20 de março de 1912), disponível no Arquivo Público de Vitória, tratou da concessão do privilégio do serviço funerário: determinou que a Santa Casa teria a exclusividade de executar o serviço por mais 50 anos, diretamente, ou por meio de empresa que constituísse. Em 1924, o Decreto 211 (de 22 de fevereiro de 1924), transferiu o serviço funerário, pela primeira vez (e com exclusividade, por dez anos, conforme a Escritura Pública de 23 de fevereiro de 1924, lavrada no Cartório do 3º Ofício de Vitória), a um empreendedor privado, João Rothschaedl, que representaria a **Empresa Funerária Pietat**, ligada à Santa Casa de Misericórdia. Mas Rothschaedl viria a falecer apenas três anos depois, em setembro de 1927. E, a partir de 1928, o serviço funerário começava a se pulverizar nas mãos dos particulares: em 2 de março, o Jornal o Diário da Manhã publicava na página 3, “EMPRESA FUNERÁRIA: precisa-se de um empregado que saiba fazer caixões. Trata-se com o administrador, Sr. Francisco V. Cruz”. A viúva, Fredolina Rothschaedl, também não haveria de abandonar o ramo, mas conheceria seus primeiros concorrentes, enquanto lutava para a garantia do cumprimento do prazo do contrato.

3.7 A questão da perpetuidade e da desigualdade socioespacial

Em 26 de outubro de 1896, muito antes da inauguração oficial do novo Cemitério de Santo Antônio, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, já vendia perpetuidade de túmulos. O "irmão tesoureiro" mandou publicar um pedido de conferência de perpetuidades concedidas, no jornal *Commercio do Espírito Santo*.

Por outro lado, a administração pública também usava do terreno como meio de acumulação de capital ou de artifício político. Por exemplo, o jornal *Diário da Manhã*, em 9 de janeiro de 1921, trouxe a publicação da Lei Municipal n. 213, daquele ano, editada exclusivamente para conceder "gratuitamente a perpetuidade de uma sepultura no Cemitério Municipal desta cidade, para nela serem depositados os restos mortais do ex-senador Cleto Nunes Pereira".

Já em 11 de maio de 1930, o mesmo *Diário da Manhã* publicou notícias sobre uma sessão do Poder Legislativo Municipal: o ex-deputado José Cupertino, receberia homenagem póstuma na forma de concessão de perpetuidade ao jazigo em que foi inumado no Cemitério de Santo Antônio. Curiosamente, a proposta foi do presidente da Câmara, o Doutor Henrique Alves Cerqueira Lima Filho, herdeiro do Doutor Cerqueira Lima "pai", proeminente médico da cidade que, como vimos, esteve ligado às políticas de saúde pública de Vitória desde 1885 e que era um entusiasta da instalação do cemitério extramuros no sítio Santo Antônio. Assim, a Lei Municipal n° 374 de 1930, assinada pelo prefeito Moacyr Avidos, concedeu gratuitamente a "perpetuidade do carneiro onde repousam os restos mortais do Coronel José Cupertino Figueira Leite, no Cemitério Público Municipal de Santo Antônio".

Homenagem política semelhante aconteceu no falecimento do Doutor João Dukla Borges de Aguiar, antigo diretor de Higiene Municipal, do Coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama e outros representantes da elite capixaba.

Digno de nota é o caso de Elzira Ferraz, publicado no *Diário da Manhã* em 25/08/1934. Suas três irmãs Edith, Eurídice e Elza requereram à Prefeitura Municipal que fosse tornada perpétua a sepultura de Elzira, "falecida em 13 de fevereiro de 1930, vitimada nos lamentáveis acontecimentos políticos daquela trágica noite". As irmãs pagaram quatrocentos mil réis (400\$000) pelo carneiro temporário e faltavam recursos, à época da exumação, para pagar a importância necessária para torná-la perpétua. Após "análise minuciosa" o prefeito concedeu a perpetuidade "à carneira n. 283, onde repousam os restos mortais da senhorita Elzira Ferraz, livre do pagamento de qualquer diferença que por acaso seja devida". Os lamentáveis

acontecimentos políticos de 13/02/1930 foram relativos ao comício que resultou na morte de cinco pessoas na Praça do Carmo, no centro da cidade de Vitória, em frente ao Convento de mesmo nome. Trata-se do episódio mais violento da campanha da Aliança Liberal, que acabou por levar Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Naquela noite, a oposição “aliancista” fez um comício na Praça do Carmo, no centro de Vitória, com uma caravana de políticos do cenário nacional.

Pais, filhos, senhoras e moças foram assisti-lo, mesmo que não fossem simpatizantes da causa. Foram, entre outros motivos, para ouvir nomes conhecidos da política nacional que tinham fama de bons oradores, principalmente o senador pelo Piauí Pires Rebello e o advogado Evaristo de Moraes, ou mesmo, por Vitória não ser uma cidade que recebia grandes eventos, algo diferente era sempre alvo de curiosidade popular (MORRO DO MORENO, 2018, p. 01).

O comício foi violentamente reprimido pelo governo de Aristeu Borges de Aguiar, o que resultou em 5 mortos e dezenas de feridos. Foi o maior trauma político do Estado. Entre os que faleceram no confronto constavam dois menores, o filho do Capitão Hermínio Silveira, Franklin Silveira, um vendedor de jornal de nome Jacob e uma senhorita chamada Elzira Ferraz. A praça, por algum tempo, chamou-se "13 de fevereiro", até ter seu nome alterado para homenagear uma Irmã carmelita ligada ao convento.

O que se sabe é que de venda em venda, de homenagem em homenagem, passo a passo, o Cemitério de Santo Antônio se consolidou como hoje o conhecemos: um cemitério com cem por cento de perpetuidades ou, como registrado em entrevista para essa pesquisa, "um cemitério público entre aspas", que via de regra não atende a comunidade onde está instalado. Nos cemitérios particulares das irmandades, destinados apenas aos confrades, também havia (e ainda há) tanto a venda, quanto a concessão de jazigos perpétuos, no último caso, frequentemente, recompensando doações feitas aos respectivos templos, pelos irmãos (BONICENHA, 2004, p. 107).

Enquanto esse processo se consolidava, o monumento fúnebre passava a representar a memória do indivíduo, como também a assegurar a identidade de grupos sociais inteiros. Esse fenômeno mundial não nasceu com o cemitério oitocentista, já que, para Ariès (1990), até mesmo o que sabemos sobre a Idade Antiga se deve, em grande parte, aos túmulos e objetos acumulados neles. Segundo Dillmann (2012), contudo, na Europa, a perpetuação de túmulos vinha ocorrendo desde meados do século XIX. E, pela primeira vez em Vitória, o mesmo se verificou nesse contexto de virada de século: os túmulos passavam a se comprometer com os ideais e a visão de mundo da burguesia nascente. Acentuou-se aqui um culto à saudade que dependia de um cemitério aprazível, onde a concepção de perpetuidade da memória

individual ou familiar fixasse o status social do morto e de sua família, representando o desejo de distinção. O culto aos mortos no cemitério encontraria na necrópole de Santo Antônio o ambiente ideal, nunca antes oferecido em terras capixabas. Essa mudança ia sendo favorecida por dois fatores: o aprimoramento gradual das vias de acesso ao Sítio Santo Antônio e a privatização dos túmulos, mediante concessão perpétua.

Perpetuar um túmulo (...) significava perpetuar a lembrança individual ou familiar, auxiliando na construção de imagem ideal de existência. Túmulos perpétuos, de família, podiam abrigar várias gerações; nesse caso, as catacumbas adquiriam e forneciam marcas de identidade familiar, tão valorizadas nesse período, especialmente para os mais favorecidos socialmente. O cemitério tornava-se, então, naturalmente, seletivo socialmente em função dos custos de adesão, associação e arrendamentos (DILLMANN, 2012, p. 276).

Conforme ia crescendo o percentual de perpetuidades, ia crescendo também o problema do destino dos defuntos pobres, que não tinham representatividade nas irmandades e nem acesso à lista de perpetuidades dos terrenos. Por isso, em poucas décadas, foi necessário adaptar um novo projeto que remediasse o problema espacial acarretado pela questão da perpetuidade.

3.8 Os cemitérios na Gestão municipal de Octávio Índio e os trinta anos de espera

Foi o prefeito Octavio Índio do Brazil Peixoto, que chefiou a municipalidade entre 23 de maio de 1924 e 23 de maio 1928, quem decretou o fim definitivo da necrópole pública do convento de São Francisco que, à época, já não realizava sepultamentos novos. No pátio da edificação foi construído um monumento: uma alta coluna sobre a qual se encontra uma imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. A estrutura abriga os ossos retirados dos antigos (e abandonados) cemitérios do convento de São Francisco, incluindo as duas áreas do cemitério público, vizinhas à capela de Nossa Senhora das Neves. Uma placa de aço apela à intercessora: “Oh! Vigem Imaculada, velai os que ainda aqui esperam a ressurreição”. Por vontade de algumas famílias, alguns restos mortais foram transferidos para o cemitério público novo de Santo Antônio, ficando os demais recolhidos no memorial erguido. Após altos e baixos em sua trajetória, hoje em dia o mesmo terreno é sede da Mitra Diocesana de Vitória.

Figura 19 – Monumento dos antigos cemitérios do Convento de São Francisco.



Fonte: Acervo da autora (2021).

Octávio Índio, apresentou um relatório à Câmara Municipal de Vitória em 31 de dezembro de 1927, tratando de vários melhoramentos urbanos e dificuldades enfrentadas em sua gestão. O relatório foi publicado na íntegra, no jornal *Diário da Manhã*, no dia seguinte. Sobre o tema cemitérios, informou que:

para pôr fim às cenas de lamentável desrespeito à memória das pessoas sepultadas nos antigos cemitérios existentes no morro de São Francisco (...) decretei, em 1925, a remoção das ossadas, bem como dos mármores existentes sobre as sepulturas abandonadas ou destruídas, para o cemitério público ou para as necrópoles novas das associações religiosas a que pertenciam (...) (1928, p. 4).

Entretanto, no mesmo relatório, Octávio Índio fala também do projeto de criação

do cemitério mais novo de Vitória, em funcionamento até os dias de hoje: o cemitério da Boa Vista, mais conhecido como Cemitério de Maruípe. O cemitério fica localizado, atualmente, em parte da Fazenda Maruhype, que passou ao poder público e foi objeto de parcelamentos a partir de 1897. Havia previsão para que fossem destinadas várias áreas para abrigar equipamentos públicos de grande porte, tais como, o cemitério, o Quartel do antigo Esquadrão da Cavalaria do ES (atual QGC da Polícia Militar), o Hospital dos Tuberculosos do ES (atual Escola de Medicina da UFES) e o Horto Municipal.

Fato é que, desde 1926, pelo menos, Octávio Índio já vinha fazendo gestões junto à presidência do Estado sobre a localização do novo cemitério.

No Arquivo Público do Município, é possível verificar, no livro de ofícios expedidos pelo prefeito entre 1924 a 1927 (páginas 232 e 233), que em 29 de abril de 1926, Octávio Índio dirige-se à Florentino Avidos, presidente do Estado, dizendo que, “já tendo havido entendimento (...) para a cessão de uma área de terreno de 2 alqueires, sita na fazenda de propriedade do Estado denominada ‘Fazenda Maruhype’, na qual essa prefeitura pretende instalar um horto florestal e um cemitério municipal, venho, por intermédio deste, solicitar de V. Exa a cessão da referida área”. No mesmo livro (páginas 362 e 363), nos registros de 1927, registrou-se que, em 20 de junho, o prefeito definia que seria “preferível e conveniente que o [cemitério] fique localizado no alto do morro da Fazenda de Maruhype, de propriedade do Estado” e pede permissão para proceder estudos no referido local.

Ao deixar a chefia da municipalidade, Octávio Índio do Brasil Peixoto registrou no seu Relatório à Câmara Municipal de Vitória que,

no intuito de servir à extensa zona compreendida entre Jucutuquara, Praia Comprida e Bomba, consegui do Governo do Estado uma área de 40.000 metros quadrados de terreno situado na Fazenda Maruhype, destinada à construção de um Cemitério, achando-se elaborado o respectivo projeto em estilo colonial pelo Dr. Diretor de Obras, sendo os serviços orçados em 32:684\$960. Com o preparo do solo, roçada, capina e desmonte de pedras dispendeu-se a quantia de 1:800\$000 (1928, p. 4).

O projeto já estava tão adiantado que não se pode dizer ao certo o motivo para não ter sido concluído.

Conforme nos mostra o mapa organizado pelo Diretório Municipal de Geografia, de acordo com o Decreto-lei 15.177, de 31 de dezembro de 1943, o panorama urbano de Vitória era o seguinte:

Figura 20 – Parte do mapa do município de Vitória, elaborado pelo Diretório Municipal de Geografia, com destaque da autora.



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

Percebe-se que, na região de Maruípe, havia apenas o núcleo original (e planejado) do bairro, sem que houvesse nenhuma referência a cemitério. Os cemitérios estavam representados no extremo oeste da ilha, bairro de Santo Antônio, como se vê no detalhe:

Figura 21 – Recorte da “Figura 20”, com intervenções da autora.



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

Constatamos também que, na primeira edição do clássico capixaba *Vitória Física*, de Adelpho Monjardim, que teve sua primeira edição em 1950, o autor descreve o bairro de Maruípe sem mencionar o cemitério:

Dentre os mais antigos bairros figura o de Maruípe. O seu desenvolvimento processa-se lentamente, não obstante abrigar o esplêndido quartel que o governo do Estado construiu para a Polícia Militar. As causas apontadas são a carência de meios de transporte rápido e barato que seriam sanadas com o prolongamento dos trilhos da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, que ora terminam em Jucutuquara. Entretanto desenvolveu-se, subdividindo-se em outros conhecidos por Muxinga, Mulembá e Gurigica, todos prósperos, bem povoados com predominância das classes menos abastadas. Maruípe é notável pela excelência do clima e condições de salubridade. Em suas montanhas se acha edificado o Sanatório Getúlio Vargas (1995, p. 57).

Já na descrição do bairro de Santo Antônio que foi feita na mesma página, neste sim, o autor aponta *no singular* o cemitério municipal da cidade:

No extremo oeste da cidade e ponto terminal da linha de bondes, o Santo Antônio se derrama, pletórico, pelas baixadas adjacentes, tabuleiros e montanhas. É dos mais prósperos e populosos bairros, calculando-se a sua população superior a 7.000 almas. Entre outras coisas dignas de nota, abriga o Cemitério Municipal, o amplo e moderno edifício da Obra Social São José, sob a direção dos padres pavonianos, e o Aeroporto (1995, p. 57).

Teria sido abandonado o projeto de Octávio Índio?

Embora nada houve construído no local em 1950, os negócios da aquisição do terreno estavam em andamento. Por meio do processo administrativo 3845790/2006 da Prefeitura de Vitória, tivemos acesso a documentos do Cartório dos Feitos da Fazenda Pública, Livro 46, folhas 9 a 12, data 14/03/1941, onde está registrada a "Escritura Pública de desapropriação dos terrenos do antigo Sítio de Maruhype, ora denominado 'Boa Vista', nesta Capital, que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Vitória e Sydney Pereira de Sousa e sua mulher, como abaixo se declara."

A esposa de Sydney era Odette Guimarães Pereira de Sousa. Ambos residiam no Rio de Janeiro. Sydney viajou sozinho à Vitória para negociar com a Prefeitura de Vitória, portando uma procuração da sua esposa, que permitia que fizesse o negócio da expropriação. A municipalidade estava representada pelo próprio prefeito Américo Monjardim e pelo subprocurador da Fazenda Municipal, Arnaldo Arruda.

A Prefeitura apresentou ao tabelião o Decreto-lei municipal 889, de 27 de dezembro de 1940, cerca de três meses antes, no qual foram declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos da chácara denominada "Boa Vista", antigo Sítio Maruhype, inclusive a casa de residência existente.

Na verdade, foi Odette Guimarães Pereira de Sousa (a esposa) quem havia recebido a área por herança de seu pai, Antenor Guimarães. O processo de desapropriação teve início em 1940 e ficou convencionado com os expropriados que seriam pagos na quantia de duzentos e dez contos de réis (210:000\$000). Deste valor, quarenta contos e duzentos mil réis (40:200\$000) foram pagos no ato da escritura em 1941; cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000), em três parcelas iguais de cinquenta contos cada uma, em 15/03/1942, 1943 e 1944; e, o restante, dezenove contos e oitocentos mil réis (19:800\$000), foram representados por 22 apólices da dívida pública estadual.

Pouco mais de dois meses depois, em 15 de maio de 1943, a escritura foi levada ao Registro Geral de Imóveis da comarca de Vitória. Mas, as obras de instalação definitiva do cemitério ainda demorariam alguns anos para se concretizarem e retomarem o antigo projeto de Octávio Índio.

No livro de “Relatório dos serviços municipais, prestação de contas e balanço geral do exercício referente ao ano de 1953, apresentado à Câmara Municipal de Vitória pelo prefeito Armando Duarte Rabello”, volume I, publicado em fevereiro de 1954, disponível no Arquivo Municipal. Armando Duarte Rabello (prefeito entre 05/05/1953 e 22/01/1955) mandou que o Departamento de Serviços Municipais relacionasse as propostas de obras a serem executadas a partir de 1954 (páginas 16 a 19). Após um estudo sobre as mais urgentes, foram relacionadas 36 obras. A trigésima quinta foi a “remodelação do Cemitério de Santo Antônio” e a última de todas, a “construção de um novo cemitério em Mulembá, com área de 12.500 metros quadrados” (a mesma Mulembá referida por Adelpho Monjardim como subdivisão de Maruípe). Assim, quase trinta anos depois, o cemitério de Octávio Índio ainda era um projeto.

A partir de 1957, podem ser verificados alguns ofícios, entre os expedidos pela gestão de Mário Gurgel como prefeito de Vitória (entre 10/06/1957 a 02/08/1958), que fazem referência ao projeto do Cemitério da Boa Vista, em Mulembá/Maruípe. Outros projetos de urbanização do local foram eliminados em nome da construção do cemitério. Em 1958, a prefeitura tomava medidas concretas para a obra em seus ofícios. Em 14 de março, Mário Gurgel solicita imediatas providências para a conclusão do “prédio da administração do cemitério público de Mulembá” e, em 27 do mesmo mês, recomenda providências no sentido da “remoção das barracas existentes na área do cemitério da Boa Vista, em Maruípe”, após entendimento com os interessados.

Existem dois registros fotográficos do Cemitério de Maruípe, datados de 1958, no acervo de imagens do Arquivo Público do Município:

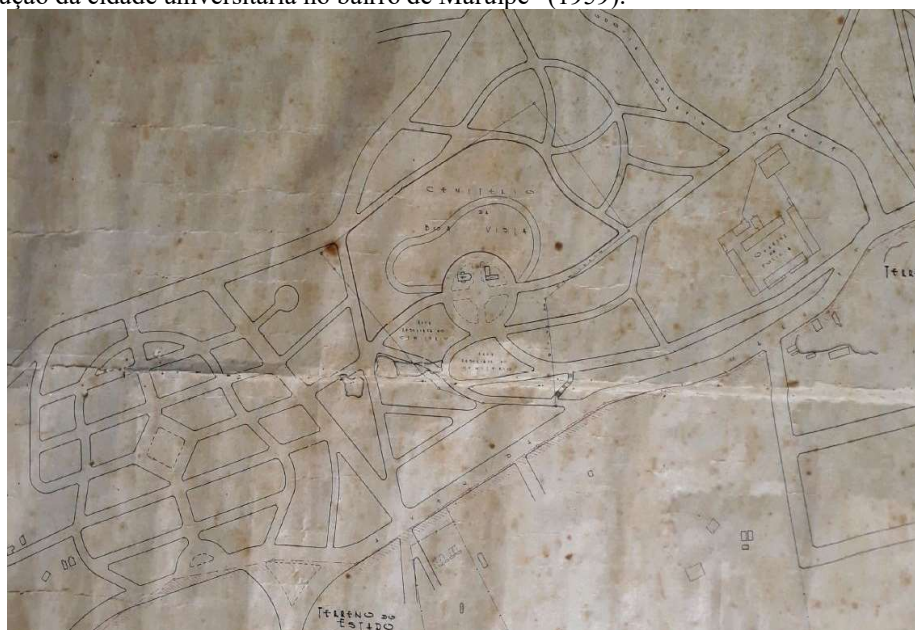
Figura 22 – Obras no cemitério de Maruípe (1958).



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

Há uma curiosa planta urbana disponível no Arquivo Municipal que apresenta a “Planta da área doada pela prefeitura à Universidade do Espírito Santo para a construção da cidade universitária no bairro de Maruípe” em 13 de janeiro de 1959, assinada na curta gestão do prefeito Oswaldo Cruz Guimarães (entre 02/08/1958 a 30/01/1959). Embora a área do cemitério não seja parte do terreno disponibilizado à Universidade, ela aparece na planta, com aspecto um pouco menor do que o atual, figurando no centro da imagem, entre o quartel da Polícia Militar e o núcleo central planejado do bairro de Maruípe:

Figura 23 – Recorte da “Planta Urbana da área doada pela prefeitura à Universidade Federal do Espírito Santo para a construção da cidade universitária no bairro de Maruípe” (1959).



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

uma Ação de Desapropriação (processo 2.604/84), ajuizada na Vara da Fazenda Pública Municipal, pela Prefeitura de Vitória, em desfavor dos sucessores de Antônia Nunes dos Santos. A área de 14.436,69 m² fazia fundos com o Cemitério e frente com a Rodovia Serafim Derenzi. O debate jurídico ocorreu somente por discordância de preço e sua distribuição entre os herdeiros. O valor era de dois milhões, vinte um mil, cento e trinta e seis cruzados e sessenta centavos (CZ\$ 2.021.136,60). Essa quantia deveria ser distribuída entre diversos sucessores, treze já estavam falecidos e ainda havia tantos outros. Daí a discussão sobre percentuais indenizatórios e coisas do tipo. A sentença foi assinada em 14 de dezembro de 1987, concedendo a propriedade à Prefeitura.

Por sua vez, Gercílio Alves de Almeida e sua esposa Henette dos Santos Almeida fizeram um acordo de desapropriação amigável com a Prefeitura de Vitória e o levaram a registro no Cartório do 4^o Ofício de Notas em 05/07/1989 (livro 298, folhas 165/166). Já havia um processo administrativo de desapropriação desde 1981, mas os expropriados concordaram, oito anos depois, em receber oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis cruzados novos e sessenta e cinco centavos (NCZ\$ 86.866,65) pela área de 7.080 m², em quatro parcelas mensais.

Assim, o cemitério Boa Vista, conforme o conhecemos hoje, foi construído em parte da área de 101.627 m² desapropriada de Sydney Pereira de Souza, em 1941. Além disso, também, se estende pela área de 7.080 m², expropriada de Gercílio Alves de Almeida, em 05/07/1989 e, ainda, na área de 14.436,69 m², desapropriada judicialmente dos sucessores de Antônia Nunes dos Santos. Hoje, sua área mede cerca de 91.000 m².

Enquanto isso, o cemitério do bairro de Santo Antônio apresentava, no outro extremo da cidade, um complexo de cemitérios representantes daqueles existentes, anteriormente, no interior do tecido urbano. Assim, o cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que era administrado pela Matriz de Vitória; o de Santo Antônio dos Pobres, que era do Convento São Francisco; o Cemitério da Irmandade da Boa Morte e Assunção, da Igreja de São Gonçalo e, finalmente, o da Irmandade de São Benedito, que era administrado pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário, todos esses segundo a Arquidiocese de Vitória, passaram a estar representados em partes do complexo de Santo Antônio, genericamente identificado como um cemitério público, mas em harmonia os poderes eclesiais, até aquele momento.

Assim, com a mais recente anexação de áreas ao cemitério de Boa Vista, em 1989, estava formado o território cemitierial de Vitória/ES da maneira como permanece até os dias de hoje. No capítulo seguinte, exporemos dados e informações levantados na pesquisa sobre cada um dos cemitérios.

CAPÍTULO 4:

OS CEMITÉRIOS DE VITÓRIA/ES NA CONTEMPORANEIDADE

Após conhecer a historiografia territorial das necrópoles de Vitória – dos primórdios urbanos até a configuração do conjunto cemiterial conhecido hoje – no presente capítulo, buscaremos conectar essas transformações à realidade contemporânea desses equipamentos presentes no espaço público, vistos à luz da questão da desigualdade socioespacial, que atravessou todo o interesse da pesquisa.

Foram necessários procedimentos metodológicos específicos para essa etapa dos levantamentos. Essa necessidade apresenta uma marca que caracteriza aspectos importantes desse trabalho. Vejamos:

Esta pesquisa foi proposta ao PPGG/UFES no segundo semestre de 2019, para que tivesse início no ano seguinte. Nos primeiros meses de 2020, uma emergência sanitária se abateu inesperadamente sobre todo o mundo, fazendo lembrar as epidemias de febre amarela vividas na segunda metade do século XIX e que tanto modificaram a questão cemiterial daquela época. A diferença era que, depois de quase duzentos anos, dessa vez acontecia em escala global. Do mesmo modo como nossos irmãos do passado conheciam pouco sobre a febre amarela, nós conhecíamos pouco sobre o novo flagelo, designado pelo estranho nome de COVID-19. Do mesmo modo que eles, nós tivemos medo e choramos nossos mortos sem saber ao certo o que havia acontecido. No passado, tal como no presente, muitas teorias populares e, também, correntes científicas desconhecidas, concorriam para dar conta do fenômeno. Em 1850, tal como em 2020, tivemos medo dos cadáveres dos nossos amados e a morte voltou a ser considerada um perigo para os vivos. Se antes, o medo e a medicina social removeram cemitérios para longe das cidades, em 2020 os velórios foram proibidos e a última despedida foi silenciada. Se os oitocentistas viram o cemitério como algo que arriscava a vida na cidade, no século XXI, falou-se em risco de colapso do sistema funerário, sepultamentos coletivos, tratamento asséptico dos corpos.

Fato é que desde o início da realização desta pesquisa, o “cemitério” voltou a ser um assunto central nos noticiários do mundo todo. É verdade que esse fenômeno criou algumas oportunidades na esfera acadêmica, mas criou também circunstâncias que precisaram ser superadas, notadamente, no que diz respeito ao presente capítulo.

A primeira consequência foi que, como o interesse da pesquisa não era a pandemia, para tratar a realidade contemporânea dos cemitérios, foi necessário realizar um

recorte temporal no ano de 2019. Em segundo lugar, os levantamentos de campo e a produção de arquivos fotográficos foram feitos levando-se em consideração elevados critérios de segurança. Finalmente, encontramos dificuldades em algumas entrevistas, que foram realizadas à distância, com auxílio da tecnologia, por se tratar de idosos avançados, ligados às irmandades religiosas. Assim como no século XIX, teorias alarmistas eram divulgadas pela imprensa em 2020, seja como resultado do pânico coletivo, seja por propósitos políticos obscuros que apostavam, ora no negacionismo, ora no caos e na desinformação. Por isso, a cada visita aos cemitérios de Vitória ou aos órgãos públicos gestores era necessária uma minuciosa explicação dos objetivos do trabalho, visando desvinculá-lo de questões político sanitárias atuais e indicar que a busca se restringiria a dados públicos.

As concessões e permissões de cemitérios, assim como todas as outras, estão sujeitas à fiscalização pelo poder público. O próprio Estado, muitas vezes, estabeleceu práticas complexas para realizar esse controle. Exemplo disso foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por meio do Serviço Nacional de Recenseamento, que realizava, desde 1938 (Decreto-lei 969, de 21 de dezembro de 1938), Censos Sociais, em cujo interesse estavam os cemitérios, destinatários de “questionários especiais”, pelo menos até a década de 1950.

No endereço eletrônico do IBGE é possível encontrar alguns desses formulários de identificação e caracterização das necrópoles alvo dos Censos. Foi com a inspiração desses questionários que elaboramos livremente o formulário de caracterização dos cemitérios usado nesse trabalho, com a finalidade de apresentar de forma sistemática as instituições pesquisadas.

Nas fichas do IBGE do fim da década de 30, verificavam-se instruções para o preenchimento, como as destacadas abaixo:

INSTRUÇÕES: são objetos deste questionário os cemitérios já organizados, de propriedade da municipalidade ou de instituições religiosas ou leigas, que o administram e controlam o seu movimento. Não devem, portanto, ser considerados cemitérios, para efeito de registro, os mantidos pelo povo, de famílias, os privados etc., localizados em fazendas, sítios, lugares isolados etc. Todas as informações serão prestadas pela administração do cemitério.

Como vimos no início do capítulo anterior, na atual conjuntura político-administrativa brasileira, não cabe mais falar em cemitérios “mantidos pelo povo, de famílias, os privados etc., localizados em fazendas, sítios, lugares isolados”.

O IBGE também esclarece em seus questionários alguns conceitos:

INSTRUÇÕES:

Por SEPULTURAS OCUPADAS, SEM CARNEIRO, TEMPORÁRIAS, entende-se as covas rasas, isto é, as que são abertas na terra sem qualquer revestimento das paredes, sujeitas à remoção dos despojos após o prazo regulamentar.

SEPULTURAS OCUPADAS, SEM CARNEIRO, PERPÉTUAS, são as que não tem prazo para remoção dos despojos, seja pela compra do local ou pelo arrendamento perpétuo.

SEPULTURAS OCUPADAS, COM CARNEIRO, TEMPORÁRIAS são as que, ao serem abertas, foram revestidas de tijolos, desde a sua maior profundidade até o nível do solo ou um pouco acima deste, pelos seus quatro lados, conhecidas também como catacumbas, feitas isoladas ou em série, de propriedade do cemitério ou de Irmandades, para arrendamento por tempo determinado.

SEPULTURAS OCUPADAS, COM CARNEIRO, PERPÉTUAS, quando de propriedade de famílias ou arrendadas por tempo indeterminado.

Consideram-se "JAZIGOS CONSTRUIDOS" as obras de alvenaria ou mármore levantadas sobre as sepulturas, cobrindo a parte da terra das mesmas. Uma simples laje é um jazigo "sem mausoléu", mas as colunas, estatuetas, imagens capelas, etc. sobre a laje ou sobre a área ocupada pela sepultura, formam os jazigos "com mausoléu". Convém notar que os jazigos informados podem ser considerados como uma única sepultura, muito embora comportem dois ou mais lugares para sepultamento.

É necessário, também aqui, estabelecer uma definição de termos mínima sobre os tipos de sepulturas antes de prosseguirmos à individualização das unidades estudadas e, assim, adotaremos aquelas mesmas estabelecidas pelo IBGE em suas fichas, adaptadas caso a caso na presente pesquisa.

Passaremos à apresentação dos cemitérios analisados nesta pesquisa e buscaremos compreender as dinâmicas internas de sua realidade contemporânea. Para fazer isso, tomaremos como base a versão livremente modificada das antigas fichas do IBGE:

4.1 Cemitério de Santo Antônio

Tabela 1 – Caracterização do cemitério Municipal de Santo Antônio

CARACTERIZAÇÃO DO CEMITÉRIO	
CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO	
Endereço:	Avenida Santo Antônio 1650, Santo Antônio, Vitória/ES
Início da operação:	Não foram encontrados registros em documentos no local e os administradores não são precisos em definir. Análises do material de pesquisa indicam túmulos de 1894.
Área total:	Total aproximado de 38.000 mil metros quadrados (no Google Earth)
Número de quadras/setores/planos:	Seis planos
Capacidade total de sepultamentos:	Aproximadamente 11.000 (informação imprecisa, visto haver várias pessoas sepultadas em cada jazigo)
Sepulturas ocupadas:	Aproximadamente 11.000 (informação imprecisa)
Percentual de ocupação:	Aproximadamente 100%

Existem sepulturas perpétuas?	Todas as sepulturas são perpétuas	
Modalidade da concessão perpétua no contrato:	Nesse cemitério ocorre a transferência do domínio útil e perpétuo do jazigo pela aquisição da perpetuidade. Cabe ressaltar que não se exige o pagamento de um foro anual, sendo a conservação da sepultura a única responsabilidade da família.	
Percentual de perpetuidades por setor/área:	Em todos os planos a perpetuidade é de 100%	
Regras municipais para sepultamentos de indigentes:	O cemitério não sepulta indigentes	
Serviços oferecidos pela prefeitura para este cemitério e taxas extras correspondentes:	<p>Certidão de perpetuidade: R\$ 76,33 Entrada de ossos: R\$ 66,51 Saída de ossos: R\$ 43,62 Exumação: R\$ 116,67 Laje de vedação: R\$ 111,22 Sala de Velório: R\$ 43,61 Sepultamento Adulto no 1º plano: R\$ 213,71 Sepultamento Adulto no 2º plano: R\$ 195,17 Sepultamento Adulto no 3º plano: R\$ 152,65 Sepultamento Adulto no 4º plano: R\$ 122,12 Sepultamento Adulto no 5º plano: R\$ 110,13 Sepultamento Adulto no 6º plano: R\$ 92,67 Sepultamento Anjo no 1º plano: R\$ 106,86 Sepultamento Anjo no 2º plano: R\$ 88,32 Sepultamento Anjo no 3º plano: R\$ 57,38</p>	
Público-alvo:	O cemitério atende pessoas que possuem uma sepultura. Para a realização de um sepultamento de alguém que não seja titular de uma perpetuidade, é necessário que uma família proprietária de sepultura autorize o sepultamento, mediante a assinatura de um termo autorizativo	
Sepultamentos ao ano ¹² :	2017	348
	2018	327
	2019	333
Destino dos restos mortais após exumação e valores correspondentes:	<ol style="list-style-type: none"> Nicho: R\$ 235,00 Após a exumação do corpo para um novo sepultamento no jazigo, os restos mortais podem ficar no próprio jazigo de onde foi removido. Para isso, são colocados em uma caixa e permanecem no nível superior da sepultura. 	
Tipos de sepulturas existentes:	Com carneiro (jazigos) perpétuos, com capacidade de três sepultamentos cada	
	Mausoléu perpétuo, com capacidade variada, a depender do tamanho do mausoléu.	

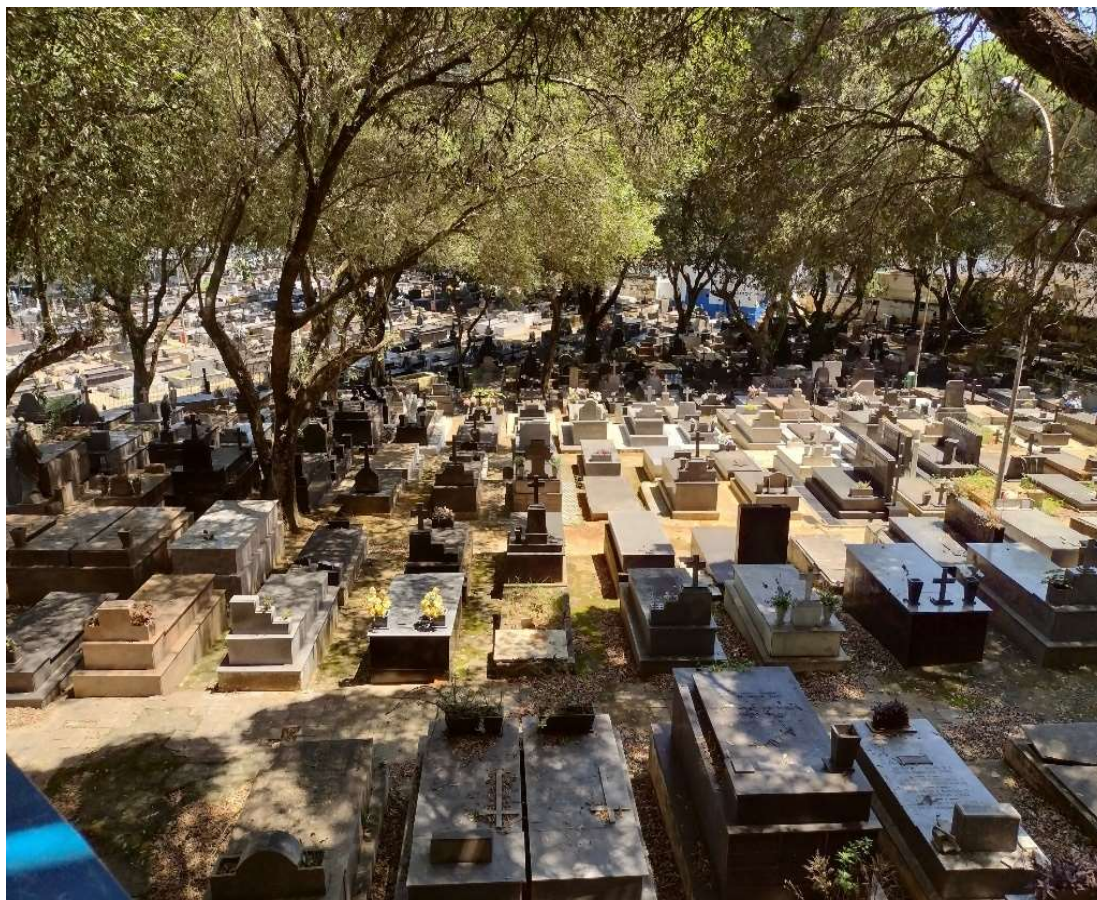
¹² Os livros de registro diário não distinguem adultos e anjos.

Distribuição de custos:	Os preços para o sepultamento são diferentes em cada plano do cemitério, como já citamos acima. O valor da perpetuidade também varia de acordo com o plano da sepultura. Vejamos: Valor da perpetuidade por plano: 1° plano: R\$ 1923,40 2° plano: R\$ 1267,00 3° plano: R\$ 801,40 4° plano: R\$ 576,79 5° plano: R\$ 436,15 6° plano: R\$ 331,90
Data:	25/02/2021
Nome / função do colaborador:	CARLOS ROBERTO OLIVEIRA Encarregado administrador

Fonte: Elaboração da autora mediante entrevista.

Ao chegar no local, apresenta-se ao observador uma necrópole oitocentista monumental clássica. Uma extensa área densamente ocupada por sepulturas projetadas acima do solo, com farta ornamentação que inclui arte tumular e variados tipos de signos, sobrepostos a estruturas onde predominam granitos e mármore. Verificam-se antigas árvores de copas frondosas e raízes que, eventualmente, danificaram alguns jazigos. A área ocupa um terreno inicialmente plano que avança sobre suave elevação, a partir da qual se delimitam áreas distintas de sepultamento, que reduzem a monumentalidade conforme se afastam do portão de entrada, das edificações administrativas centrais e das capelas de velório. Existem também divisões para áreas particulares sob responsabilidades de irmandades religiosas, mas que, para um olhar desatento parecem compor uma mesma e única necrópole. Ao redor, logo após os limites de seus muros, seguem construções residenciais da região urbana densamente povoada e de pouco poder aquisitivo.

Figura 25 – Cemitério Municipal de Santo Antônio.



Fonte: Acervo da autora (2021).

CARLOS ROBERTO OLIVEIRA, simpático e cativante administrador, conhecido na região desde a infância pelo nome de CACÁ, nos conta que, tendo como referência o prédio da administração, as sepulturas são numeradas em sequências pares e ímpares, à direita e à esquerda da área central.

Explica que os livros antigos de sepultamentos tiveram seus dados incluídos em um sistema de informática, mas que, como alguns documentos antigos foram perdidos, existem inconsistências nas datas mais remotas que foram inseridas no software. Assim, é possível encontrar fisicamente sepulturas muito antigas no local, cujo nome do defunto não pode ser achado no sistema e vice-versa. Os livros mais antigos no arquivo físico do Cemitério de Santo Antônio datam da década de 1940. Foram também incluídos no sistema alguns registros repassados pelos cemitérios das irmandades, mas estes são ainda menos confiáveis, no que diz respeito a sepultamentos antigos, visto que os livros de sepultamento foram custodiados pelas irmandades desde o princípio. CACÁ informa que a administração da prefeitura presta apenas

os serviços da mão de obra do sepultamento e faz a cobrança das taxas municipais desses serviços nas áreas das irmandades, pelo motivo de serem necrópoles particulares.

Quanto à capacidade do cemitério, CACÁ explica que é difícil projetar o percentual de ocupação, visto que não há uma correlação direta com o número de sepulturas. Isso ocorre porque, em cada uma, podem repousar os restos mortais de diversas pessoas, algumas vezes, dezenas delas. É um fenômeno natural, já que a necrópole tem 100% das sepulturas “privatizadas” pelo modelo da perpetuidade. Assim, além de ser possível sepultar até três pessoas simultaneamente em um jazigo comum, após a exumação pelo tempo decorrido, os restos mortais são recolhidos em uma pequena caixa que permanece na sepultura, enquanto se abre espaço para um novo defunto da família. Assim sucessivamente, por gerações.

Em razão disso, CACÁ considera o cemitério de Santo Antônio como sendo um “cemitério público entre aspas”, uma vez que todas as suas sepulturas em algum momento tiveram seu domínio transferido a um particular que pagou por ele uma única vez, já que não é cobrado um foro anual e a família proprietária apenas assume o ônus de fazer a manutenção da sepultura. Isso faz com que, muitas vezes, pessoas residentes no bairro, tentem sepultar familiares no local e não consigam. CACÁ conta que é procurado por amigos de infância aflitos, em situações de morte na família, pessoas que cresceram nas ruas em torno do local, mas que não pode auxiliá-los, recomendando que busquem o campo de Maruípe, cemitério da Boa Vista. Novas vagas são abertas apenas no caso de abandono de sepulturas em que o último sepultamento tenha ocorrido há mais de seis anos, situação na qual a Prefeitura, após tentar contato com a família, retoma a propriedade do jazigo, em processo administrativo próprio, e realiza uma abertura pública de edital de venda. A família interessada na compra, nesses casos, precisa fazer ocupação imediata, ou seja, é necessário coincidir a *ocorrência do edital de venda com um falecimento na família*, mesmo que não sejam moradores de Vitória. O valor da perpetuidade em edital varia de acordo com o plano da sepultura e sua aquisição é intransferível, ou seja, a perpetuidade não pode ser revendida.

CACÁ não sabe dizer muitas informações históricas sobre a inauguração do cemitério e sequer sabia da existência de uma outra necrópole remota que funcionava em frente: a do Morro do Pinto. Por outro lado, lembra com clareza do “cemitério velho” de Caratoira, que ficava situado nos fundos da necrópole de Santo Antônio e, após abandonado, serviu de campo de futebol, onde CACÁ jogou muitas vezes durante sua infância, até que a área foi invadida por moradores e ocupada por residências que existem até hoje, algumas aproveitando os antigos muros de pedra como paredes.

4.2 Cemitérios particulares das Irmandades religiosas

Tabela 2 – Caracterização dos cemitérios das Irmandades religiosas de Vitória.

CARACTERIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS PARTICULARES DE VITÓRIA	
Designações oficiais:	1. Venerável Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção (<i>a partir de agora designado somente por NSBM</i>)
	2. Irmandade do Santíssimo Sacramento (<i>a partir de agora designado somente por SS</i>)
	3. Cemitério da Irmandade São Benedito do Rosário (<i>a partir de agora designado somente por SBR</i>)
	4. Cemitério Santo Antônio dos Pobres (<i>a partir de agora designado somente por SAP</i>)
Endereço comum a todos:	Avenida Santo Antônio, Santo Antônio, Vitória/ES.
Início da operação:	NSBM: Não há registro do início da operação, mas encontramos sepulturas datadas em 1898, que não sabemos serem originais ou translados.
	SS: Não existe registro do início da operação e não consta registro do primeiro sepultamento. Constam, no levantamento feito em 2014, túmulos datados de 1866, 1868, 1876, provavelmente transladados do antigo cemitério da irmandade no Centro.
	SBR: Início da operação na área de Santo Antônio 1922. O cemitério já existia no século XIX (aproximadamente em 1850) anexo a Igreja N.S. do Rosário.
	SAP: Não obtivemos resposta, mas, no local existe uma placa que informa que a inauguração ocorreu em 1928.
Utilização pública ou privada:	Privada (todos)
Entidade mantenedora:	As próprias irmandades são responsáveis por manterem os respectivos cemitérios (exceto SAP , de quem não obtivemos resposta).
Área total:	NSBM diz que, de acordo com o IPTU, 1.232,52 m ² , as demais informam não terem certeza sobre a informação.
Número de quadras/setores:	NSBM: O cemitério é dividido em três partes, frente meio e parte final, respectivamente A, B e C.
	SS: Existem três planos – A, B e C
	SBR: Existe apenas um setor.
	SAP: Não obtivemos resposta
Capacidade total de sepultamentos:	NSBM: Não obtivemos a informação precisa.
	SS: 328 sepulturas. Não foi informada, ao certo, a capacidade de sepultamentos.
	SBR: Não obtivemos resposta
	SAP: Não obtivemos resposta

Sepulturas ocupadas:	NSBM: 179	
	SS: Em média, 296 sepulturas.	
	SBR: Não obtivemos resposta	
	SAP: Não obtivemos resposta	
Percentual de ocupação:	NSBM: 93%	
	SS: 90%	
	SBR: 30% (informação não confirmada)	
	SAP: Não obtivemos resposta	
Existem sepulturas perpétuas?	NSBM: Sim. 169 sepulturas perpétuas.	
	SS: Sim.	
	SBR: Sim.	
	SAP: Não obtivemos resposta (mas a visita ao local informa que sim)	
Modalidade da concessão perpétua no contrato:	Aforamento (todos), transferência do domínio útil e perpétuo do jazigo, mediante pagamento de um foro anual.	
Regras para sepultamentos de indigentes:	Nenhuma sepulta indigentes.	
Serviços oferecidos e taxas extras correspondentes:	Esses serviços devem ser verificados junto a municipalidade, já que as irmandades não fornecem serviços, nem cobram pelo sepultamento, que é operacionalizado pela administração do cemitério público de Santo Antônio.	
Público-alvo:	NSBM: Irmãos da venerável e seus descendentes.	
	SS: O cemitério é particular da Irmandade do Santíssimo Sacramento e só os irmãos filiados têm direito ao sepultamento, bem como seus familiares.	
	SBR: Só faz o sepultamento dos membros associados da Irmandade, mesmo parentes dos irmãos não tem direito ao sepultamento no campo da Irmandade, caso não frequentem a Irmandade.	
	SAP: Não obtivemos resposta	
Sepultamentos ao ano:	2017	NSBM: 07
		SS: 14
		SBR: 04
		SAP: 02 (dado obtido junto à administração do cemitério municipal)
	2018	NSBM: 08

		SS:12		
		SBR: 03		
		SAP: 06 (dado obtido junto à administração do cemitério municipal)		
	2019	NSBM: 02		
		SS:11		
		SBR: 03		
		SAP: 05 (dado obtido junto à administração do cemitério municipal)		
Destino dos restos mortais após exumação e valores correspondentes:	NSBM: os restos mortais permanecem, dentro de caixas próprias para exumação, na sepultura. Em caso de exumação para ser realizado um traslado, anota-se nos registros a carta de aceite do cemitério destino. Os valores são pagos ao cemitério de Santo Antônio (taxas municipais).			
	SS: O Cemitério da Irmandade tem nichos para colocação, no prazo estabelecido, dos restos mortais, se assim a família desejar.			
	SBR: Ossuário comum (gratuito).			
	SAP: Não obtivemos resposta			
Tipos de sepulturas existentes:	Sem carneiro (cova rasa):	Temporária:	Não existem (todos)	
		Perpétua:	Não existem (todos)	
	Com carneiro (jazigos):	Temporária:	NSBM: 77	
			SS: 20	
			SBR: sem resposta	
			SAP: sem resposta	
	Com carneiro (jazigos):	Perpétua:	NSBM: 44	
			SS: 288	
			SBR: sem resposta	
			SAP: sem resposta	
	Mausoléu:	Perpétua:	NSBM: 5	
			SS: 20	
SBR: sem resposta				
SAP: sem resposta				

Distribuição de custos em diferentes setores:	NSBM: existe diferença de preços entre os planos, mas não foram informados valores.
	SS: todos os planos custam o mesmo valor
	SBR: Não obtivemos resposta
	SAP: Não obtivemos resposta
Observações ou lista de documentos anexos:	NSBM: apresentou o Estatuto
	SS: apresentou o Estatuto
	SBR: Não obtivemos resposta
	SAP: Não obtivemos resposta
Data:	30/03/2021
Nome / função do colaborador:	NSBM: Rosa Maria Rangel Tabachi (Provedora da Irmandade)
	SS: Vera Maria Benezath Rodrigues Ferraz (Provedora) e José Dirlenildo – Assessor Jurídico (2019/2022)
	SBR: Wallace Bonicenha (Irmão da Irmandade São Benedito do Rosário)
	SAP: A irmandade está desativada.

Fonte: Elaboração da autora mediante entrevista.

Ao chegar ao local onde estão instalados todos os quatro cemitérios particulares de Vitória, não se consegue compreender imediatamente de que modo sua espacialidade se comunica com a do cemitério público de Santo Antônio. Visualmente, são parecidos no estilo monumental: o campo da Venerável Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção é vizinho imediato de outra área de dimensão aproximadamente igual, ocupada pelo Cemitério da Irmandade São Benedito do Rosário. Do outro lado da Avenida Santo Antônio, um mesmo muro sólido e branco abriga tanto o Cemitério Público, quanto os campos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, os quais são separados do primeiro por divisões internas.

Figura 26 – Portão do cemitério da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte e Portão do cemitério da Irmandade São Benedito do Rosário.



Fonte: Acervo da autora (2021).

Figura 27 – Portão do cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento e placa interna que divide o território cemiterial da Irmandade de Santo Antônio dos pobres.



Fonte: Acervo da autora (2021).

A busca de informações sobre essas necrópoles foi bastante dificultada pela pequena importância das irmandades católicas na sociedade atual. Esse fato representa bem os *fundamentos sociais da produção do espaço*: o mosaico social do passado, que garantiu um correspondente mosaico do espaço cemiterial tal como o conhecemos, já não é o mesmo. Por isso, quando buscamos compreendê-lo, foi necessário resgatar construtos sociais antigos, que representaram, no passado, as relações entre a sociedade de Vitória e seu espaço urbano e cemiterial.

Diante da pesquisa, estavam quatro honradas e históricas irmandades religiosas da cidade de Vitória, hoje pequenas, acoadas pelo medo da pandemia, compostas por idosos e em diferentes estágios de organização administrativa.

Fizemos contato com o Vigário-Geral de Vitória, Padre Jorge Campos Ramos, que tomando conhecimento da importância da pesquisa e do seu caráter inofensivo aos interesses da Igreja Católica, providenciou-nos uma carta de apresentação às Irmandades e à própria Mitra Diocesana que, julgamos, foi o que fez ultrapassar diversas atitudes um pouco hostis de acesso à informação.

A *Irmandade do Santíssimo Sacramento* foi uma das mais ativas da Vitória oitocentista, representando as elites sociais e políticas. Estava ligada à antiga Igreja Matriz, que posteriormente foi demolida para a construção da Catedral de Vitória. Seu cemitério original se localizava naquela região do Centro, na cidade alta. Naquele local foram vendidas muitas perpetuidades de sepulturas e, por isso, quando da desativação do cemitério antigo e ocupação do novo, na lateral direita do cemitério público de Santo Antônio, foram removidos muitos restos mortais que passaram a ocupar memoriais na nova necrópole. Assim, chamam atenção, no local, lápides com datas bem anteriores ao início dos sepultamentos. Tratam-se das datas do sepultamento perpétuo original, no centro da cidade. Os administradores atuais não sabem informar muitos detalhes sobre isso, mas é uma aparente contradição que salta aos olhos do observador atento. A mesma coisa acontece, com menor intensidade, nos outros cemitérios de irmandades instalados no local. VERA MARIA BENEZATH RODRIGUES FERRAZ é a atual provedora da irmandade e JOSÉ DIRLENILDO, dedicado irmão e assessor jurídico. A irmandade estava praticamente desativada até o ano de 2014, quando houve uma reunião de alguns irmãos com os responsáveis pela Catedral de Vitória (que é a nova versão da antiga Igreja Matriz) e decidiu-se pelo reinício da adoração ao Santíssimo Sacramento. Esse foi uma espécie de recomeço da organização civil, que acabou por retomar algumas atividades, entre elas, a administração do cemitério. Antes de 2014, houve um certo descontrole dos sepultamentos naquele local, com vendas ilegítimas de jazigos para pessoas que não eram membros da irmandade. VERA e JOSÉ DIRLENILDO atuamente enfrentam alguns problemas e tem buscado fazer ajustes que possibilitem um novo controle da necrópole, tal como ocorria no passado. JOSÉ mostra com orgulho a sepultura de sua família, onde diz que descansará em breve, enquanto recita, decoradas, as palavras que deseja que estejam escritas em sua lápide.

A *Irmandade São Benedito do Rosário*, vinculada à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, tinha uma presença social diferente. Difundida originalmente entre

os negros que foram escravos no Convento de São Francisco, a devoção a São Benedito foi um instrumento de adequação das pessoas escravizadas à cultura cristã. Assim, nas décadas que se seguiram, a irmandade, apesar de vigorosa, nunca representou as elites sociais. Seu cemitério era na região ocupada, ainda hoje, pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Centro. A visita ao local de seu novo cemitério confunde o observador desatento desde o portão, sobre o qual há uma placa com o ano de 1833 que indica, não a instalação do cemitério, mas a consolidação da irmandade, após o conhecido e histórico episódio do furto da imagem de São Benedito, retirada do Convento de São Francisco e levada para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Tivemos acesso a um confrade de São Benedito que muito auxiliou e compreendeu nossa pesquisa, visto que, ele próprio, é um historiador dedicado aos temas capixabas: WALLACE BONICENHA, diversas vezes citado nesse trabalho. BONICENHA diz que o cemitério é o mais simples entre as necrópoles atuais das irmandades. A irmandade está ativa até hoje e é coordenada pela provedora NELCE PIZZANI RIOS, ex-funcionária da Receita Federal, que hoje tem 95 anos. Tentamos conversar tanto com ela, quanto com sua filha, também historiadora, ROSELI, mas o avançado da idade e os dramas da pandemia de COVID-19 impediram o acesso aos documentos, que provavelmente existem. Dona NELCE continua sendo a pessoa que autoriza os sepultamentos, apenas de irmãos ativos.

A *Venerável Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção* é a mais organizada e está ligada à Igreja de São Gonçalo, no centro, que foi um templo importante em certo período, chegando a exercer as funções de Catedral, depois da demolição da Igreja Matriz. A irmandade administrava um cemitério próximo à Igreja que enterrava confrades livres, de ambos os sexos, brancos ou pardos. Praticamente não nos foi dado acesso à ROSA MARIA RANGEL TABACHI, provedora da irmandade, e aos demais irmãos. Sabe-se que se reuniram para deliberar sobre o pedido da entrevista e apenas responderam o formulário, intermediados por uma atenciosa assistente administrativa de nome NIDRIANNY BUENO. Julgamos que, novamente, a aproximação não foi oportuna, em razão da pandemia.

Já no que diz respeito à *Irmandade de Santo Antônio dos Pobres*, é a única, entre as quatro, que não está mais ativa. Por essa razão, não obtivemos informações relevantes para inserir no questionário.

Contudo, verificamos fatos interessantes a respeito do seu cemitério. Em princípio, há uma placa no local que indica que sua inauguração ocorreu em 1928. A tomar por imagens antigas, parece que as sepulturas ocuparam o terreno da esquerda para a direita mas, antes que atingissem a metade da capacidade, em 1937 foi sepultado no centro do cemitério,

em um mausoléu de destaque impressionante, o Padre italiano Leandro Del Huomo, que havia representado importante papel à frente do Orfanato Cristo Rei, que funcionou no mesmo lugar do Convento de São Francisco, a partir das primeiras décadas do século XX. Esse fato nos faz supor que, durante sua existência, a Irmandade estivesse ligada às ações sociais desenvolvidas ali.

Buscando informações sobre a administração atual do cemitério, fomos indicados a tratar com MARGARIDA FERNANDES MOÇA, que poderia ser encontrada na tradicional loja de ferragens Zacarias, no centro de Vitória. MARGARIDA é filha de ZACARIAS FERNANDES MOÇA. A inusitada indicação provocou ainda mais estranheza quando se verificou que todos os mausoléus monumentais posicionados exatamente à direita do Padre Leandro Del Huomo, no centro do cemitério, são da família Moça. Entre eles, lá se encontra ZACARIAS MOÇA, fundador da loja de ferragens. ZACARIAS era português e chegou ao Brasil em 1929, tendo 17 anos de idade. Nessa época, a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres era bastante atuante, mas não se conhece sobre a participação do comerciante em seus quadros de irmãos. De algum modo desconhecido, após o encerramento das atividades da irmandade, hoje em dia, MARGARIDA se refere ao cemitério como “o cemitério do papai”, herdado dele, que quase não funciona atualmente. MARGARIDA diz que os documentos da necrópole ficam guardados na loja de ferragens. No local, fomos atendidos por DALVA, uma funcionária antiga e de atitude preocupadíssima, que resistiu bastante em mostrar rapidamente alguns recibos de pagamento de foros anuais, por perpetuidades concedidas pela irmandade. As questões familiares profundas e de acesso impedido, fizeram a pesquisa recolher-se ao seus limites e contar apenas com a exploração da área pública do cemitério.

4.3 Cemitério da Boa Vista

Tabela 3 – Caracterização do cemitério Municipal da Boa Vista.

CARACTERIZAÇÃO DO CEMITÉRIO	
CEMITÉRIO MUNICIPAL BOA VISTA	
Endereço:	Avenida Adolfo Cassoli 318, São Cristóvão - Vitória/ ES
Início da operação:	Não foram encontrados registros em documentos e os administradores não são precisos em definir
Área total:	Total aproximado de 90 mil metros quadrados (no Google Earth) e aproximadamente 78 mil (soma das áreas específicas de sepultamento)
Número de quadras/setores:	Vinte e três setores

Capacidade total de sepultamentos:	Aproximadamente 12.600, considerando que não são feitos sepultamentos na “quadra aterro”	
Sepulturas ocupadas:	Aproximadamente 12.000	
Percentual de ocupação:	Aproximadamente 95%	
Existem sepulturas perpétuas?	Não, todas são concessões temporárias de 4 anos	
Modalidade da concessão perpétua no contrato:	A única perpetuidade permitida nesse cemitério é a do nicho (ossuário). A família deve, após quatro anos do sepultamento, adquirir o nicho, pagando pela perpetuidade R\$ 193,80 e pela remoção dos restos mortais R\$ 44,47, totalizando o valor de R\$ 238,27. Essa perpetuidade (R\$ 193,80) pode ser utilizada para guardar os ossos de até três pessoas da família	
Percentual de perpetuidades por setor/área:	Não existe	
Regras municipais para sepultamentos de indigentes:	Nesse cemitério, são enterrados aproximadamente quatro indigentes por mês, estando destinada a “Quadra 2” a esse tipo de sepultamento. A exumação é permitida após vinte anos do sepultamento, por motivos legais. Os responsáveis pelo encaminhamento dos corpos dos indigentes é a Polícia Civil. O CRAS fornece aos indigentes caixão e assistência funerária, sendo de responsabilidade do cemitério apenas o sepultamento.	
Serviços oferecidos pela prefeitura para este cemitério e taxas extras correspondentes:	O cemitério conta com uma sala de velório disponível aos familiares do defunto por até três horas. Não existe taxa para esse serviço. Cova rasa de Adulto: R\$ 97,44 Cova rasa de Anjo: R\$ 49,77 Carneiro de Adulto: R\$ 193,80 Carneiro de Anjo: 97,43 Translado (entrada ou saída de restos mortais): R\$ 59,01 Remoção (exumação): 44,47 Nicho perpétuo para restos mortais: R\$ 193,80.	
Público-alvo:	O cemitério atende a todas as pessoas que procuram o serviço. Todos tem acesso ao sepultamento na área em que estiverem covas abertas para o sepultamento. Cabe explicar que existe um rodízio dos setores dentro do cemitério. De modo que, em cada época do ano, existe um número de sepulturas a serem ocupadas em determinado setor específico.	
Sepultamentos ao ano ¹³ :	2017	1257
	2018	1456
	2019	1588

¹³ Os livros de registro diário não distinguem adultos e anjos.

Destino dos restos mortais após exumação e valores correspondentes:	Nicho: R\$ 238,27 (perpetuidade R\$ 193,80 e remoção R\$ 44,47) Ossuário comum gratuito	
Tipos de sepulturas existentes:	Sem carneiro (cova rasa) temporária	
	Com carneiro (jazigos) temporário	
	Mausoléu: perpétuo para restos mortais	Existem dois mausoléus. Ambos para policiais do Estado do Espírito Santo. Um para os policiais militares e outro para os policiais civis. Cabe ressaltar que são mausoléus coletivos, onde ficam depositados os ossos desses servidores públicos.
Distribuição de custos:	Em qualquer lugar em que for realizado o sepultamento, seja no centro do cemitério ou mais afastado próximo dos muros, os preços serão sempre os mesmos.	
Observações ou lista de documentos anexos:	Escritura Pública do cemitério Planta de divisão e cálculo de áreas para roçagem (processo número 5103500/2006) Mapa de divisão de quadras	
Data:	18/02/2021	
Nome / função do colaborador:	RUTHENÉIA PEREIRA DE SOUZA HELMER Encarregada administradora	

Fonte: Elaboração da autora mediante entrevista.

A necrópole tem um aspecto amplo e despolido, chegando mesmo a se assemelhar a um cemitério do tipo jardim, com árvores e campos verdes livres. Verificam-se extensos gramados nos quais as sepulturas são delimitadas por pequenos arranjos de cimento. Existem nichos para ossos ao longo dos muros, uma capela reformada recentemente oferece certo acréscimo de dignidade ao local. Próximo à administração existem estruturas recentes construídas para abrigar novos nichos de ossos, inclusive mausoléus destinados a restos mortais de policiais civis e militares, após a exumação de seus corpos. Ao redor da necrópole, tal qual ocorre em Santo Antônio, logo após os limites dos muros de Boa Vista, seguem construções residenciais da região urbana densamente povoada e de pouco poder aquisitivo.

Figura 28 – Cemitério Municipal da Boa Vista.



Fonte: Acervo da autora (2021).

RUTHENÉIA PEREIRA DE SOUZA HELMER ou, simplesmente, RUTH, explicou que o CRAS promove o enterramento de pessoas carentes apenas na necrópole de Maruípe. Esse tipo de sepultamento representa grande parte dos sepultamentos realizados no local. Os Centros de Referência de Assistência Social, mantidos pela Prefeitura, visam garantir a proteção social e a promoção da cidadania, para isso são oferecidos os serviços de Assistência Social. Entre estes, são concedidos benefícios considerados eventuais, como o benefício funeral, que é regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 12.435/2011 e pela Resolução nº 016/2017, do Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (COMASV). Para fazer jus ao benefício funeral, a família deve comprovar que a renda mensal familiar per capita é inferior ou igual a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo.

A necrópole também é a única a sepultar indigentes na capital. O CRAS fornece aos indigentes a urna de sepultamento, sendo a responsabilidade do cemitério apenas a designação de uma quadra específica (quadra 2) e a mão de obra dos coveiros. Há um controle diferenciado dos indigentes, uma vez que, sendo cadáveres encontrados na cidade e não

reclamados por familiares, podem ter sido vítimas de crimes, portanto, devem ser mantidos sepultados não pelos três anos habituais, mas por vinte, que é a contagem da prescrição dos crimes contra a vida.

A pessoa que vai ser enterrada no cemitério tem direito a ocupar a capela de velório, gratuitamente, por três horas. Ruth diz que todo tipo de pessoa pode ser sepultada no Cemitério de Boa Vista, inclusive pessoas que não residem no município de Vitória. Mas, quanto aos sepultamentos pagos pelas famílias, sem o auxílio do CRAS, reclama da inadimplência das taxas, que até atualmente, são pagas posteriormente ao sepultamento.

A maior parte do cemitério é composta por covas rasas, nas quais o caixão é colocado diretamente sobre a terra. Existe um pequeno número de sepulturas revestidas de alvenaria e cimento: carneiros. Em cada uma das sepulturas é depositada apenas uma urna, que permanece no local por três anos até ser, obrigatoriamente, removida. Os restos mortais removidos podem ser armazenados em um osuário coletivo gratuitamente, mantidos em nichos adquiridos pela família (esses sim, perpétuos) ou removidos para mausoléus, em casos bem específicos, como o de policiais civis e militares, que possuem uma estrutura própria no Cemitério de Boa Vista. Após a remoção da urna, a sepultura é utilizada para outro sepultamento.

Como a ocupação de todo o terreno, 100% das sepulturas, é temporária, as quadras são utilizadas e reutilizadas conforme o tempo de ocupação e desocupação das sepulturas, de maneira a manter uma lógica sequencial no uso do espaço. Por isso, o valor do sepultamento é fixo, independente da parte do cemitério.

RUTH, mesmo recorrendo a outras pessoas que atuam no local, não soube informar sobre a data de inauguração ou o início do funcionamento da necrópole. Diz que guarda memória de fatos antigos sobre o cemitério, por ter sempre residido próximo a ele. Isso faz com que ela se recorde de anexações de áreas de ampliação, por exemplo, que ocorreram na época de sua infância. Com auxílio de RUTH foi possível localizar, em arquivos quase abandonados, documentos que foram muito úteis nesse trabalho no sentido de informarem sobre escrituras e processos judiciais de desapropriação de áreas que viriam a constituir a necrópole.

É curioso notar que a inauguração de um “cemitério de pobres” é bem diferente, no aspecto do registro histórico, do que foi a festejada inauguração da necrópole monumental de Santo Antônio. A mesma dificuldade ocorreu na tentativa de determinar a data de inauguração do “cemitério velho” de Caratoíra e, ainda mais, no caso do cemitério do Morro do Pinto.

4.4 Discussão da tabela anual de registros de sepultamento por cemitério

Tabela 4 – Registros de sepultamento x registros de falecimento do IBGE

	2017			2018			2019		
	IBGE	S. A.	B.V.	IBGE	S. A.	B.V.	IBGE	S. A.	B.V.
Jan.	161	31	76	150	27	108	166	33	125
Fev.	137	29	86	170	24	107	162	20	123
Mar.	164	35	114	158	28	102	197	31	151
Abr.	167	29	97	150	25	87	141	22	130
Mai.	170	32	111	191	38	136	180	27	137
Jun.	187	28	109	177	37	142	157	28	137
Jul.	188	27	111	180	27	157	205	32	149
Ago.	213	33	119	198	21	151	165	23	109
Set.	180	27	102	141	21	100	172	32	132
Out.	187	33	112	165	30	129	177	20	137
Nov.	170	16	111	156	21	111	172	35	131
Dez.	197	28	109	177	28	126	190	30	127
Total por cemitério	--	348	1257	--	327	1456	--	333	1588
Média sepultamentos/dia por cemitério	--	0,95	3,44	--	0,89	3,98	--	0,91	4,35
Total Geral de sepultamentos no ano, em Vitória	1605			1783			1921		
Total Geral de falecimentos, em Vitória, por lugar de residência do falecido, segundo o IBGE	2121			2013			2084		
Percentual de falecidos domiciliados em Vitória, cujos familiares buscam sepultamento em outro município	24,33%			11,43%			7,83%		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos dados obtidos dos livros de registros de cada cemitério e nos dados anuais estatísticos do IBGE.

Apresentamos, na tabela anterior, a relação entre o número de sepultamentos por cemitério de vitória, registrados por mês em seus respectivos livros de registros diários, e o número total de falecimentos do município de Vitória, por lugar de residência do falecido, segundo dados do IBGE.

Inicialmente, julgamos importante chamar atenção para a população do município de Vitória, que era de 327.801 pessoas no último censo do IBGE em 2010 e tem estimativa de 362.097 pessoas para 2019.

A tabela indica os sepultamentos realizados no cemitério de Santo Antônio (SA) e de Boa Vista (BV), ao longo dos meses dos anos de 2017, 2018 e 2019. Esses dados estão relacionados aos números de totais de óbitos indicados pelo IBGE no município de Vitória, também ao longo dos meses dos mesmos anos.

Gostaríamos de ter aplicado um recorte temporal mais amplo. Contudo, no que diz respeito aos dados posteriores ao ano de 2019, conforme já comentado, poderíamos encontrar o “fator pandemia”, capaz de desconfigurar a pesquisa. Quanto aos dados anteriores a 2017, verificamos uma limitação material: até o fim de 2016, o registro diário de sepultamentos no Cemitério de Boa Vista era feito por ordem alfabética. Assim, por cada letra inicial dos nomes, ficavam registrados nos livros os sepultamentos de pessoas por meses diversos e até em anos diferentes. O livro seguinte, que seria consultado, abrangia o período de 2014 a 2016, nele e em todos os anteriores, vigorava essa forma de registro. O fato dificultaria sobremaneira a pesquisa, principalmente por se tratar de documentos manuscritos e cada vez mais antigos.

Destacam-se algumas observações:

1. O número de sepultamentos anuais do cemitério de Boa Vista é, em média, 4 vezes maior do que o número anual de Santo Antônio;
2. O número de sepultamentos anuais do cemitério de Santo Antônio mantém uma média estável, firmada em 336 nos anos estudados;
3. O número de sepultamentos anuais do cemitério de Boa Vista cresce anualmente, em média, em torno de 10% ao ano;
4. Em todos os anos, o número de sepultamentos no município foi menor que o número de mortos indicado pelo IBGE.

Entendemos que a causa do maior número de sepultamentos em Maruípe (Boa Vista) é, justamente, a questão da perpetuidade de Santo Antônio. Esse fenômeno criou um *microsistema cemiterial* a partir de uma estratégia de segregação espacial datada na história, de maneira que o cemitério “público entre aspas” de Santo Antônio, espacialmente esgotado, não consegue representar, nem mesmo, a elite econômica local do presente momento histórico. Por outro lado, a breve transitoriedade das sepulturas de Maruípe (Boa Vista) garante o direito de sepultamento dos pobres, enquanto as novas elites vitorenses obrigam a cidade a contar com

o complexo cemiterial dos outros municípios, para encontrar soluções na gestão dos mortos. Daí a importância dos grandes cemitérios privados do estilo jardim, instalados na região metropolitana desde a década de 1980, para compreender o motivo pelo qual, anualmente, o número de sepultamentos no município venha sendo menor que o número de mortos indicado pelo IBGE.

4.5 Desigualdade socioespacial nas necrópoles estudadas em Vitória/ES

O *microssistema cemiterial* identificado na região metropolitana de Vitória, que correlaciona, necessariamente, as necrópoles dessa cidade com as de outras áreas urbanas vizinhas, é fundamento para a discussão sobre a desigualdade socioespacial nos cemitérios estudados.

Embora a historicização tenha sido protagonista nos levantamentos executados nesta pesquisa e nela a categoria “*território*” tenha sido adotada como elemento norteador para compreender as transformações da cidade, quando chamamos atenção sobre como a desigualdade social foi reproduzida nas necrópoles, diversos referenciais teóricos convidam a categoria conceitual de “*espaço*”, para que ganhe fundamento o debate sobre desigualdade socioespacial. Isso ocorre de modo pacífico, uma vez que não há uma contraposição ou um antagonismo entre as duas categorias.

O espaço é um elemento fundamental para compreender as relações socioeconômicas políticas e culturais, visto que nele se desenvolvem todas essas relações. Segundo Santos (2003), o espaço geográfico pode ser definido como o espaço que sofre intervenção do homem por meio das técnicas. Dessa forma, o homem transforma a natureza em um recurso diferenciado para a sua sobrevivência. Podemos compreender o espaço como palco das relações sociais dos indivíduos que transformam o espaço natural em espaço social. Nesse ambiente é possível investigar as relações de poder que incidem sobre ele e tentar compreender a organização de uma dada sociedade.

A disposição do espaço é marcada pelos interesses dos indivíduos, “o espaço se caracteriza por ser organizado e reorganizado, dentro de uma matriz global, como função de interesses distantes” (SANTOS, 2014, p. 171). Caminhando na mesma direção, Soja afirma que “o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência social” (SOJA, 1993, p.40).

Ana Fani Alessandri Carlos (2013) entende que o *espaço urbano* é, ao mesmo tempo, a condição, o meio e o produto da reprodução espacial da sociedade. Assim, entende-se a *segregação espacial* como um efeito social: uma forma de reprodução da sociedade e da cultura no espaço. Raciocínio que decorre deste é que a segregação espacial esteja relacionada, necessariamente, com a produção do espaço urbano. Essa produção representa as relações entre sociedade e espaço, registradas em processos ao longo do tempo.

No nosso trabalho, buscamos realizar um estudo que não é possível descolar a produção do espaço cemiterial do próprio espaço urbano em constante produção. Foi possível observar que espacialidades e temporalidades complexas concorreram no processo. Isso influenciou a construção de um *mosaico cemiterial* no antigo Sítio Santo Antônio, que teve início na segunda metade do século XIX e se completou no início do século XX.

Estudiosos do tema da segregação em Geografia falam de um *mosaico social* da cidade, como sendo o que representa, no espaço urbano, as divisões sociais e econômicas que atuaram nas complexas articulações entre espaços e temporalidades. Do mesmo modo, aconteceu na produção do espaço cemiterial, que podemos, então, chamar de *mosaico cemiterial*, uma vez que representa as mesmas divisões sociais e econômicas presentes na produção do espaço urbano.

Harvey (2013) refletiu sobre a correlação entre a fragmentação social e fragmentação espacial das cidades, demonstrando que existe uma correspondência entre elas. Ou seja, a produção do espaço urbano se dá a partir da fragmentação social, por isso, a segregação espacial preserva a correspondência entre as divisões da sociedade e as divisões da cidade. Quando utilizamos o termo *segregação espacial*, devemos refletir que as desigualdades presentes na sociedade se concretizam e se representam no espaço físico da cidade.

Assim, falamos, do mesmo modo, sobre a existência de uma correspondência entre a cidade dos vivos e a cidade dos mortos, demonstrando que existem vários fatores que se repetem nas duas circunstâncias. Exemplo disso é a noção de *centralidade*, como elemento constitutivo da cidade, tratado por Carlos (2013) e a *centralidade* dos cemitérios, que determina, também, a existência de suas periferias. Ao compreender as relações que constituem a cidade dos vivos, compreendemos também o sentido socioespacial das necrópoles. As necrópoles refletem as condições da sociedade em que estão inseridas. Dessa forma, é esperado que as necrópoles reproduzam a arquitetura e a geografia urbana das cidades.

Observamos, também, ao longo da análise da formação histórica do espaço cemiterial de Vitória, que existiram padrões espaciais da segregação cemiterial. Os padrões

espaciais da segregação sofreram mudanças ao longo do tempo, mas preservaram as características que os definiram como segregadores. No caso de Vitória, isso aconteceu com a existência do cemitério do Morro do Pinto, que teve a função de cemitério extramuros da cidade, mas que em razão da dificuldade de acesso, funcionou, de fato, para o afastamento dos defuntos pobres, ou perigosos, das epidemias. Depois dele, o mesmo arrabalde remoto foi eleito pelo poder público para segregar protestantes (a pedido deles) no Cemitério da Missão Batista. Até que, finalmente, um grande cemitério público e secularizado ocupou o mesmo sítio, praticamente conectando os dois primeiros. Enquanto havia três cemitérios simultâneos, sendo dois deles públicos, o Morro do Pinto era o destino dos indigentes e variolosos. Com o abandono deste, acentuaram-se as divisões internas do novo cemitério de Santo Antônio com a inauguração de novos planos e a gradual perpetuação das sepulturas, que acabou por abranger o cemitério inteiro. As irmandades que ocuparam a mesma região nas décadas seguintes apenas sepultavam seus próprios confrades e, deste modo, fazia-se imprescindível inaugurar uma necrópole auxiliar para cumprir o papel segregatório que não cabia mais nos planos de Santo Antônio. Finalmente, com a inauguração do cemitério de Maruípe e o abandono do já desnecessário Cemitério da Missão Batista, no fim da década de 1950, descreveu-se o espaço cemiterial da cidade conforme o conhecemos hoje. Manteve-se preservada a ideia central dos padrões espaciais da segregação, apesar das modificações sofridas ao longo do tempo. Ou seja, os processos espaciais de produção do espaço urbano se alteraram, conforme se estabeleciam novas relações entre a sociedade e o espaço.

Partindo do conceito geral de espaço urbano cemiterial para a preocupação intramuros sobre as sepulturas como espaço, devemos analisar a usual relação entre perpetuidade e memória individual.

Como vimos no início do capítulo 3, se não há dúvida quanto a saber o que os cemitérios são para o Direito (bens públicos de uso especial), a mesma clareza não se tem em relação aos túmulos, considerados individualmente. A dúvida decorre da relação entre o cemitério e o titular da sepultura, que é contratual e não está disciplinada de modo uniforme na legislação civil.

Esse aspecto se mostra interessante em uma análise que visa as consequências sobre a distribuição do espaço no interior dos cemitérios. Devemos analisar as implicações geográficas do direito à sepultura (*jus sepulchri*) que consiste, basicamente, no “direito de sepultar” e no “direito de se manter sepultado”, que é conferido à pessoa e seus sucessores.

Uma pessoa pode “adquirir” jazigo perpétuo a fim de ser sepultada e, com sua morte, finda sua personalidade e a possibilidade de titularidade deste direito. No entanto, remanesce a obrigação de quem contratou a manter a pessoa sepultada. Os restos mortais do contratante se traduzem em espécie de “ente despersonalizado” titular do direito ao asilo sepulcral perpétuo.

O respeito aos mortos, a atribuição de dignidade à pessoa humana morta e o reconhecimento de que o morto é “titular de direito” à manutenção em sua sepultura é característica do mundo da cultura e um dos traços que nos caracteriza como humanidade. (...) Uma pessoa, que não tenha herdeiros ou descendentes de qualquer ordem, pode contratar um jazigo perpétuo e a sociedade que a sucede está obrigada a reconhecê-la como titular da permanência naquele espaço.

Não obsta o “direito” de permanência na sepultura a cessação da personalidade, com a morte (...), nem a inexistência de sucessor que titularize tal direito pelo morto.

Se uma pessoa adquire jazigo perpétuo para si, adquire o direito ao sepultamento e de permanecer sepultada. Mesmo que não tenha sucessores ou patrimônio capaz de custear eventuais tarifas não pode ser exumada, se assim o contratou. (Acórdão, nos autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0022778-58.2020.8.19.0001 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Vigésima Sétima Câmara Cível).

As implicações geográficas do direito à sepultura fazem notar que o direito de se manter sepultado, cujas implicações são debatidas no acórdão, é decorrência de contrato firmado entre o titular da sepultura e o cemitério. Tais concessões perpétuas do terreno (direito real de uso) eram mais comuns no passado, mas eram restritas às pessoas que tinham capacidade de pagamento para receber a concessão em caráter perpétuo.

Esse tipo de contrato protegia a pessoa sepultada da exumação e da recolocação dos seus restos mortais em ossuários coletivos. Por outro lado, o contrato garantia a ela uma espécie de direito de memória, que é materializado na sepultura, identificada com seu nome, sua foto e alguma arte escolhida por sua família ou por ele mesmo.

Conforme o que for pactuado no contrato, o direito de memória deve sobreviver até mesmo à inexistência de sucessores. Assim, a obrigação do cemitério perdura, gerando implicações territoriais presentes na ocupação permanente do espaço pelos que firmaram os contratos de perpetuidade e realizaram os pagamentos correspondentes. De outro lado, verifica-se a conseqüente supressão do direito de memória dos que não tiveram condições de firmar o mesmo tipo de pacto.

Retomando as noções de Fernando Catroga (2010), analisado no Capítulo 1, consideramos que a monumentalização da sepultura dos ricos está ancorada em um precificado direito de memória e as covas rasas dos pobres remete ao apagamento de sua existência, pela segregação de seus corpos. Portanto, a segregação dos mortos é um reflexo da segregação dos vivos na nossa sociedade e nas nossas cidades.

Essas considerações nos fazem associar direito à sepultura ao direito à memória. Mas esse vínculo deve ser direto? Todos deveriam ter direito à perpetuidade de suas sepulturas?

Embora a perpetuidade tenha sido uma prática comum do cemitério oitocentista

em diante, julgamos que ela não resista mesmo às críticas superficiais. Considerando as grandes populações e a necessária eficiência do uso do espaço, se o direito à memória estivesse necessariamente ligado à perpetuidade da sepultura, em pouco tempo todo o planeta teria se transformado em um cemitério monumental.

A cidade de Vitória experimentou esse problema, conforme a narrativa que esta pesquisa apresentou, no progressivo esgotamento espacial do cemitério de Santo Antônio e na necessidade de uma solução para o crescente número de pessoas que demandavam novas sepulturas. A criação do cemitério de Boa Vista, em Maruípe, expandiu a segregação que já ocorria entre os planos e setores do campo de Santo Antônio para uma *segregação entre cemitérios*, gerando uma divisão entre “cemitério de ricos e cemitério de pobres”.

Esse fato que ainda é muito expressivo, teve, no passado, ainda mais importância. Atualmente, como vimos na tabela de registros de sepultamento em contraposição aos registros de falecimento do IBGE, no item 4.4, essa divisão entre cemitérios vem sendo atenuada, na medida em que notamos uma estabilidade dos enterramentos em Santo Antônio (que decorre do esgotamento espacial), com relação ao aumento daqueles feitos em Maruípe (em razão de sua maior rotatividade). A tendência de um cemitério monumental oitocentista que não adota áreas temporárias é realizar cada vez menos sepultamentos, com o passar das gerações, até se patrimonializar totalmente e perder sua função funerária, tornando-se um memorial da história da cidade.

Vitória não possui cemitérios particulares, além daqueles pertencentes às irmandades religiosas, que, conforme os dados que analisamos, vivem um processo de esgotamento espacial ainda mais avançado do que o de Santo Antônio.

Entendemos que exista, na atual configuração do espaço cemiterial de Vitória, uma continuidade das relações econômicas e das relações de poder presentes na cidade dos vivos. No entanto, o lugar reservado aos pobres representa a exclusão do seu direito de memória? Ou o é o próprio direito de memória, em geral, que não deve estar vinculado à noção de sepultamento perpétuo, já que, em longo prazo, esgotariam-se os limites espaciais? Julgamos que essas questões ainda não tem resposta na atual configuração de nossas cidades.

A geografia da ilha de Vitória não favorece a instalação de novos cemitérios jardim em grandes áreas, como normalmente são esses empreendimentos. Isso fez com que, a partir da década de 1980, empresários do ramo funerário buscassem opções nos municípios da região metropolitana da capital. Existem cemitérios jardim nos municípios de Vila Velha, Cariacica e Serra, sendo, os dois primeiros, filiais da mesma empresa. Não se verifica a

tipologia cemiterial do tipo jardim no município de Vitória. Embora a necrópole de Maruípe seja bastante simples e minimalista, não segue o padrão típico dos cemitérios jardim, sempre gramados e com todas as sepulturas identificadas simplesmente por uma tabuleta de rocha.

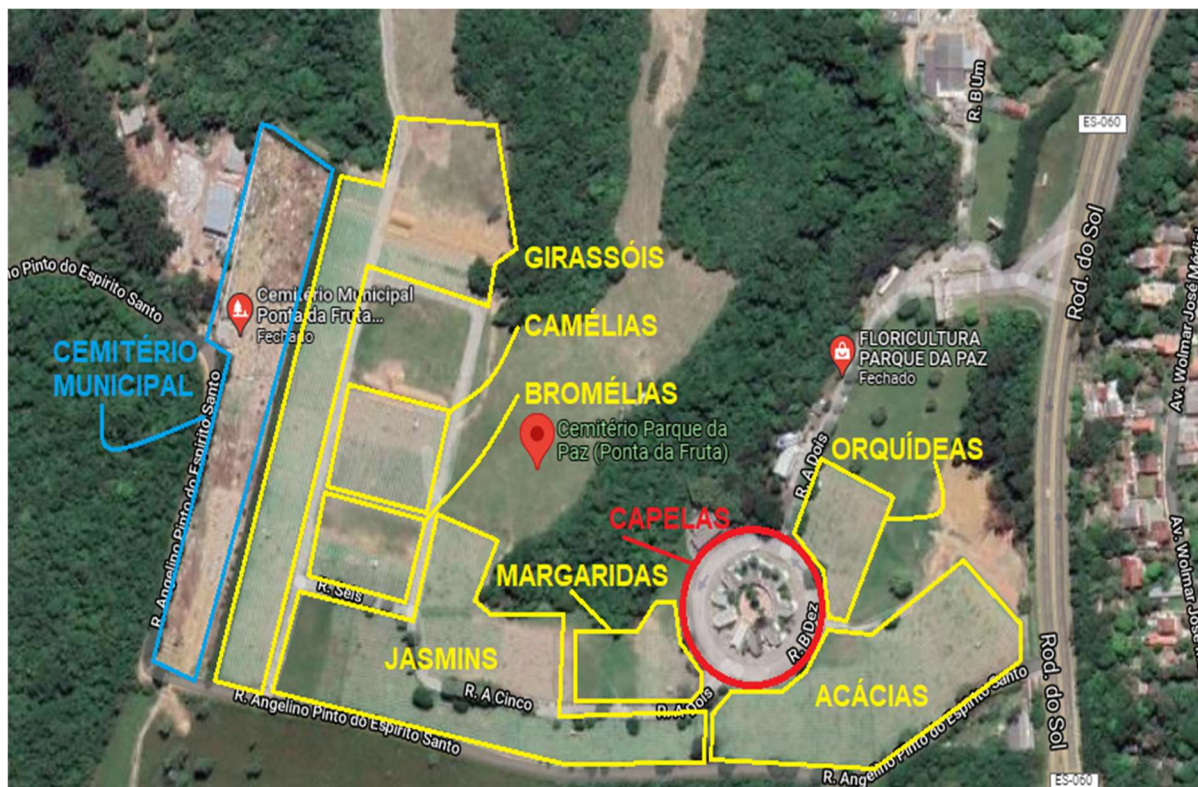
Segundo Felipe Fuchs (2019), os cemitérios jardins são locais de sepultamentos que privilegiam a ideia de contemplação e mesmo de cultivo do jardim. Os cemitérios jardim da região da grande Vitória ocupam áreas de tamanho semelhante, estando sempre próximos de 200 mil metros quadrados e com capacidade entre 30 e 40 mil sepulturas. As regras de sepultamento em todos eles são bastante semelhantes, sendo a perpetuidade dos jazigos na ordem de 100% dos terrenos ocupados pelas necrópoles, tal como ocorre no cemitério de Santo Antônio, na capital.

Cada sepultamento dá direito ao uso da capela, lápide com gravação e caixa de concreto com dois espaços. O titular do jazigo pode beneficiar quem ele desejar, desde que autorize expressamente a administração do cemitério. Após a aquisição do jazigo é cobrada uma taxa de inumação a cada sepultamento, no valor de R\$ 210,00 e um foro anual de 60% do valor do salário mínimo, já que a modalidade da perpetuidade oferecida é o aforamento (cessão do direito de uso mediante pagamento anual). Após o mínimo de quatro anos do falecimento poderá ser feita a exumação, que é outro evento cobrado, no valor de R\$ 550,00, após o qual os restos mortais são armazenados em uma caixa e pode permanecer dentro próprio do jazigo, em um espaço extra aos dois níveis de sepultamento. Deste modo, em cada jazigo podem estar sepultadas várias pessoas. O serviço funerário não está incluído na compra do jazigo (velório, caixão, remoção do corpo etc).

A visão de um cemitério jardim proporciona uma impressão superficial de igualdade após a morte, já que todas as sepulturas são basicamente idênticas. Contudo, vejamos.

O Cemitério Parque da Paz, em Vila Velha, por exemplo, é dividido em cinco setores com nomes de flores, de preços diferentes conforme a distância do jazigo à capela, sendo mais caros os mais próximos. Na época da coleta de informações os valores eram os seguintes: Girassóis (R\$2.860,00), Camélias / Bromélias (R\$4.000,00), Jasmins (R\$4.600,00), Acácias (R\$7.020,00) e Orquídeas / Margaridas (R\$8.200,00). Percebe-se, com isso, a reprodução da lógica centro-periferia que se verifica nas cidades. Curiosamente, à esquerda do terreno, em sua extremidade, existe um outro cemitério sob administração municipal de Vila Velha (o cemitério municipal de Ponta da Fruta), bastante simples, separado da sofisticada estrutura apenas por um muro coberto de vegetação, que visa impedir sua visibilidade.

Figura 29 – Imagem satélite do Cemitério Parque da Paz localizado em Vila Velha, com intervenções da autora.



Fonte: imagem satélite do Google Earth (2021).

Figura 30 – Muro coberto de vegetação que impede a visibilidade do cemitério municipal de Ponta da Fruta



Fonte: Acervo da autora (2021).

Figura 31 – Cemitério municipal de Ponta da Fruta visto por sobre o muro coberto de vegetação.



Fonte: Acervo da autora (2021).

Após desembolsado o valor do jazigo no Cemitério Parque da Paz, conforme o setor escolhido, acrescido da taxa de inumação, a família deve pagar o foro anual à empresa. No caso da interrupção do pagamento do foro anual, a empresa pode, mediante notificação, exumar o(s) cadáver(es) após quatro anos, transportar os restos mortais para um ossuário coletivo e reutilizar o jazigo. Entretanto, como as três empresas ainda estão com cerca de 65% de ocupação de suas áreas, essa prática, segundo eles, nunca foi adotada. Assim, a inadimplência é resolvida na ocasião de um novo sepultamento, quando são cobrados os atrasos com juros de 1% ao mês. Os três cemitérios jardim da região metropolitana de Vitória, pertencentes a duas empresas do ramo funerário, não aceitam sepultar indigentes.

No que diz respeito às cremações, as duas empresas que dominam o ramo na região possuem o serviço. Suas operações tiveram início no Estado após o ano 2000. No município da Serra, por exemplo, o crematório do Cemitério Jardim da Paz, foi inaugurado recentemente, em 2017, e o serviço custa R\$5.295,00. A cremação dá direito ao uso da capela para velório e uma caixa de modelo básico para guardar as cinzas do defunto, o serviço funerário (caixão, remoção, tanatopraxia) é contratado separadamente. O código de posturas municipais de Vitória não admitia, até 2017, fornos para cremação de seres humanos. A Lei 9168/17

revogou o dispositivo, embora a prática ainda não seja como aquela verificada nos cemitérios particulares de estilo jardim existentes nos municípios da Serra e Vila Velha.

Notamos, finalmente, que as soluções adotadas nas novas tipologias cemiteriais não são inéditas do ponto de vista espacial, uma vez que mantém algum tipo de segregação e permanecem ancoradas no conceito de perpetuidade da sepultura como representativo do direito à memória.

Após compreender a formação histórica e a segregação do espaço cemiterial do município de Vitória/ES, ainda chegamos a novas perguntas. Seria insustentável, a longo prazo, o desejo de reservarem-se grandes áreas de sepultamento perpétuo? Deveríamos pensar em novos modos de manejo de cadáveres? Mas, como a sociedade individualista suportaria refletir sobre o problema do *eu-cadáver*? Seria inaceitável a igualdade depois da morte?

Julgamos que estas questões não tenham resposta até o presente momento. A vivência das cidades, que é o material social que esta pesquisa submeteu a um pequeno recorte, vem buscando soluções para algumas delas. Para outras dessas questões, talvez as respostas dependam de outros ramos de saber, como a sociologia e até a filosofia. Assim, esperamos ter contribuído, ainda que modestamente, com a compreensão da dinâmica geo-histórica cemiterial da cidade de Vitória/ES, que pode ser referência, esperamos, para a análise de outras cidades e do fenômeno como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julgamos que seja importante destacar, ao fim, a maneira como os conceitos, dados e histórias apresentados ao longo desta pesquisa se relacionam para construir uma única mensagem relativa à desigualdade socioespacial.

Para esse objetivo, vejamos a formação histórica do território cemiterial em Vitória de “A” a “Z”, por meio dos principais eventos estudados, expostos em uma linha do tempo:

- A. Período colonial até primeira metade do séc. XIX - Sepultamentos em igrejas;
- B. 1832 – Norma geral do governo imperial impedindo os sepultamentos no interior das igrejas;
- C. 1850 (década) – Aumento dos casos de “febres palustres” em Vitória/ES;
- D. 1853/54 – Tentativa de construir um **cemitério na Ilha do Príncipe**;
- E. 1854 (24/07) – Lei provincial que abre crédito para construção de um **cemitério no Morro do Pinto**;
- F. 1855/59 – Instalação do primeiro cemitério extramuros no Morro do Pinto (o cemitério funcionou precariamente, apesar da dificuldade na conclusão das obras de acesso e de infraestrutura);
- G. 1856 – Cessão de parte do Convento de São Francisco (na parte alta da cidade) para a municipalidade (origem do **cemitério provincial**, que funcionou, pelo menos, até 1908);
- H. 1871 – Resolução 127 do governo da província do ES: Regulamento para os cemitérios;
- I. 1876 – Relatório sanitário de Manoel Goulart de Souza (sobre os cemitérios, que deixaram os templos, mas permaneceram na cidade, inclusive próximos de nascentes);
- J. 1889/90 – Novos surtos de febre amarela;
- K. 1890 (06/05) – Afonso Cláudio testa e desaprova a sugestão de localização do projeto **cemitério na região da Bomba**;
- L. 1890 (07/06) – Afonso Cláudio examina o Sítio Santo Antônio para o projeto de um novo cemitério;
- M. 1890 (12/06) – Afonso Cláudio se reúne com irmandades religiosas para definir ocupação do futuro cemitério no Sítio Santo Antônio;
- N. 1890 (22/06) – Publicação anuncia a compra do Sítio Santo Antônio, neste mesmo dia João Maia e equipe realizam medições no local;

- O. 1890 (26/06) – João Maia apresenta ofício à Intendência Municipal com planta baixa em anexo, contendo as separações dos terrenos por irmandade;
- P. 1894 – Início das obras da estrada que ligava o mangue do Campinho (atual Parque Moscoso) ao Sítio Santo Antônio;
- Q. 1894 (03/06) – memorial mais antigo verificado, em campo, no “novo” cemitério de Santo Antônio, instalado após a inauguração: Manoel Joaquim de Novaes Campos;
- R. 1894 (08/06) – obituário mais antigo do “antigo cemitério de Santo Antônio” (Morro do Pinto) verificado nos jornais pesquisados: Antônio Ferreira;
- S. 1896 – Saturnino de Brito conclui o Projeto do Novo Arrabalde prevendo um **cemitério no Morro do Barro Vermelho** (região da atual Petrobrás, na Av. N. S. da Penha), que nunca chegou a existir;
- T. 1905 – Solicitação do terreno para a criação, efetivada no ano seguinte (1906), do **Cemitério da Missão Batista**, mais tarde conhecido simplesmente como **cemitério velho de Caratoíra**. A necrópole viria a ser abandonada no *fim da década de 1950* (coincidente com a criação de outro grande cemitério municipal);
- U. 1911 – Inauguração dos bondes elétricos na cidade de Vitória, no governo de Jerônimo Monteiro;
- V. 1912 – Inauguração do “novo Cemitério Municipal de Santo Antônio”, no governo de Jerônimo Monteiro;
- W. 1912 (08/05) – sepultamento inaugural do novo cemitério, conforme a história oficial: Isabel Borges de Aguiar;
- X. 1928 - Na administração de Otávio Índio, remoção das ossadas e construções funerárias dos cemitérios do Centro, principalmente o do Convento de São Francisco. Adoção das primeiras medidas para a construção de um novo cemitério no Sítio Maruhype;
- Y. 1958/59 – Inauguração do **Cemitério de Boa Vista** (Maruípe);
- Z. 1981 – Invasão, pelo povo, do cemitério abandonado da Missão Batista, na região do bairro atualmente conhecida como “cemitério velho”.

Julgamos que fosse impossível compreender a geografia da desigualdade cemiterial em Vitória sem valorizar a formação histórica do território.

Quando enfocamos as relações entre a sociedade e o espaço físico, constatamos a noção de *espaço* geográfico entendido como uma instância social: as relações sociais produzem o espaço, diferentemente da noção do espaço visto como, meramente, um lugar onde

os homens desenvolvem suas ações e inscrevem sua cultura. Por isso, a categoria *espaço* não foi excludente da categoria *território*, adotada para compreender a formação histórica dos cemitérios de Vitória a partir de uma visão geopolítica da territorialização de processos sociais pela via do poder.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007) caracteriza o espaço urbano como um produto das relações entre a sociedade e a natureza. Para ela, a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo de um processo histórico e que ganha materialização concreta em função de variantes históricas.

Foi assim que, cerca de quarenta anos depois da instalação do cemitério do Morro do Pinto, na segunda metade da década de 1850, a região foi visitada por João Maia, no objetivo de projetar a planta do futuro cemitério de Santo Antônio, durante gestão de Afonso Cláudio. Nessa época, a região ainda era praticamente inacessível por terra. No texto de João Maia, indica-se que o modo mais prático de se chegar ao local seria por embarcações saídas do centro da cidade e que o trajeto era de aproximadamente 60 minutos. Por este relato, podemos imaginar a dificuldade enfrentada pela logística funerária para enterramentos no cemitério do Morro do Pinto, desde sua criação, até o final do século XIX. Se Franco (2014, p. 127) afirmou que as principais vítimas das epidemias da década de 1850 foram, principalmente, pessoas pobres, talvez esse fato seja parte da explicação para que os cemitérios antigos do centro da cidade de Vitória permanecessem fortemente ativos na segunda metade do século XIX, concomitantemente à existência dessa necrópole extramuros. Possivelmente, o Morro do Pinto fosse o destino dos corpos “perigosos” das epidemias e outros tantos indesejados da sociedade. Por esses indicativos, julgamos que tenha sido um cemitério descomprometido com a memória. Hoje em dia, mesmo os mais bem informados administradores do cemitério de Santo Antônio, que fica em frente, sequer sabem de sua existência remota. Mesmo assim, na visita de João Maia, o engenheiro tentou aproveitar o antigo cemitério, incorporando-o no seu novo projeto. Talvez pelo estigma da segregação dos mortos atribuído ao Morro do Pinto, quando a necrópole de Santo Antônio se consolidou verdadeiramente, no governo de Jerônimo Monteiro, não era possível qualquer conciliação duradoura, já que a nova necrópole era regida por outra lógica: a da razão individualista do cemitério monumental em tempos de paz. Poucos anos depois, o antigo cemitério seria desativado. A única fonte histórica que se refere ao Morro do Pinto é, praticamente, o brevíssimo relato de Derenzi (1965) que é repetido pelos poucos historiadores que trataram o tema depois.

Assim, quase apagado da história, o cemitério do Morro do Pinto hoje não tem

lápides, mas foi sobreposto por um bairro pobre que tem visão panorâmica do cemitério de Santo Antônio, mas cujos moradores, via de regra, não tem direito ao descanso eterno nos seus palmos de terra.

No antigo sítio Santo Antônio, região eleita para segregação dos mortos das epidemias da década de 1850, haveria de se estabelecer também a segregação dos protestantes que, afastados dos cemitérios católicos, não queriam se confundir com os “paupérrimos da classe mais baixa”, nem com os “casos de varíola e febre amarela”. Assim, os Batistas promoveram uma segregação dentro da segregação. Seu cemitério isolado conviveu com a necrópole do Morro do Pinto até 1912, quando chegou, por último, o “novo cemitério de Santo Antônio”, praticamente conectando os dois mais antigos.

Entre as três necrópoles que funcionaram simultaneamente nos primeiros anos do século XX em Vitória, a primeira a ter seu funcionamento interrompido foi a do Morro do Pinto, que teve sua área invadida por moradias. Décadas depois, o Cemitério da Missão Batista, pequeno “cemitério velho” de Caratoíra, também perdeu sua importância, deixando de ser utilizado no fim da década de 1950, visto que o cemitério público agora era universalista e secular. Assim, acabou também sendo invadido pela cidade, que buscava espaços para crescer em 1981. Entretanto, Vitória não conseguiu sepultar *qualquer* pessoa em um único cemitério, ainda que fosse dividido em seis planos. Apenas com a posterior criação de Maruípe, para o mesmo propósito auxiliar e segregatório, a ocupação do território cemiterial do município viria a ser estabelecida do modo como a conhecemos hoje.

Quanto às irmandades, que administravam os antigos cemitérios no centro da cidade, perderam força ao longo dos anos. Ligadas à Igreja Católica, as irmandades representaram, em todo o Brasil, uma antevisão da sociedade civil organizada. Durante o período Colonial e primeiros anos da República, representaram papel social importantíssimo que, aos poucos, foi sendo assumido pelo Estado. Assim, foram esvaziando do caráter sociopolítico e assistencial e preservando somente as funções espirituais, em um contexto geral de secularização da sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX, passaram a administrar cemitérios exclusivos para membros de suas confrarias na mesma região de Santo Antônio onde estavam instaladas as outras três necrópoles. Atualmente, são instalações capazes de refletir o momento presente da história das próprias irmandades: cemitérios de pouquíssima utilização e de difícil identificação dos gestores.

Em outra parte da cidade, o campo de Maruípe, com a rotatividade dos seus

túmulos temporários passou a atender ao giro necessário do uso da terra para sepultamentos. Sua inauguração não foi festejada como a do Cemitério de Santo Antônio, tendo sido bastante difícil precisar a data entre os anos de 1958/59, conforme nossa investigação. Nenhum político desejou ser lembrado por inaugurar um cemitério de pobres. Suas administrações guardam dignamente e com zelo a memória dos que passaram por ali em seus breves anos de decomposição. Em seus gramados, policiais, trabalhadores, indigentes. A inauguração do cemitério de Boa Vista tentou resolver o problema da perpetuidade por meio da segregação.

A pesquisa indicou que, atualmente, o número de sepultamentos anuais do cemitério de Boa Vista (Maruípe) é, em média, 4 vezes maior do que o número anual de Santo Antônio. Além disso, o número cresce anualmente, em média, em torno de 10% ao ano. No bairro de Santo Antônio, os cemitérios pertencentes às irmandades participam de modo quase insignificante nas estatísticas, enquanto o cemitério público, tomado completamente de sepulturas perpétuas, mantém uma média anual de sepultamentos estável, firmada em 336, nos anos estudados. Esse número representa apenas cerca de 16% da média anual de falecimentos de pessoas residentes no município de Vitória, segundo os dados do IBGE. Assim, o que se tem verificado é que, a cada ano, existe um percentual de falecidos domiciliados em Vitória, cujos familiares buscam sepultamento em outro município. Esse fato correlaciona, obrigatoriamente, as necrópoles de Vitória com as de outras áreas urbanas vizinhas, criando um *microsistema cemiterial* na região metropolitana, uma vez que, em todos os anos, o número de sepultamentos no município foi menor que o número de mortos indicado pelo IBGE. Esse *microsistema* acaba sendo fundamento, ainda passível de mais exploração, em novas discussões sobre a desigualdade socioespacial funerária.

Diante disso, concluímos que, entre projetos abandonados e residências edificadas sobre antigas sepulturas, a geografia da desigualdade socioespacial cemiterial em Vitória guarda relação íntima com a formação histórica do espaço dos mortos na cidade dos vivos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. 2 v.

ARIÈS, Philippe. **Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1988.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. **Jardim regado com lágrimas de saudade: morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Rio de Janeiro, século XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BICHARA, Terezinha Tristão. **História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889**. Vitória, Leoprint, 1984. 2v.

BONICENHA, Wallace. **Devoção e Caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória**. Vitória, Editora Multiplicidade, 2004.

BRITTO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **Projecto de um novo arrabalde – 1896**. Coleção Canaã. Volume 2. Biblioteca Reprográfica. Rio de Janeiro. Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Especial de Cultura e Turismo, 1996.

CANAL FILHO, Pedro. **O convento de São Francisco**. Vitória em monumentos, série 1, volume 1, Vitória, EDUFES, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2013.

DAEMON, Basílio. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves – 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: editora Pongetti, 1965.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Odair. **História da febre amarela no Brasil**. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Endemias Rurais, Rio de Janeiro, 1969, p. 30.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **O terrívelíssimo mal do Oriente: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856)**. Vitória: EDUFES, 2015, p. 51

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856)**. Almanack. Guarulhos, n.07, p.117-136, 1º semestre de 2014, p. 127.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 1ª edição digital. São Paulo: Global. 2013.

GEERT, Cliffford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: editora revista dos tribunais, 1990.

HARVEY, David. **Para entender O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MONJARDIM, Adelpho Poli. **Vitória Física: geografia, história e geologia**. 2ª edição Vitória, PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro: sua vida e obra**. Coleção Canaã. Volume 24. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2ª edição, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: editora Ática, 1993.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **O céu aberto na terra, uma leitura dos cemitérios na geografia urbana de São Paulo**. São Paulo: Negrópolis, 2006.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Dicionário de engenheiros e construtores atuantes na Capitania e na Província do Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2019.

RIBEIRO, Francisco A. (coord.). **Patronos & Acadêmicos**. AEL (Academia Espiritossantense de Letras), Vitória, 2002.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOJA, Edward Willian. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SILVA, José Solon Sales. **O cemitério revisitado**. São Paulo: Baraúna, 2018.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional (Conselho Federal de Cultura), 1972. 2 v.

VASCONCELOS, Pedro de A., CORRÊA, Roberto L. e PINTAUDI, Silvana M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARTIGOS/ ANAIS DE CONGRESSO:

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP tempo e espaço**. São Paulo, n° 7, p. 13-25, dezembro, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/12340>. Acessado em 21/10/2021.

ARAGÃO, Solange de. Jazigos e covas rasas: o livro que Gilberto Freyre não escreveu? **Oculum Ensaios - Revista de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 1, p. 88-96, janeiro, 2011. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/143>. Acessado em 18/05/2020.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Questões teóricas e metodológicas da Geografia Histórica. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**. São Paulo, n°10, p. 1- 17, dezembro, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/3166>. Acessado em 21/10/2021.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **Revista ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acessado em 15/15/2020.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na geografia. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. (19-28), janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/192>. Acessado em 18/04/2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n° 1, p. 01 - 22, agosto, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/espacoecultura/article/view/3479/2409>. Acessado em 22/03/2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e simbolismo. *In*: GOMES, Paulo César da C. et al (orgs.). **Olhares Geográficos: Modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 133-153.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: uma antologia (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-237.

DEFFONTAINES, Pierre. Posições da Geografia Humana - Por que Geografia Humana? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n° 32, p. 03-16, julho, 1959. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/issue/view/116>. Acessado em 16/01/2021.

DILLMANN, Mauro. **Morte, a “rainha do cemitério”**: sobre práticas fúnebres na **Irmandade São Miguel e Almas, Porto Alegre, século XX**. Anais do XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton et al. (orgs.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43 – 71.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. Revista do Programa de Pós - Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, **GEOgrafia**, Rio de Janeiro, número 17, 2007, p 19-46. Disponível em: <file:///C:/Users/palom/Downloads/13531-Texto%20do%20Artigo-52879-1-10-20100208.pdf>. Acessado em 01/05/2020.

KEMERICH, Pedro Daniel da Cunha et al. A questão ambiental envolvendo os cemitérios no Brasil. **Revista Monografias ambientais** - UFSM, Santa Maria. V. 13, N. 5 (2014): Edição Especial LPMA/UFSM, p. 3777-3785, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/14506>. Acessado em 08/010/2020.

KLEIN, Antônio Carlos. Farias Brito: Uma vida extremamente rica. *In*: **A base física do Espírito**. Edições do Senado Federal, Vol. 53, Brasília, 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188308/A%20Base%20F%C3%ADsica%20do%20Esp%C3%ADrito.pdf>. Acessado em 06/012/2020.

MAINARDES, Jefferson. Origens e conceituação. *In*: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Pesquisa social: Reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**. São Paulo, n° 115, p. 103-117, dezembro, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796>. Acessado em 25/03/2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: **Les lieux de mémoire. I La République**, Paris, Gallimard, 1984, p. XVIII-XLII.

PEGAIA, Uyvão Antonio. Estudo geográfico dos cemitérios de S. Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 44, p. (103-120), outubro, 1967. Disponível em: <https://publicacao.es.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/issue/view/104>. Acessado em 18/06/2020.

PERINI, Júlia Freire e CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Cuidar mais da saúde dos vivos do que do descanso dos mortos: a Santa Casa da Misericórdia no trato da morte em Vitória, Espírito Santo, na segunda metade do século XIX. **REVISTA M**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8 p. 375-397, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://seer.unirio.br/revistam/article/view/w/9344>. Acessado em 07/09/2020.

PETRUSKI, Maura Regina. A cidade dos mortos no mundo dos vivos- os cemitérios. **Revista de História Regional**, Paraná, nº 2, p. 93-108, outubro, 2007. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2232>. Acessado em: 04/10/2021.

PIVA, Izabel Maria da Penha e SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A Santa Casa da Misericórdia de Vitória: ação da irmandade no atendimento à pobreza em vitória – ES (1850-1889). **Revista Agora**, Vitória, nº2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1889>. Acessado em 23/12/2020.

PITTE, Jean-Robert. A short cultural geography of death and the dead. **GeoJournal**, Vol. 60, nº 4, 2004, p. 345-351. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1023/B:GEJO.0000042970.93288.0e>. Acessado em 16/01/2021.

THOMPSON, Bárbara. **O Remador e o Marujo: religiosidade, narrativas e devoções no túmulo de Wilson Freitas em Vitória-ES**. In: Anais da reunião equatorial de antropologia. Diversidades, Adversidades, Resistência, VI, 2019, Salvador, Bahia: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas, 2019, p. 787- 808.

DISSERTAÇÕES E TESES:

ASSIS, Elezeare Lima de. Educação como instrumento de condução à evangelização e à civilidade: os missionários Loren e Alice Reno à frente do processo de criação do Colégio Americano Batista na cidade de Vitória/ES entre os anos de 1904 a 1935. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2019.

CUPPER, Maria Terezinha da Rosa. Educação e cultura: leitura do cemitério de São João Batista – Manaus/AM. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Do Amazonas, faculdade de educação, programa de pós-graduação em educação. Manaus, 2009.

DUARTE, Renata. Serviços fúnebres e a cultura da morte: uma reflexão sobre o caso da grande Vitória. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2003.

FUCHS, Felipe. Espaços de cemitério e a cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2019.

LOPES, A.L.B. Sanear, prever e embelezar: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitaria e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, p. 224. 2013.

ROSA, Edna Terezinha da. A relações das áreas de cemitérios com o crescimento urbano. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de pós-graduação em geografia. Florianópolis, 2003.

SOUSA, Ivanaíla de Jesus. Geografia e a fenomenologia dos espaços cemiteriais. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Geografia. Teresina, 2018.

THOMPSON, Bárbara. Entre cruzeiros e o túmulo da cigana Kostichi. Símbolos demarcadores de memórias sociais e identidades religiosas no cemitério de Santo Antônio, Vitória (ES). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2017.

DOCUMENTOS OFICIAIS:

ANDRADA Jr., Martim Francisco Ribeiro de. Relatório, Vitória, Typographia do Horizonte, 1883.

BARROS, José Maurício Fernandes Pereira de. Relatório. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1856 B.

BRASIL. Código criminal do império do Brazil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1831.

BRASIL. Código Penal de 1890. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 335, de 3 de abril de 2003. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. 2003.

ITAPEMIRIM, Barão de. Relatório. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1856 A.

LEAL, Felipe José Pereira. Relatório. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1851.

MATTOS, Eduardo Pindahiba. Relatório. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1864.

MONTEIRO, Jerônimo de Souza. Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio 1909 a 1912. Vitória: Congresso legislativo, 1913.

PEIXOTO, Octavio Índio do B. Relatório à Câmara Municipal de Vitória. Jornal Correio da Manhã. 1 de janeiro de 1928.

PEREIRA DE BARROS, José Mauricio Fernandes. Relatório. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1856.

PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes da Costa. Relatório. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1861.

PEREIRA LEAL, Filipe José. Relatório. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1851.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Acórdão, nos autos da Apelação cível n. 0022778-58.2020.8.19.0001. Ação declaratória c/c indenizatória. Jazigos Perpétuos do Cemitério São João Bastista. Cobranças de taxa de manutenção de túmulos. Sentença indeferindo a inicial. Irresignação da autora. Apelante: Renata Vasconcelos Barreiro. Apelado: Concessionario Rio Pax S/A. Relator: João Batista Damasceno. Rio de Janeiro, 21/10/2020.

VITÓRIA. Decreto Municipal nº 9, 06 de maio de 1912. Regulamenta a matéria da Lei 67 de 30 de março de 1912. Vitória, 1912.

VITÓRIA. Lei Municipal nº 217. 1921. Concede a propriedade definitiva dos terrenos às irmandades. Vitória, 1921.

VITÓRIA. Lei Municipal nº 213, de 07 de janeiro de 1921. Concede gratuitamente a perpetuidade de uma sepultura no cemitério Municipal. Vitória, 1921.

VITÓRIA, Lei Municipal nº 276, de 31 de dezembro 1925. Promulga o Código de Posturas do município. Victoria, 1925.

VITÓRIA. Lei Municipal nº 374, de 24 de maio de 1930. Concede gratuitamente carneiro perpetuo no cemitério Municipal em Santo Antônio. Vitória, 1930.

PERIÓDICOS DE ÉPOCA:

ALMANAK DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, 1899.

A TRIBUNA, Vitória, 01 de fevereiro de 1981.

COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, 20 de janeiro de 1895.

COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, 20 de abril de 1894.

COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, 15 de junho de 1894.

COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, 26 de outubro de 1896.

CORREIO DA VICTORIA, Victoria, 30 de junho de 1866.

CORREIO DA VICTORIA, Victoria, 02 de julho de 1855.

CORREIO DA VICTORIA, Victoria, 17 de julho de 1854.

CORREIO DA VICTORIA, Victoria 02 de agosto de 1871.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 09 de fevereiro de 1908.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 20 de junho de 1912.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 17 de setembro de 1912.

- DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 26 de outubro de 1912.
- DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 31 de outubro de 1912.
- DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 22 de novembro de 1912.
- DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 09 de janeiro de 1921.
- DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 01 de janeiro de 1928.
- DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 11 de maio de 1930.
- DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 25 de agosto de 1934.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 14 de janeiro de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 16 de janeiro de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 17 de janeiro de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 07 de maio de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 07 de junho de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 13 de junho de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 15 de junho de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 22 de junho de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 24 de junho de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 01 de julho de 1890.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 02 de dezembro de 1893.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 8 de junho de 1894.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 20 de agosto de 1895.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 16 de setembro de 1895.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 5 de novembro de 1895.
- O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Victoria, 02 de setembro de 1896.

LOCAIS DE PESQUISA:

Acervo de documentos disponibilizados no Cemitério Municipal de Santo Antônio.

Acervo de documentos disponibilizados no Cemitério Municipal da Boa Vista.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Arquivo Público do Município de Vitória (APMV).

Cúria Metropolitana de Vitória.

Imprensa Oficial do Espírito Santo (DIO/ES)

APLICATIVOS E SITES:

GOOGLE. Google Earth Pro. Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>.

GEOWEBVITORIA. GeoWeb. Disponível em: <https://geoweb.vitoria.es.gov.br/#/carousel-tour>.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

IBGE. Website. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.

MORRO DO MORENO. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/>